

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2026

NÚMERO 23.000 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Governo banca Irã fora da Copa

Ministro do Esporte Ahmad Donyamali anuncia desistência do Mundial, mas a Fifa aguarda posição oficial da federação. Trump diz que a seleção persa é bem-vinda nos EUA.

Nova cara do Flamengo

Com mais detalhes táticos incorporados por Leonardo Jardim, Flamengo é eficiente e bate o Cruzeiro no Maracanã: 2 x 0

PÁGINAS 19 E 20



Reprodução/Reveis Sociais

And the Oscar goes to...

Na disputa de Melhor Ator, Wagner Moura será mais que um candidato na festa de domingo: o brasileiro foi escolhido para subir ao palco para entregar uma das estatuetas.

PÁGINA 22

Em defesa da mulher

O dia na Câmara dos Deputados foi dedicado às mulheres. Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Erika Hilton (PSol-SP) foi eleita presidente do colegiado. Em Plenário, o destaque foi a aprovação do projeto que permite a posse do spray de pimenta para fins de defesa pessoal.

PÁGINA 6

Luiz Carlos Azedo

Flávio é o principal adversário de Lula. PÁGINA 4

Denise Rothenburg

Reag aparece em três megaoperações da PF. PÁGINA 5

EUA e Irã arrastam o mundo para a guerra do petróleo

As imagens de um graneleiro de bandeira tailandesa em chamas (foto) confirmam que Ormuz virou um campo de batalha. Uma das principais rotas de escoamento de petróleo do Oriente Médio, o estreito é o foco de disputa entre norte-americanos e iranianos. O Irã confirmou o ataque a embarcações de vários países que tentam atravessar o local sem autorização. Do outro lado, forças dos Estados Unidos anunciaram a destruição de 28 navios militares que tentavam colocar minas explosivas. O regime de Teerã aposta no controle de Ormuz para "sufocar a economia mundial". Diante desse quadro de guerra e incertezas, países europeus anunciaram a oferta de 400 milhões de barris de óleo de suas reservas para atender o mercado, evitando o desabastecimento, e segurar o preço.

AFP



PÁGINAS 7 E 8. VISÃO DO CORREIO, 10

Adeus com pedido de Justiça



Milenio Junior/CB/D.A Press

A despedida de Luana Pereira Marques, morta pelo ex-companheiro por cerca de 25 anos, Wellington Bezerra da Silva, foi marcada pelo clima de revolta e incredulidade diante da violência. Amigos, parentes e vizinhos prestaram homenagem à manicure. Um dos filhos de Luana, Felipe Moreira Silva, resumiu o sentimento de todos: "deixou um vazio enorme". PÁGINA 15

Ed Alves/CB/D.A Press



8 de janeiro leva oficiais à prisão

Condenados pelo STF por participação e omissão no vandalismo contra as sedes dos Três Poderes em 2023, cinco policiais militares de alta patente tiveram a prisão decertada, ontem. Um dos apenados, o coronel Jorge Naime (foto) se apresentou à corregedoria da PMDF. PÁGINA 14

Elas fazem o novo judiciário

No Mês da Mulher, Correio mostra juízas, promotoras, advogadas e juristas que foram pioneiras no Judiciário brasileiro.



Carlos Vieira/CB/D.A Press



Estradas mais seguras

Presidente da FenaPRFs, Tácio Melo falou ao CB. Poder sobre as mudanças, na PEC da Segurança.

PÁGINA 4

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

Tofolli está fora da sessão sobre Vorcaro

Primeiro relator do caso Master no STF, o ministro Dias Toffoli declarou-se impedido de participar do julgamento da prisão preventiva do banqueiro Daniel Vorcaro, marcado para amanhã. Mais cedo, o magistrado havia sido sorteado para analisar uma ação que pede a instalação de CPI para apurar as fraudes nas negociações do banco, mas também deixou a função. Tofolli e Alexandre de Moraes são citados nas investigações da PF que apuram possíveis crimes no Master.

Reag tenta se explicar na CPI

Ex-diretor da gestora de investimentos ligada ao Master, João Mansur diz que relações eram normais e nega vínculo com PCC. A empresa é alvo da Operação Carbono Oculto.

CPMI do INSS apela ao STF

Presidente e relator da comissão pedem ao ministro André Mendonça a revisão de habeas corpus que liberam o comparecimento de testemunhas e investigados às oitivas.

PÁGINAS 2 E 3



9 771808 266059



PODER

Ligação com o Master, mas não com o PCC

À CPI do Crime Organizado, ex-dirigente da Reag minimiza relação da gestora com o banco, classificada por ele como "normal", e nega vínculos da administradora com a facção. Comissão aprova quebra de sigilos bancário e fiscal de Zettel, cunhado de Vercaro

» DANANDRA ROCHA

Ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, João Carlos Mansur afirmou, na CPI do Crime Organizado, no Senado, que o Banco Master era cliente da gestora de recursos, mas frisou que a relação era "normal". O executivo ainda negou vínculo da empresa com a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). A Reag foi alvo das operações Carbono Oculto e Compliance Zero, da Polícia Federal, que apuram suspeitas de infiltração do crime organizado no sistema financeiro e fraudes no Master, respectivamente.

"O Banco Master era um dos clientes, como outros bancos, como outras instituições financeiras e como outras empresas de mercado, um cliente como o senhor, como eu, como o nosso advogado. Então, normal", ressaltou, nas comedidas declarações que deu aos senadores, amparado por uma decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que assegurou ao executivo o direito de ficar em silêncio na CPI.

Mansur sustentou que Reag foi alvo de punições por seu grande porte e por atuar de forma independente no mercado financeiro. Segundo ele, até agosto do ano passado, a gestora contava com cerca de 800 funcionários e administrava mais de 700 fundos. Sempre fomos auditados por empresas internacionais. Eram 12 pessoas no nosso departamento de compliance. A gente é uma companhia aberta, presta regularmente informações ao mercado", destacou.

O depoente refutou, porém, vínculo da empresa com o PCC. "Trabalhamos de forma muito diligente, muito consciente. Infelizmente, passou um rolo compressor", lamentou. "Não temos nenhuma ligação (com a facção). Como o nosso advogado, o nosso patrono acabou de colocar, no procedimento da

Geraldo Magela/Agência Senado



Mansur sustentou que a Reag foi alvo de punições por seu grande porte e por atuar de forma independente no mercado financeiro

Carbono Oculto, em 15 mil páginas, não existe nenhuma menção à associação com o PCC ou com o crime organizado", acrescentou. Mansur, no entanto, recusou-se a responder a outras perguntas dos senadores.

Na sessão, os senadores aprovaram a convocação de dois servidores do Banco Central, suspensos das funções por suposto envolvimento no escândalo do Master: Paulo Sérgio Neves de Souza, que ocupou a diretoria de fiscalização da instituição, e Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária.



O Banco Master era um dos clientes, como outros bancos, como outras instituições financeiras e como outras empresas de mercado, um cliente como o senhor, como eu, como o nosso advogado. Então, normal"

João Carlos Mansur, ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos

O colegiado também aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do empresário Fabiano Campos Zettel, cunhado do dono do Master, Daniel Vercaro — ambos estão presos.

Outros nomes ligados às operações investigadas também foram chamados para depor. Entre eles estão o empresário Vladimir Timmerman, fundador da gestora Esh Capital; Leonardo Augusto Furtado Palhares, administrador da Varajo Consultoria Empresarial; Ana Cláudia Queiroz de Paiva, sócia da Super Empreendimentos e Participações;

e Marilson Roseno da Silva, escritor aposentado da PF.

Os parlamentares aprovaram, ainda, um requerimento que pede ao ministro André Mendonça, do STF, o envio de informações e provas já reunidas em investigações do Master. A CPI também solicitou acesso a documentos encaminhados pela Polícia Federal sobre a morte de Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão, conhecido como "Sicário" de Vercaro. Mourão cometeu suicídio enquanto estava detido na carceragem da Polícia Federal em Minas Gerais, na semana passada.

Empresa de ACM Neto recebeu R\$ 3,6 milhões

» RAFAELA GONÇALVES
» GIOVANNA SFAL SIN
» RAPHAELA PEIXOTO

Em mais um episódio de conexões políticas e empresariais do Banco Master, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aponta que uma empresa do ex-prefeito de Salvador e vice-presidente do União Brasil, ACM Neto, recebeu R\$ 3,6 milhões da instituição financeira e da gestora Reag Investimentos entre dezembro de 2022 e maio de 2024.

Os repasses foram destinados à A&M Consultoria Ltda., empresa aberta pelo político logo após as eleições de 2022 e da qual ele é sócio ao lado da esposa. A companhia foi registrada em 28 de dezembro daquele ano, poucos meses depois do pleito.

De acordo com documento, obtido pelo *O Globo*, a consultoria recebeu R\$ 2,89 milhões entre junho de 2023 e maio de 2024. Desse total, R\$ 1,55 milhão foram pagos em 11 transferências realizadas pela Reag Investimentos, enquanto R\$ 1,34 milhão vieram do Banco Master, em nove repasses. Antes disso, entre março e junho de 2023, a empresa já havia recebido

R\$ 703,8 mil das duas instituições.

O relatório também aponta que, no mesmo período em que os valores ingressaram na consultoria, ACM Neto realizou 14 transferências da empresa para si próprio, totalizando R\$ 4,2 milhões. No documento, o Coaf afirma que a movimentação financeira chamou atenção por destoar do porte da empresa. "Identificamos que, no período analisado, a empresa movimentou recursos expressivos, acima de sua capacidade financeira declarada", afirma.

Segundo dados da Receita Federal, a A&M Consultoria possui capital social de R\$ 2 mil e atua, principalmente, na prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, além de atividades de apoio à educação.

Procurado, o ex-prefeito afirmou, em nota enviada ao **Correio**, que a empresa foi criada quando ele não ocupava cargo público e que, nessa condição, prestou serviços a diversos clientes, incluindo o Banco Master e a Reag Investimentos. "Isto sempre ocorreu com contratos formais, com o devido recolhimento de impostos e trabalhos de consultoria efetivamente executados, notadamente relacionados à análise da agenda

União na Câmara



político-econômica nacional, e materializados em diversas reuniões com o corpo técnico e jurídico dos contratantes", frisou.

ACM Neto também declarou que, à época da contratação, não havia qualquer irregularidade envolvendo as empresas contratantes e que os valores recebidos são compatíveis com os serviços prestados.

"Os honorários recebidos, os rendimentos declarados e os dividendos distribuídos são inteiramente

compatíveis e congruentes, uma vez que, no mesmo período, foram prestados serviços de consultoria também a outros clientes", destacou. "Vale frisar que tão logo cessou a prestação dos serviços, os contratos e pagamentos foram finalizados. Estou totalmente seguro em relação a estes fatos, haja vista não existir nada de errado."

O vice-presidente do União Brasil afirmou que irá recorrer ao Supremo e à Procuradoria-Geral da

República (PGR) para apurar o que classificou como "vazamento criminoso" e "distorção de informações". Ele também se colocou à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.

Contratos

Os pagamentos à consultoria de ACM Neto aparecem em meio a uma série de contratos firmados pelo Banco Master e por empresas

ACM Neto afirmou que os valores foram "inteiramente compatíveis e congruentes" com os serviços prestados

associadas que passaram a ser analisados por autoridades. Entre eles está um acordo com o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, casada com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que previa pagamentos de cerca de R\$ 129 milhões ao longo de três anos.

Outro contrato envolve o escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria, ligado ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). O acordo previa a venda de honorários de precatórios a um fundo vinculado à mesma gestora, no valor de R\$ 38,12 milhões. Esse contrato foi firmado em maio de 2024, período em que o Banco de Brasília (BRB) já vinha adquirindo carteiras de crédito do Master, operação que posteriormente se tornou alvo de questionamentos e investigações.

Também integram a rede de consultores e advogados contratados pelo Master para atuar em temas políticos, econômicos e jurídicos o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski. A presença de ex-integrantes do primeiro escalão do governo indica a estratégia da instituição de recorrer a nomes com forte trânsito em Brasília para tratar de assuntos sensíveis.

Entenda o caso

Lavagem e fraudes

Na primeira fase da Compliance Zero, a Polícia Federal investigou um esquema de vendas de carteiras de crédito inexistentes pelo Master ao Banco de Brasília (BRB). O Banco Central alertou a PF e o Ministério Público Federal (MPF) sobre o suposto esquema bilionário entre Master e Reag, que agiria como operadora da triangulação de recursos oriundos de fraudes.

A administradora de recursos já havia sido alvo de outra investigação. Em agosto, entrou na mira da Carbono Oculto, na qual PF e Ministério Público Federal apuraram um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). A Reag teve a liquidação extrajudicial decretada pelo BC em janeiro de 2026.

PODER

Fora de julgamento de Vorcaro

Toffoli se declara suspeito e não votará na avaliação sobre prisão do dono do Master, que começará amanhã, no plenário virtual do STF

» VANILSON OLIVEIRA
» GIOVANNA SFALSN

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou-se suspeito para julgar a prisão preventiva de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, determinada pelo ministro André Mendonça. A análise começa amanhã, no plenário virtual da Segunda Turma da Corte. Assim, votarão Gilmar Mendes, presidente da Turma, Kássio Nunes Marques e Luiz Fux.

A decisão de Toffoli foi formalizada em despacho assinado ontem, no qual o magistrado afirma que se afasta da análise dos casos por “motivo de foro íntimo”. A manifestação do ministro tem como base o artigo 145 do Código de Processo Civil, que permite ao juiz ou ministro deixar um processo quando entende que há circunstâncias pessoais que podem comprometer sua atuação, sem necessidade de explicar as razões da decisão.

Horas antes, Toffoli já havia se declarado suspeito para assumir a relatoria de ação que pede a instalação da uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), na Câmara, para investigar as fraudes do Master. O nome dele tinha sido sorteado para assumir a função. Após o ministro declinar, em nova redistribuição, coube a Cristiano Zanin ficar à frente da ação.

Toffoli alegou “foro íntimo”. No mês passado, ele também deixou a relatoria do inquérito que apura irregularidades no Master após sofrer forte pressão. Um fundo de Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro e também preso na operação, foi o responsável pela compra de uma fatia da participação da empresa do ministro e dos irmãos dele no resort Tayayá.

“Tendo em vista que há correlação entre as matérias objeto da-quele feito e as dos autos da Pet nº

Luiz Silveira/STF



Com o nome envolvido no escândalo do Master, Toffoli também se declarou suspeito de relatoria sobre CPI do banco na Câmara

15.556/DF, declaro a minha suspeição”, escreveu.

A ação que pede a instalação da CPI foi apresentada pelo deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). No mandado de segurança, o parlamentar pede que a Justiça solicite à Câmara a instalação da CPI.

Rollemberg argumenta que o requerimento para criação da comissão já foi apresentado e cumpre todos os critérios constitucionais. Segundo ele, o documento reuniu 201 assinaturas de deputados, número superior ao mínimo de um terço da Casa.

Além disso, Rollemberg destaca haver omissão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), por ainda não ter determinado a instalação do colegiado.

“A prolongada inércia na investigação de graves fraudes financeiras, como as que envolvem o Banco Master e o BRB, pode causar danos irreparáveis ao sistema financeiro, à confiança dos investidores e à própria imagem da fiscalização parlamentar”, enfatiza o deputado. Rollemberg também diz que o pedido tem objeto definido e prazo determinado. **(Com Agência Estado)**

Carlos Moura/Agência Senado



Gaspar e Viana apontaram obstáculos à investigação da comissão

Descontos irregulares

A Crefisa é uma das principais envolvidas em irregularidades detectadas pelo INSS na cobrança de crédito consignado sobre a folha de pagamento de aposentados e pensionistas.



Tendo em vista que há correlação entre as matérias objeto daquele feito e as dos autos da Pet nº 15.556/DF, declaro a minha suspeição (...) por motivo de foro íntimo, a partir desta fase investigativa”

Trecho do despacho do ministro Dias Toffoli

Ferreira Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro, não comparecesse à oitiva marcada para ontem. A decisão tornou facultativa a presença do empresário e garantiu a ele uma série de direitos, caso optasse por prestar depoimento.

As duas decisões atingiram diretamente o cronograma da CPMI e foram interpretadas por integrantes da comissão como um freio imposto pelo Judiciário às investigações conduzidas pelo Congresso.

Viana criticou o cancelamento do depoimento de Leila Pereira e anunciou que pretende reconvocar a empresária para prestar esclarecimentos no próximo dia 18. Segundo o parlamentar, impedir o comparecimento de convocados enfraquece o papel constitucional do Legislativo na fiscalização de possíveis irregularidades.

Especialistas ouvidos pela reportagem, porém, afirmam que as decisões do STF seguem parâmetros já consolidados na Constituição e na jurisprudência da própria Corte.

Doutor e mestre em filosofia do direito pela PUC-SP, Roberto Beija-tto Junior explicou que as comissões parlamentares possuem poderes amplos de investigação, mas estão sujeitas ao controle de legalidade do Judiciário.

TCU libera dados

O Tribunal de Contas da União (TCU) liberou, ontem, o compartilhamento integral de informações e documentos sobre o caso Master com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O colegiado do Senado vai receber, inclusive, dados sigilosos. Além disso, o tribunal aprovou a concessão de serviço de assessoria aos trabalhos da CAE, presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A Corte de Contas recomendou a preservação dos procedimentos das informações sigilosas que serão compartilhadas. Pela orientação, os dados sensíveis precisam ser gravados com a marca d'água, indicando a necessidade de manutenção de sigilo pela comissão legislativa.

Obrigações

De acordo com a previsão regimental, quem tiver acesso às informações sigilosas tem obrigação de resguardar a confidencialidade, sob pena de ações legais e cabíveis.

Também na sessão de ontem, no TCU, foi votado um pedido de impedimento e suspeição do ministro Jhonatan de Jesus, que é relator do processo de fiscalização da atuação do Banco Central nos procedimentos que levaram à liquidação do Banco Master. O TCU negou essa solicitação.

O pedido negado havia sido feito pelos Instituto José do Patrocínio, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) e Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior.

“Quando o STF anula decisões da CPI, normalmente é porque há falhas de fundamentação ou riscos a direitos constitucionais. Nesse caso, o tribunal atua dentro de sua função de controle de legalidade”, frisou.

De acordo com o jurista, um dos pontos mais frequentes de intervenção do Supremo envolve o direito de investigados de não produzir prova contra si mesmos. “A jurisprudência da Corte admite que investigados possam faltar à CPI ou, ao menos, comparecer sem serem obrigados a responder perguntas que possam levá-los à autoincriminação”, explicou.

O advogado Berlinque Cantelmo, especialista em direito penal, avaliou que a decisão de Mendonça segue essa linha já consolidada. “A decisão evidencia um ponto clássico de tensão entre o Poder Judiciário e as comissões parlamentares. Embora as CPIs tenham amplos poderes investigatórios, eles não podem ultrapassar garantias constitucionais fundamentais”, afirmou.

Segundo ele, a intervenção judicial costuma ocorrer justamente para preservar esse equilíbrio. “O Supremo acaba atuando como árbitro entre o poder investigatório do Congresso e a proteção de direitos individuais”, disse.

CPMI apela ao Supremo para ouvir o banqueiro

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar dois depoimentos previstos pela CPMI do INSS, o presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), e o relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), reuniram-se ontem à noite com o ministro André Mendonça para discutir os impactos das decisões da Corte sobre o andamento das investigações no colegiado.

Segundo Viana, a comissão pediu a Mendonça a revisão de habeas corpus que têm permitido o não comparecimento de testemunhas e de investigados às oitivas. Conforme o senador, Mendonça prometeu que o recurso relacionado ao banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, será encaminhado para análise na Segunda Turma da Corte.

“O ministro colocou para nós que vai rever, mas especialmente no caso do banqueiro Daniel Vorcaro já encaminhará o nosso recurso para a votação na

Turma, para uma decisão colegiada”, afirmou.

Gaspar, por sua vez, afirmou que trabalha na elaboração do relatório final, mas ressaltou a necessidade de mais tempo para aprofundar as apurações. “Eu tenho trabalhado muito junto com o presidente para que nós possamos entregar um relatório robusto. Hoje, passei seis horas analisando a parte do relatório, mas é um relatório que contém vários tópicos e necessita de prova concreta”, argumentou.

De acordo com o deputado, um dos principais entraves nas investigações envolve a apuração sobre o sistema financeiro. “Estamos impedidos de avançar no sistema financeiro, muito por decisões judiciais”, criticou.

Somente nos últimos dias, por exemplo, ministros da Corte suspenderam depoimentos considerados estratégicos para a investigação sobre possíveis irregularidades em descontos indevidos de aposentadorias e pensões.

Uma das decisões partiu do ministro Flávio Dino, que concedeu liminar suspendendo efeitos de

diálogos com o senador e registros de ordens de pagamento a uma pessoa identificada apenas como “Ciro”.

Os investigadores apuram se há indícios de crime envolvendo o banqueiro e o parlamentar. Nogueira nega proximidade com Vorcaro e afirma não ter recebido pagamentos.

A referência a pagamentos aparece em conversa de Vorcaro com o cunhado Fabiano Zettel, apontado como seu operador financeiro. Em maio de 2024, Zettel enviou ao banqueiro uma lista de repasses pendentes, com a anotação “Pagamento pra Ciro”, e Vorcaro autorizou os valores. A investigação

ainda não obteve os dados bancários para identificar o destinatário.

O celular de Vorcaro continha mensagens em que ele descrevia Nogueira como um “grande amigo de vida” e comemorava uma iniciativa legislativa do senador favorável ao Master.

A data da mensagem, 13 de agosto de 2024, coincide com a apresentação de uma emenda à PEC de autonomia financeira do Banco Central por Ciro Nogueira para elevar o limite do Fundo Garantidor de Crédito de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por CPF, medida identificada por políticos e agentes do mercado como uma das primeiras

intervenções legislativas em favor do banco.

As informações coletadas no celular de Vorcaro foram encaminhadas ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que decretou a prisão preventiva do banqueiro. Não há investigação formal instaurada contra Nogueira.

Em nota, o senador argumentou que o nome “Ciro” aparece sem sobrenome ou cargo nos diálogos e que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registra mais de 11 mil pessoas com esse nome no Brasil, entre elas um advogado da própria defesa de Vorcaro.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Ciro foi descrito por Vorcaro como “grande amigo de vida”

ELEIÇÕES 2026

Prisão acirra briga de Castro com Paes

Vereador Salvino Oliveira, acusado de ter ligação com CV, foi secretário da Juventude na capital fluminense. Governador parte para o ataque; prefeito rebate

» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro prendeu, ontem, o vereador Salvino Oliveira (PSD), no âmbito da operação Contenção Red Legacy, que investiga as ações do Comando Vermelho (CV). Segundo as investigações, ele negociou diretamente com o traficante Edgar Alves de Andrade, conhecido como “Doca”, autorização para realizar campanha eleitoral na comunidade da Gardênia Azul, que fica na Zona Oeste, área que está sob o domínio da facção.

A prisão acirrou a briga entre o prefeito Eduardo Paes (PSD) — que postula disputar o Palácio Guanabara, em outubro, com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — e o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), que pretende concorrer ao Senado e compor a chapa majoritária no bolsonarismo no estado. Eles trocaram acusações nas redes sociais.

De acordo com a Polícia Civil, o vereador se comprometeu a beneficiar a facção criminosa em troca do livre acesso à comunidade para que pudesse buscasse votos. Entre as promessas, estaria a instalação de quiosques. A operação prendeu ainda seis policiais militares, acusados de envolvimento com o CV.

Em 2021, Salvino foi convidado pelo prefeito Eduardo Paes para assumir a Secretaria Especial da Juventude Carioca, que acabava de ser criada. Em 2024, ele concorreu às eleições e foi eleito vereador com 27 mil votos pelo mesmo partido de Paes.

Castro comemorou a prisão do vereador com várias postagens em sua conta no X (antigo Twitter). Ao todo, publicou três mensagens. “Da milícia ao Comando Vermelho, essas organizações criminosas vêm se infiltrando na Prefeitura do Rio de Janeiro há décadas! É só ver o domínio territorial que alcançaram ao longo dos anos. É o que sempre digo: não adianta, a verdade sempre prevalece!”

Em seguida, publicou que o vereador já tinha sido acusado de ter agredido um policial militar durante outra operação. “Esse tal de Salvino também atacou brutalmente a Polícia Militar durante uma operação na Cidade de Deus”. Em seguida, postou o vídeo com a prisão do vereador, ressaltando sua ligação com Paes. “Você lembra do vereador Salvino Oliveira,

Maria Raiane de Oliveira/CMRJ



Salvino tornou-se o assunto da troca de acusações entre Paes e Castro, com vistas à eleição de outubro

que foi secretário municipal de Juventude? Foi preso hoje após as investigações apontarem ligações com a facção criminosa”.

Grupos políticos

Paes, por sua vez, contra-atacou o governador, publicando um vídeo de seis minutos, no qual ressaltou que existe uma grande diferença entre os dois grupos políticos — o do prefeito e o do governador. “Quero primeiro deixar claro: eu e o governador Cláudio Castro somos muito diferentes. Não sou conivente com nenhum tipo de ilegalidade. Quero dizer aqui que, se ficar comprovado qualquer envolvimento do vereador ou de quem quer que seja, vou ser o primeiro a cobrar punição e exigir que a justiça seja feita. Aqui não se passa a mão na cabeça de quem faz coisa errada”, garantiu, acusando as forças policiais do Estado de estarem sendo usadas politicamente por Castro.

Ainda no contra-ataque, Paes citou a prisão do ex-secretário estadual de Esportes Alessandro

Pitombeira Carracena, preso segunda-feira pela Polícia Federal (PF), acusado de favorecer o tráfico internacional de drogas ao vender influência dentro da administração pública. O prefeito afirmou que outros aliados do governador vêm sendo presos em operações policiais nos últimos meses.

“Desde o início do governo Cláudio Castro, vários de seus aliados foram presos por envolvimento com crime organizado. Já teve secretário negociando com traficante em presídio federal, já teve secretário entregando operação contra o crime, já teve secretário preso por conexões com bicheiros”, acusou.

Paes arrematou ao citar o investimento de mais de R\$ 1 bilhão do Rioprevidência, fundo de previdência dos funcionários do estado, no Banco Master, liquidado e investigado por ter praticado possivelmente a maior fraude bancária do país.

O governador pode ficar ineligível por conta de abuso de poder político e econômico na eleição de 2022. Ele está sendo julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral e está perdendo por 2 x 0.

» Conversa de olho nos EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone, ontem, com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro. Segundo o Palácio do Planalto, eles discutiram a realização de eventos internacionais e a relação entre países da América Latina e do Caribe. O contato, porém, ocorre em um ambiente de ameaça de avanços dos Estados Unidos na região a pretexto de combater o narcotráfico — e o Brasil é o país na berlinda. Os dois “conversaram sobre a integração latino-americana e caribenha”, às vésperas da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), em 21 de março, em Bogotá. Mas há a preocupação mútua sobre eventuais intervenções militares norte-americanas.

CB.PODER

PEC da Segurança propõe profunda reforma

» CAETANO YAMAMOTO*

A PEC da Segurança, aprovada pela Câmara e que será analisada pelo Senado nos próximos dias, está longe de ser uma unanimidade. Instituições de segurança pública, governadores de estados e parlamentares se mostraram insatisfeitos com diferentes aspectos do texto apresentando. Mas, para o presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRFs), Tácio Melo, tem pontos positivos, pois desde 1988 não se propunha uma reforma tão ampla na segurança pública.

“O texto, da forma como chegou, não era o melhor, tanto que foram feitas alterações. Mas tem que parabenizar o governo por pelo menos encaminhar essa PEC. Foram feitas diversas mudanças que éramos contra e conseguimos mudar conversando com o Parlamento e com o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE)”, disse às jornalistas Denise Rothenburg e Sibebe Negromonte, na edição de ontem do *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

Segundo Tácio, o texto final para a Polícia Rodoviária Federal é

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Segundo Tácio, PRF tem pouco efetivo para o aumento de atribuições

considerado por ele como positivo. Isso porque ampliou as atribuições da corporação e enfatiza o trabalho de excelência que é realizado.

Ele ressaltou que as novas atribuições dadas à PRF ampliam as

funções da corporação, que, antes, era responsável pelo patrulhamento apenas das rodovias e estradas federais. Mas, agora, fará o policiamento ostensivo também de ferrovias e hidrovias.

“Isso dá uma garantia jurídica para os policiais rodoviários federais de participam de operações fora das estradas. A PRF faz várias operações conjuntas com outras forças de segurança. Havia muito questionamento jurídico do porquê o agente estava operando fora da rodovia”, observou.

O presidente da FenaPRFs frisou que o efetivo de 13 mil policiais rodoviários federais não é o suficiente para cobrir a malha de estradas do país. E adverte: com ampliação das atribuições alcançando também ferrovias e hidrovias será necessário novos concursos nos próximos anos. Ele calcula um déficit de, pelo menos, 5 mil agentes.

“A PRF já vem se planejando para, no primeiro momento possível, solicitar o ingresso de novos policiais, pois é muito difícil lotar policiais nas fronteiras — as secas são imensas. Então, imagine a amplitude do trabalho que vamos ter quando for policiá-las com rios? Não é suficiente hoje; imagine daqui a algum tempo”, advertiu.

* Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Pesquisa Quaest crava Flávio como principal adversário de Lula

Contra os prognósticos iniciais de que seria o único candidato incapaz de derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições — ao contrário, por exemplo, do governador de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos), que era o “pule de dez” da Faria Lima e do agronegócio —, a pesquisa Genial Quaest, divulgada ontem, mostra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em empate numérico com o petista no segundo turno: 41% de intenções de votos para cada um.

Meses atrás, isso era impensável. Flávio era considerado, pelo Palácio do Planalto e mesmo pela maioria da oposição, o adversário mais fácil de derrotar. Agora, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro é o mais difícil. Com isso, a polarização entre lulismo e bolsonarismo volta a ocupar o centro do cenário político, como em 2022, e reduz o espaço para alternativas de terceira via. As razões principais são a mudança de conjuntura política e o comportamento recente de cada candidato. Ou seja, a velha dialética entre a Fortuna e a Virtú.

Uma das lições de Maquiavel é sobre os príncipes que têm dificuldade para se manter no poder quando as circunstâncias mudam. Em 2022, foi o caso de Bolsonaro. Em 2018, um episódio imprevisto havia desequilibrado a campanha eleitoral: a facada que levou em Juiz de Fora (MG). O atentado reduziu a rejeição que sofria em certos segmentos, que o demonizavam, e reforçou o sebastianismo salvaçãoista de quem já era considerado um “mito”.

Havia, também, um cenário internacional favorável, com Donald Trump na Presidência dos Estados Unidos e outros líderes de direita no poder em países importantes da América Latina e da Europa. Todos surfavam a crise das democracias representativas e o aprofundamento das desigualdades provocadas pela globalização. A situação em 2022, quando Lula se elegeu, já era completamente diferente, ainda mais por causa do democrata Joe Biden na Presidência dos EUA e do negacionismo de Bolsonaro na pandemia.

Entretanto, agora, a roda da história parece girar para trás: Trump voltou ao poder, governos de direita emergem nas vizinhanças e o caso Master impõe um enorme desgaste das instituições políticas, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF). No caso de Lula, na campanha eleitoral, a principal vantagem continua sendo sua posição institucional. Como presidente da República, dispõe da visibilidade do cargo, capacidade de mobilização do Estado e uma base social historicamente consolidada. Mesmo com desgaste recente, Lula mantém uma base eleitoral sólida — especialmente entre eleitores de menor renda, no Nordeste e entre os beneficiários de políticas sociais. O fato de 42% dos entrevistados considerarem o presidente mais moderado que seu próprio partido mostra que, se quiser, ainda tem capacidade de ampliação política. Mas pode ser que não dê mais tempo.

Linhas divisórias

A desaprovação do governo chegou a 51%, enquanto a aprovação caiu para 44%, o pior índice desde julho de 2025. A queda de cinco pontos nas intenções de voto desde dezembro também aponta um elemento simbólico importante: pela primeira vez, o medo da continuidade de Lula no poder (43%) supera, ainda que por margem mínima, o receio da volta do bolsonarismo (42%). A narrativa do “risco autoritário” pode deixar de ser o principal divisor de águas eleitoral em 2022.

Outro ponto crítico para Lula é o eleitorado independente, segmento que costuma decidir eleições competitivas, no qual Flávio aparece à frente, com 32% contra 27%. Essa diferença sinaliza dificuldade em dialogar com setores mais voláteis do eleitorado, especialmente no Sudeste e entre a classe média urbana. Lula estava até agora como aquele príncipe prudente que pensava que jogar parado contra o príncipe desafiante.

Já o senador apresenta uma trajetória inversa. Sua principal força reside na reunificação do campo bolsonarista. O crescimento de cinco pontos percentuais desde dezembro indica que o eleitorado conservador voltou a se mobilizar. Mesmo inegável e preso após condenação relacionada à trama golpista, o ex-presidente permanece como referência simbólica com densidade eleitoral.

Flávio se beneficia diretamente desse capital político, mas procura se apresentar como mais moderado do que o pai: o Bolsonaro que tomou a vacina. Seu avanço entre eleitores independentes é relevante. O crescimento de seis pontos nesse segmento indica que parte do eleitorado que rejeita Lula começa a enxergar nele uma possibilidade de derrotar o petista. O senador deixa de ser um fenômeno de base ideológica para se tornar uma candidatura competitiva nacionalmente.

Por outro lado, Flávio também enfrenta fragilidades estruturais. A principal delas é a alta rejeição do bolsonarismo. O fato de 48% dos entrevistados afirmarem que ele não é mais moderado que seu partido indica que sua imagem ainda está fortemente associada ao núcleo duro do bolsonarismo. Isso limita sua capacidade de ampliar alianças políticas para conquistar setores moderados do eleitorado, bem como resalta a dependência em relação à imagem de Bolsonaro, cuja agenda passa pela anistia dos golpistas do 8 de janeiro e o alinhamento automático com Trump.

A RODA DA HISTÓRIA PARECE GIRAR PARA TRÁS: TRUMP ESTÁ DE VOLTA AO PODER E GOVERNOS DE DIREITA ESTÃO NA VIZINHANÇA

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Fala PHC!

Depois da segunda prisão e a transferência para uma penitenciária federal em Brasília, o ex-banqueiro Daniel Vercaro não mandou sequer um sinal de fumaça à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Quem o senador Renan Calheiros (MDB-AL) espera que compareça ao colegiado, na semana que vem, é o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa.

E tem mais

Além dessa audiência, a comissão trabalha para identificar possíveis falhas e legislar a respeito. Renan começou a elaborar projetos de lei com regras mais rígidas para o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e uma revisão da legislação sobre crimes financeiros. A equipe técnica do presidente da CAE trabalha no texto e há a expectativa de apresentá-lo na semana que vem.

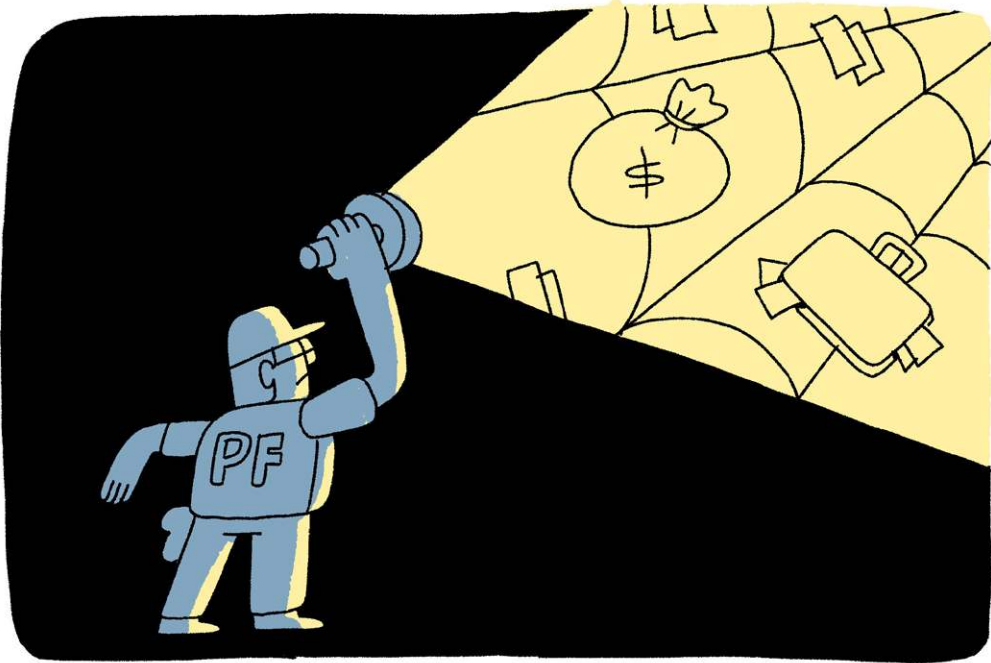
Agora, vai

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), devem almoçar juntos, hoje, no Palácio da Alvorada. É esperado que conversem sobre as indicações recentes, principalmente, do ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). E acertem o envio da carta ao Senado.

A teia da Reag começa a aparecer

Pelo menos três das últimas megaoperações da Polícia Federal — Carbono Oculto (lavagem de dinheiro do crime organizado via setor de combustíveis), Compliance Zero (Banco Master) e Sem Desconto (desvio de recursos de aposentados do INSS) — passaram pela administradora de fundos de investimentos Reag, já liquidada pelo Banco Central (BC). É nesse emaranhado de fios que a PF está se debruçando para tentar montar o grande quebra-cabeça do mercado financeiro e de negócios atípicos. Quem teve acesso a parte das apurações, considera que o caso do ex-prefeito de Salvador, ACM Neto, e os R\$ 3 milhões recebidos por consultoria empresarial, é apenas um dos negócios que vão aparecer, sejam legais ou não. Vem mais, muito mais.

Veja bem/ Até aqui, o que se sabe é que, realmente, ex-CEO da Reag, João Carlos Mansur, tem razão ao dizer à CPI do Crime Organizado que não era uma administradora de fachada do Master. O que a PF investiga é o fato de a empresa aparecer em outros negócios tão nebulosos quanto os do Master/BRB.



CURTIDAS

E as pesquisas, hein?/ O fato de apenas 31% dos entrevistados afirmarem aos pesquisadores da Genial Quæst que foram beneficiados pela isenção do Imposto de Renda foi considerado um dos pontos que ajudam a explicar a avaliação negativa do governo. É que, no ano passado, 61% acreditaram que teriam algum ganho com a medida. Nesse sentido, a frustração foi grande. Agora, é trabalhar com esse dado da realidade.

Metade do caminho/ Com a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU)

em liberar os documentos da inspeção sobre a liquidação do Master para a CAE, os senadores terão acesso a alguns dados sigilosos. Mas o presidente da comissão, Renan Calheiros, já advertiu aos senadores que todo cuidado é pouco. É que, enquanto não houver a quebra de sigilo aprovada no plenário do Senado, nada pode vazar. E a quebra do sigilo dependerá da vontade do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, de pautar os requerimentos.

Sai daí rapidinho!/ A celeridade com que o ministro Dias Toffoli, do

Supremo Tribunal Federal, jogou para escanteio a relatoria da ação que pede a instalação da CPMI do Banco Master foi recebida com alívio por outros ministros. Segue o jogo sem menos um foco de desgaste.

Retorno/ A família da ex-deputada Carla Zambelli acredita que a novela acerca da extradição para o Brasil deve, finalmente, estar perto do fim. O filho, João Zambelli, afirmou à coluna que, até aqui, está tudo caminhando para que ela seja extraditada na semana que vem.

Ed Alves/CB/DA Press



A legislação e os impactos (do fim da escala 6 x 1) precisam ser vistos no mundo real e não no mundo ideal"

Deputado Hugo Leal (PSD-RJ, foto), durante o seminário "Modernização da jornada de trabalho", realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE)



O BRASIL PELAS MULHERES

Formação para uma cultura de proteção

A violência contra a mulher não surge de forma isolada. Ela é construída e naturalizada ao longo do tempo por meio de padrões culturais, desigualdades históricas e silêncios sociais. Nesse contexto, o Correio Braziliense promove um debate para falar sobre a importância da educação como um motor de mudança e da necessidade de promover o enfrentamento nos espaços de formação humana.



Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente

24/03
a partir das 08:30

Auditório do Correio Braziliense
SIG QD 02 lote 340

Promoção:
CORREIO BRAZILIENSE

Realização:
CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO



DIREITOS FEMININOS

Erika Hilton assume Comissão da Mulher

Deputada é a primeira trans a comandar o colegiado. Ela estuda ir ao Conselho de Ética da Câmara contra os comentários que classificou de transfóbicos das parlamentares ligadas às correntes conservadoras da Casa, que criticaram a escolha

» DANANDRA ROCHA

A deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) foi eleita, ontem, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. É a primeira vez que uma mulher trans assume o comando do colegiado. Houve protesto das bolsonaristas e a parlamentar estuda recorrer ao Conselho de Ética contra as falas transfóbicas.

O pleito foi em dois turnos. No primeiro, apesar de Erika concorrer com chapa única, não alcançou o número necessário para ser confirmada na presidência da comissão. Foram registrados 10 votos favoráveis e 12 em branco, o que impediu a eleição naquele momento. Como os votos em branco não atingiram a maioria absoluta — eram necessários 13 —, a presidente da comissão, Célia Xakriabá (PSol-MG), abriu uma segunda votação, em que bastava maioria simples. Assim, Erika foi escolhida com 11 votos favoráveis e 10 em branco.

Depois de assumir o cargo, Erika afirmou que pretende concentrar o trabalho do colegiado em políticas públicas voltadas à proteção e à dignidade das mulheres. As bolsonaristas questionaram a escolha de uma mulher trans para o comando do colegiado e deputadas como Chris Tonietto (PL-RJ) e Clarissa Tércio (PP-PE) afirmaram que a comissão deveria ser presidida por uma mulher cisgênero. Elas criticaram, também, aquilo que classificaram como “ideologização” da pauta.

“Não podemos concordar com a entrega desta comissão, que deveria zelar pela dignidade da mulher, da vida e da família, a uma pauta que desvirtua a própria essência feminina”, disse Chris Tonietto. Clarissa Tércio, por sua vez, considerou que o colegiado deveria ser presidido por uma “mulher de fato” — argumentou, ainda, que a eleição de Erika é um retrocesso para a pauta feminina.

O incômodo com a eleição da deputada do PSol para comandar

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Fui eleita a primeira travesti, mulher trans, presidenta da Comissão das Mulheres, criando um marco histórico. Vamos trabalhar por todas as mulheres — pelas meninas, pelas mulheres trans, pelas mulheres cis, pelas mães e pela dignidade das mulheres”

Deputada Erika Hilton (PSol-SP)

a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara causou incômodo até mesmo no Senado. Em discurso no plenário da Casa, Damares Alves (Republicanos-DF) criticou a escolha, que, para ela, representaria um risco aos espaços historicamente ocupados por mulheres.

“Não posso permitir que um movimento no Brasil queira me tirar, inclusive, o direito de eu falar na tribuna que eu sou mulher”, afirmou.

Damars acrescentou que reconhece a necessidade de defesa dos direitos de pessoas trans, mas argumentou que a Comissão da Mulher deveria ser ocupada por mulheres “que nasceram mulheres”. “Sou mulher, eu nasci mulher e ninguém vai tirar o meu direito de falar que eu sou mulher”, disse.

A senadora também afirmou que, embora reconheça que pessoas trans mereçam espaços para a

defesa de seus direitos, a presidência do colegiado — que debate políticas voltadas às mulheres — não deveria, em sua visão, ser ocupada por uma parlamentar trans.

Reação às críticas

Ao **Correio**, Erika minimizou as críticas à sua eleição e disse que o foco da comissão deve ser o enfrentamento de problemas estruturais que afetam as mulheres no país. “Estou preocupada mais com o fato de que vamos trabalhar em prol da dignidade das mulheres. Precisamos enfrentar o feminicídio, a cultura do estupro, a violência doméstica e facilitar legislações que salvem a vida das mulheres”, afirmou.

A parlamentar acrescentou que pretende transformar o colegiado em um espaço de acolhimento e debate sobre propostas legislativas relacionadas à pauta feminina.

Segundo Erika, o objetivo é evitar disputas ideológicas que, em sua avaliação, desviem o foco das políticas públicas.

“Quero fazer da comissão um espaço de escuta e acolhimento das mulheres, mas, também, de discussão de legislações que tratem da vida das mulheres. Está decidido por maioria: fui eleita a primeira travesti, mulher trans, presidenta da Comissão das Mulheres, criando um marco histórico. Vamos trabalhar por todas as mulheres — pelas meninas, pelas mulheres trans, pelas mulheres cis, pelas mães e pela dignidade das mulheres”, frisou.

As demais integrantes da mesa diretora são as deputadas Laura Carneiro (PSD-RJ), como primeira vice-presidente; Delegada Adriana Accorsi (PT-GO), como segunda vice; e Socorro Neri (PP-AC), como terceira vice-presidente.

PL garante a posse de spray

» LETÍCIA CORREIA*

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 727/26, que permite a posse, o porte, a comercialização, aquisição de aerossóis e extratos vegetais, como o spray de pimenta, para fins de defesa pessoal. O texto, que será remetido ao Senado, autoriza a compra do dispositivo por mulheres a partir dos 16 anos, com autorização do responsável legal.

O PL é de autoria da deputada Gorete Pereira (MDB-CE). Antes de, eventualmente, ser liberado o acesso, o produto precisará ser examinado e regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Exército.

Atualmente, a permissão para a compra depende da legislação específica do estado ou município onde a mulher reside. Em locais sem lei específica, o porte de spray de pimenta para defesa pessoal pode levar à interpretação de ser restrito às forças de segurança.

Para adquirir o dispositivo, a mulher deverá apresentar documento com foto, assinar uma autodeclaração de que não foi condenada por crime de violência e informar o endereço de onde mora. Os estabelecimentos guardarão os dados da compradora por cinco anos. Segundo a relatora do PL, deputada Gisela Simona (União-MT), “não basta dizer que o crime é inaceitável: é preciso permitir que a potencial vítima tenha o meio necessário para evitá-lo”. Ela afirmou que o spray destina-se apenas à neutralização temporária do agressor, permitindo a fuga da vítima e a identificação do infrator pela polícia.

É justamente a inabilitação para o uso a principal crítica de quem é contrário à facilitação do acesso. Segundo a deputada Erika Kokay (PT-DF), “o spray de pimenta que não contém a substância OC (abreviação de **Oleoresin Capsicum**) cumpre a função de autodefesa e não coloca em risco a vida da própria mulher. Conversava com pessoas que trabalham com isso e disseram que se a mulher acionar o spray contra o homem e se, porventura, a mão dela é desviada e atinge essa mulher, pode perder a visão se o jato alcançar o olho”.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Substância tóxica

O **Oleoresin Capsicum** (comumente abreviado como OC) é um extrato natural concentrado obtido a partir de pimentas do gênero *Capsicum* (como a malagueta ou a caiena). Diferente do pó de pimenta comum, é um óleo resinoso que contém altas concentrações de capsaicina, o composto químico responsável pela sensação de ardor e calor. Ao entrar em contato com os olhos, mucosas e pele, causa inflamação imediata, fechamento involuntário das pálpebras, tosse e sensação de queimação intensa. Os efeitos costumam durar de 20 a 90 minutos, mas, geralmente, não deixam danos permanentes.

Ministra adverte para estado de “barbárie”

» IAGO MAC CORD

Para a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Brasil vive um cenário de “barbárie” por causa das estatísticas sobre a violência contra as mulheres. A crítica foi feita, ontem, no evento “Todas e Todos Contra o Feminicídio”, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

“Não falo em recivilização porque não falo em civilização em um local em que matam pessoas. Matam crianças, matam meninas. Fisicamente, socialmente, intelectualmente, psicologicamente. Isso não é uma civilização; é um simulacro que ainda não chegou ao aspecto civilizatório de uma humanidade que rejeita a barbárie”, observou.

A ministra também criticou a estratégia de alguns advogados de atacar a vida pregressa das vítimas para justificar o crime. Ela reforçou que a resistência feminina é o que mantém vivo preceito constitucional de uma sociedade livre, justa e solidária.

Para o presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, o feminicídio

é a falha do Estado em sua rede de proteção. Por conta disso, anunciou o início de uma fiscalização para avaliar a eficácia das políticas públicas de proteção à mulher e o combate ao homicídio de gênero.

“Feminicídio é a forma mais extrema da violência contra a mulher e ele não aparece de repente, não nasce de um único episódio. O feminicídio é, quase sempre, o último capítulo de uma sequência de violências — ameaças, agressões verbais, morais, humilhações, controle, medo. Violências que, por vezes, são denunciadas e perguntas que nem sempre encontram a tempo, no momento, uma resposta eficaz do Estado”, observou.

Segundo Vital do Rêgo, “o TCU não apenas atua fiscalizando contas, atua avaliando políticas públicas e ajudando o Estado brasileiro a funcionar melhor para o cidadão. E, ao longo dos últimos anos, temos procurado contribuir para o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio de diversos trabalhos de fiscalização”.

Samuel Figueira/TCU



Cármen Lúcia criticou estratégia de advogados de desqualificar vítimas

Escalada

Representando o Ministério das Mulheres, a ministra substituta Eutália Barbosa afirmou que o Brasil enfrenta uma escalada alarmante na violência de gênero. Segundo ela, foram 1.548 mortes de mulheres por feminicídio em 2025, o que

representa um aumento de 6% em relação ao ano anterior.

“(O feminicídio) não acontece do dia para a noite, não acontece por acaso. É o resultado, infelizmente, de um histórico de violações e de violências contra a mulher e contra as mulheres. Trata-se de um fenômeno complexo, estrutural,

multifatorial”, disse.

Eutália detalhou os avanços legislativos recentes que tentam conter a impunidade, como a Lei 14.994/24, que agravou as punições para o crime de feminicídio — antes uma qualificadora do homicídio. A ministra substituta citou a atual investigação da Polícia Federal (PF) contra jovens na faixa dos 20 anos que publicaram vídeos incitando a agressão de mulheres.

“Passamos por um período de apagão e de criminalização do debate sobre igualdade de gênero. É como se tivéssemos gerado um salvo-conduto no qual homens se sentem absolutamente à vontade para violar e tomar corpos femininos”, lamentou.

Já a deputada Célia Xakriabá (PSol-MG), que passou a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara para a colega Erika Hilton (PSol-SP), defendeu que o assassinato de mulheres no Brasil seja tratado como uma “pandemia”. “A luta contra o feminicídio é a luta da reumanização, porque sabemos que um Brasil que caminha pra frente não pode chegar adiante matando mulheres. Nós podemos fazer o enfrentamento”, exortou.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,28% São Paulo	179.364 6/3 9/3 10/3 11/3	R\$ 5,159 (+ 0,03%)	5/março 5,287 6/março 5,243 9/março 5,164 10/março 5,157	R\$ 1.621	R\$ 5,969	14,90%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33

CONFLITO NO ORIENTE / Agência Internacional de Energia libera 400 milhões de barris. O tipo Brent fechou a sessão de ontem com aumento de 4,76%, a US\$ 91,98. Petrobras, que analisa o desenrolar da crise, realiza leilão de diesel

Ocidente tenta frear crise no petróleo

» EDLA LULA
» RAPHAEL PATI

Agência Internacional de Energia (AIE) anunciou, ontem, que os seus 32 países-membros aprovaram, em decisão unânime, disponibilizar 400 milhões de barris de petróleo de suas reservas de emergência ao mercado. A decisão foi tomada após uma reunião extraordinária do grupo, na qual o diretor-executivo da organização, Fatih Birol, afirmou que a crise vivenciada no setor de petróleo é “sem precedentes”.

A cotação do barril tipo Brent com vencimento em abril fechou a sessão de ontem com aumento de 4,76%, a US\$ 91,98, enquanto que o West Texas Intermediate (WTI) encerrou o dia com alta de 4,55%, a US\$ 87,25. Ambas as cotações são as principais referências globais para o preço da commodity.

“Os mercados de petróleo são globais, portanto a resposta a grandes interrupções também precisa ser global. A segurança energética é o mandato fundador da AIE, e fico satisfeito em ver que os membros da agência estão demonstrando forte solidariedade ao tomar medidas decisivas em conjunto”, destacou o diretor.

Ainda de acordo com a AIE, os estoques de emergência não serão disponibilizados de uma só vez, mas de acordo com as circunstâncias de cada país-membro. Ao todo, os membros da AIE mantêm estoques de emergência superiores a 1,2 bilhão de barris, além de outros 600 milhões de barris de estoques da indústria mantidos sob obrigação governamental.

Ontem pela manhã, o Irã atacou três navios que cruzavam clandestinamente o Estreito de Ormuz. Uma das embarcações teria sido atingida por um “projétil desconhecido”, como relatou a autoridade marítima do Reino Unido, enquanto navegava em uma região próxima a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Outro navio de carga pegou fogo e precisou ser evacuado ao norte da Península de Musandam, em Omã, após

MANDEL NGAN



Ao anuncia a decisão, por unanimidade, o diretor-executivo da agência, Fatih Birol, avaliou que a crise vivenciada no setor de petróleo é “sem precedentes”

também ser atingido. Desde o início dos conflitos, 13 embarcações foram atacadas na região, de acordo com o órgão britânico.

O porta-voz do quartel-general do comando militar iraniano de Khatam al-Anbiya, em Teerã, Ebrahim Zolfaqari, emitiu uma mensagem de alerta para os Estados Unidos: “Preparem-se para o barril de petróleo chegar a US\$ 200, porque o preço do petróleo depende da segurança regional, que vocês desestabilizaram”, disse, em referência aos norte-americanos.

Petrobras

O Brasil, que não integra a AIE, segue sem anunciar medidas concretas para conter os efeitos inflacionários da crise. Na última segunda-feira, em entrevista à agência de notícias Bloomberg, em

Nova Iorque, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reforçou que a estatal analisa os cenários. “Estamos acompanhando de perto todos esses acontecimentos e vamos reagir no momento certo. Precisamos ter certeza de que não se trata de uma tendência passageira e de que o cenário é razoavelmente estável para nos permitir seguir na direção correta”, afirmou.

Para o economista e consultor de Riscos Rodrigo Provazzi, o anúncio da AIE trará, curto prazo, efeito “psicológico e financeiro”. Segundo ele, a medida sinaliza ao mercado que há oferta disponível para mitigar o choque. A médio prazo, no entanto, o impacto seria limitado. “Trata-se de um instrumento temporário: se a interrupção logística no Oriente Médio persistir, especialmente no Estreito de Ormuz, os estoques apenas

‘compram tempo’”, avalia.

Na visão do gerente do núcleo de Energia e Sustentabilidade da BMJ Consultores, Leon Rangel, qualquer pressão sobre o preço dos combustíveis deve ser olhada com atenção pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo em ano eleitoral. Nesse cenário, ele acredita que a Petrobras pode buscar ampliar a produção de petróleo nacional, com vistas a aumentar a exportação. “A gente vai ter que ver se tudo que ela (Petrobras) vai ganhar com a exportação de petróleo bruto ela vai conseguir segurar nesses repasses nacionais. Qual a vantagem para o Brasil? A gente poderia exportar muito, arrecadar bastante e você absorve parte dos custos e aposta em biocombustíveis. Mas o problema ainda é o diesel, que o país ainda importa muito”, comenta o especialista.

Leilão

Em resposta às pressões do setor privado, a Petrobras realizou, ontem, um leilão no qual vendeu 20 milhões de litros de diesel para entrega a partir de 16 de março. Na segunda-feira, o Sindicato Nacional Transportador, Revendedor e Retalhista de combustível (SindTRR) reclamou junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP) dificuldade no fornecimento do diesel por parte das distribuidoras.

No leilão de ontem, a Petrobras vendeu o combustível a um preço R\$ 1,80 acima do que comercializa nas suas refinarias. “A venda de produtos por meio de leilão é uma prática comercial prevista nos contratos firmados com as distribuidoras, com o objetivo de complementar a oferta regular ou a captura de



Os mercados de petróleo são globais, portanto a resposta a grandes interrupções também precisa ser global. A segurança energética é o mandato fundador da AIE”

Fatih Birol, diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE)

oportunidades através da venda de volumes adicionais, de forma competitiva, transparente e isonômica”, informou a estatal.

A Petrobras vem sofrendo críticas por parte das refinarias privadas e de importadoras por manter os preços da gasolina e do diesel inalterados, mesmo diante dos ataques.

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), divulgou nota apontando defasagem média de R\$ 2,74 por litro de óleo diesel e de R\$ 1,22 por litro de gasolina.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), por sua vez, divulgou nota na qual acusa o setor de tentar reduzir artificialmente a oferta, para desabastecer o país. “É um absurdo ameaçar o país com desabastecimento para forçar aumento de preços. O Brasil produz petróleo a custos muito baixos, especialmente no pré-sal, que está entre os mais baratos do mundo. Usar o risco de falta de combustível para pressionar reajustes é uma prática abusiva, que penaliza diretamente a população brasileira”, afirmou Deyvid Bacelar, coordenador-geral da FUP.

Governo nega haver intervenção

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» DANANDRA ROCHA

Em meio à perspectiva de aumento do preço do petróleo no mercado internacional, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, negou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva intervenha na Petrobras para reduzir o preço dos combustíveis.

“Não vamos ser irresponsáveis de fazer nenhuma intervenção em uma empresa (a Petrobras) de capital aberto, listada na Bolsa Nova York e que tem sua governança própria”, disse Silveira, ao ser questionado por deputados federais, que participaram, ontem, de audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal.

A declaração do ministro, que respondeu a suposições de que o governo brasileiro reduziria “na marra” o valor dos combustíveis como uma maneira de controlar a

inflação, tem como cenário o aumento no petróleo por causa dos conflitos entre Estados Unidos e Israel contra o Irã.

Embora Alexandre Silveira tenha garantido que não vai interferir no preço do combustível, esse é um tema de enorme relevância para o governo. Isso porque um provável aumento no combustível terá impactos na inflação do país, uma vez que o modal rodoviário é a base do transporte brasileiro.

Formas de evitar esse quadro para controlar a inflação foram discutidas pelo ministro de Minas e Energia e o presidente Lula, em reunião realizada no Palácio do Alvorada anteontem. “Nós (o governo) temos a maior parte dos conselheiros (da Petrobras) mas nós sempre destacamos que a Petrobras é respeitada, tem plano de investimento a cumprir e é uma empresa de desenvolvimento nacional fundamental”, pontuou Silveira.

Ed Alves/CB/DA Press



Críticas à Enel

Durante a audiência na Câmara, Silveira também criticou a atuação da Enel, concessionária responsável pela distribuição de energia em São Paulo. Segundo

ele, a empresa enfrenta dificuldades para responder com eficiência os impactos de tempestades e ventos fortes, em razão de uma estrutura de gestão centralizada na Itália.

“O que vemos é uma morosidade na resposta aos eventos

climáticos severos. Isso ocorre porque a gestão é muito centralizada, diferente das outras distribuidoras que têm uma resposta muito mais rápida aqui no Brasil.”, apontou.

O ministro também criticou a postura do prefeito de São

Silveira: “Não vamos ser irresponsáveis de fazer nenhuma intervenção em uma empresa de capital aberto, listada na Bolsa Nova York”

Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e afirmou que há “politicagem por parte do prefeito” do tema no debate público. Silveira disse que já havia manifestado essa avaliação diretamente ao prefeito em reuniões anteriores.

Infraestrutura

Para o ministro, parte relevante do problema está relacionada à infraestrutura da rede elétrica da capital paulista. Ele destacou que a maior parte da rede de distribuição é aérea e passa por áreas densamente arborizadas.

“São Paulo é uma das metrópoles mais arborizadas do país. Cerca de 80% da rede de distribuição está no meio de árvores. Não se resolverá o problema de São Paulo se não for uma parceria entre qualquer distribuidora se não tiver boa vontade por parte do prefeito”, disse.

CONSUMO

80% de lares estão com dívidas

Pesquisa da CNC aponta que o endividamento das famílias brasileiras atingiu recorde em fevereiro. Inadimplência chega a 29,6%

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ*

Enquanto as contas chegam, o brasileiro se afunda cada vez mais nas dívidas que parecem virar uma bola de neve. Este cenário ficou mais frequente nos lares do país em um cenário de juros altos e menor poder aquisitivo, como atesta o levantamento mais recente da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgado ontem. De acordo com o estudo, quatro em cada cinco famílias tinham alguma dívida no último mês de fevereiro, o que representa o maior nível desde o início da série histórica, em 2010.

O levantamento realizado mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que em fevereiro de 2026, 80,2% desses grupos possuíam alguma dívida, o que indica um aumento de 3,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os dados divulgados ontem ainda revelam que a inadimplência voltou a subir em fevereiro, após três meses de queda. Nesse período, a taxa subiu para 29,6%, o que, na visão do presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, é um impacto direto do nível elevado da taxa de juros no país. Desde junho de 2025, a Selic permanece no maior nível em quase 20 anos, a 15% ao ano (a.a.).

“Embora o crédito seja um motor essencial para o consumo, o custo do dinheiro permanece proibitivo, criando um ciclo perigoso em que o aumento das dívidas é potencializado por juros altos que dificultam a amortização. Sem alívio consistente nos juros, a capacidade das famílias de limpar seus cadastros fica seriamente comprometida, o que acaba por frear o dinamismo do nosso comércio e serviços”, destaca Tadros.

Para o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, embora o endividamento recorde assuste, o que preocupa mais a entidade é o nível elevado da inadimplência, que representa a parcela da população endividada que não consegue honrar com esses compromissos financeiros e ficam com o nome “sujo”.

De acordo com a pesquisa, o tempo médio de atraso dos pagamentos subiu para 65,1 meses, o

Divulgação/CNC



Ao atribuir a elevação aos juros, Tadros avalia que, embora o crédito seja um motor do consumo, o custo do dinheiro é proibitivo

que representa o nível mais alto desde o fim de 2024. Além disso, a parcela de consumidores inadimplentes por mais de 90 dias avançou para 49,5%, evidenciando que os atrasos estão cada vez mais longos. “O aumento do endividamento preocupa, não costumamos ver este nível, mas o crescimento da inadimplência preocupa ainda mais porque é mais um sintoma do estrago que este longo período de aperto monetário com a alta Selic provoca no orçamento das famílias brasileiras”, analisa Bentes.

Insegurança

O caminhoneiro Kleiber Vieira, de 52 anos, é um exemplo de como a insegurança também pode gerar inadimplência. Ele conta que ficou com o nome “sujo” após ter o veículo roubado quando



Muitos brasileiros têm a sensação de que os salários permanecem os mesmos, enquanto os preços de itens essenciais, serviços e até do próprio crédito aumentam gradualmente”

Reinaldo Domingos, presidente da Abefin

ainda faltavam 11 parcelas de R\$ 6 mil para terminar o financiamento. Segundo ele, o caminhão tinha sido adquirido por meio do antigo programa Pró-Caminhoneiro. Após o roubo, afirmou que não conseguiu renegociar o débito com a instituição financeira responsável pelo contrato.

“Essa dívida se tornou impagável. Era um financiamento ligado a um programa para caminhoneiros e não houve negociação, apenas a cobrança de juros sobre juros. Eu devia cerca de R\$ 66 mil e fiz propostas para pagar em 12 ou 24 vezes, mas não aceitaram”, disse. De acordo com o motorista de caminhão, o valor da dívida aumentou ao longo dos anos. “Hoje ela já passa de R\$ 300 mil, então se tornou impossível pagar nas minhas condições”, afirmou.

Vieira também relata impactos no dia a dia de trabalho. “Por

causa dessa dívida, eu sofro bloqueio judicial. Isso me prejudica porque trabalho com frete e recebo pagamentos em conta. Hoje não posso mais usar a minha conta bancária e tenho que utilizar a conta dos meus filhos”, disse. O caminhoneiro afirma que até o momento do roubo estava com as parcelas em dia. “Em dezembro de 2018 aconteceu o roubo. Até então eu estava pagando normalmente, mas naquele mês já não consegui pagar, porque também retiraram o dinheiro que eu tinha na conta”, relatou.

Organização

Para o presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (Abefin), Reinaldo Domingos, o crescimento do endividamento das famílias reflete um cenário que já pode ser

caracterizado como uma “epidemia de inadimplência” no país. “Esse movimento ocorre principalmente por um descompasso cada vez maior entre renda e custo de vida. Muitos brasileiros têm a sensação de que os salários permanecem os mesmos, enquanto os preços de itens essenciais, serviços e até do próprio crédito aumentam gradualmente”, comenta.

Diante de uma pressão cada vez maior no orçamento, o presidente da associação explica que o crédito acaba sendo utilizado como uma solução imediata para manter o padrão de consumo, ou até mesmo para cobrir despesas básicas. “O problema é que grande parte dessas operações ocorre em modalidades com juros elevados, como cartão de crédito e empréstimos pessoais, o que acelera o processo de endividamento e aumenta o risco de inadimplência”, acrescenta Domingos.

A pesquisa da CNC mostra ainda que o avanço do endividamento atinge todas as faixas de renda da população. No último mês de fevereiro foi impulsionado majoritariamente pelas famílias de maior renda, que recebem acima de 5 salários mínimos. Inclusive entre as com renda superior a 10 salários mínimos, o endividamento saltou de 3,8% em relação ao ano anterior. Já na faixa dos mais pobres, onde a inadimplência castiga mais, o percentual de contas em atraso manteve-se elevado em 38,9%.

A planejadora financeira Gabriela Vale alerta para os riscos antes de assumir uma nova dívida. Segundo ela, é fundamental que o consumidor avalie três pontos principais: a real necessidade da despesa, a capacidade de pagamento sem comprometer o orçamento mensal e o custo efetivo do crédito. “A recomendação é que as parcelas não comprometam de forma excessiva a renda e que o consumidor tenha clareza de que toda decisão de crédito representa antecipação de consumo”, ressalta a especialista.

“Importante aconselhar que interromper o parcelamento de despesas cotidianas é um passo essencial para recuperar o controle financeiro”, pontua Vale.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

EMPRESAS

Raízen pede renegociação de dívidas

A Raízen confirmou, ontem, que protocolou seu pedido de recuperação extrajudicial na Comarca da Capital de São Paulo para renegociar cerca de R\$ 65,1 bilhões em dívida. Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa afirma que a recuperação extrajudicial foi consensualmente estruturada com seus principais credores financeiros quirográficos, com o objetivo de assegurar um ambiente jurídico estável, protegido e adequado para a negociação e implementação da reestruturação das dívidas financeiras quirográficas no montante aproximado de R\$ 65,1 bilhões, bem como

de outros créditos intercompany.

Segundo a empresa, o plano conta com adesão expressa dos credores signatários titulares de mais de 47% das dívidas financeiras quirográficas, porcentual suficiente para o ajuizamento da recuperação extrajudicial e que demonstra apoio relevante aos esforços para viabilizar a reestruturação das obrigações financeiras do Grupo Raízen.

A companhia lembra que, nos termos da legislação aplicável, o Grupo Raízen dispõe do prazo de 90 dias, a contar do processamento da recuperação extrajudicial, para obter o porcentual mínimo necessário à homologação de seu plano de recuperação

extrajudicial, assegurando, assim, a vinculação de 100% dos Créditos Sujeitos aos novos termos e condições de pagamento a serem definidos no Plano.

Opções

“O plano poderá envolver a capitalização do Grupo Raízen pelos seus acionistas; a conversão de parte dos Créditos Sujeitos em participação acionária na companhia; a substituição de parte dos Créditos Sujeitos por novas dívidas; reorganizações societárias, destinadas à segregação de parcela dos negócios atualmente conduzidos pelo Grupo Raízen; e venda de ativos do Grupo Raízen”, informa.

A Raízen esclarece que a recuperação extrajudicial possui escopo limitado, estritamente financeiro, e não abrangerá as dívidas e obrigações do Grupo Raízen com seus clientes, fornecedores, revendedores e outros parceiros de negócios, essenciais para a sua operação e continuidade de suas atividades, as quais permanecem vigentes e continuarão sendo cumpridas normalmente nos termos dos respectivos contratos.

“As operações do Grupo Raízen seguem sendo conduzidas normalmente, no atendimento a clientes, na relação com fornecedores e na execução de seus planos de negócios”, afirma.

Leônidas Kashiyama/Raízen/Divulgação



Segundo a Raízen, a recuperação extrajudicial é apenas financeira

Reprodução/Instagram/@paodeacucar



Empresa e os credores terão mais 90 dias para negociar

Justiça aceita pedido do Pão de Açúcar

O pedido de recuperação extrajudicial do Grupo Pão de Açúcar (GPA) foi acatado pela 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, ontem. A proposta com efeitos imediatos permite que parte das dívidas da rede varejista sejam negociadas sem intervenção judicial.

O plano de recuperação envolve dívidas sem garantias que não constituem obrigações correntes ou operacionais, chegando a aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. Os principais credores, titulares de R\$ 2,1 bilhões do valor total da negociação,

aprovaram a proposta.

Se na recuperação judicial todo o processo é supervisionado pelo Judiciário, na recuperação extrajudicial as negociações ocorrem de forma direta entre a empresa e os credores.

Com a validação da Justiça, o GPA - que além dos supermercados Pão de Açúcar, envolve os supermercados Extra — e os credores poderão negociar por mais 90 dias. “Nesse período, a companhia confia que conseguirá o apoio da maioria dos créditos sujeitos ao processo e espera chegar a uma solução estruturada

que resolva simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo”, diz o comunicado publicado pelo grupo.

Plano

O plano prevê que a companhia deixe de cumprir com obrigações de pagamento sem garantia pelo prazo de 90 dias, com o objetivo de recuperar a saúde financeira da empresa. Esse valor, no entanto, não deve prejudicar o pagamento de obrigações trabalhistas, assim como os

compromissos com fornecedores, parceiros e clientes do grupo.

Durante os três meses de vigência do plano, o GPA espera “chegar a uma solução estruturada que resolva simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo”. No último balanço divulgado pelo grupo, referente ao quarto trimestre de 2025, o Pão de Açúcar teve um prejuízo de R\$ 572 milhões, acima do esperado pelo mercado, apesar de ainda estar 48,2% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior.



A guerra chega ao Estreito de Ormuz

Irã ataca vários navios no canal responsável pelo escoamento de um quinto do petróleo mundial e espalha minas pela região. Teerã ameaça bombardear bancos ligados aos EUA e a Israel. Funeral de autoridades iranianas reúne milhares

» RODRIGO CRAVEIRO

O Estreito de Ormuz, uma das vias marítimas mais importantes para o comércio mundial, transformou-se em uma das áreas sensíveis da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã. Navios em chamas e minas navais espalhadas pelas forças iranianas ameaçaram o tráfego de embarcações na região. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, garantiu que a Operação Fúria Épica acabou com a Marinha de Teerã e anunciou que as forças norte-americanas destruíram 28 navios minadores, responsáveis pela instalação dos explosivos. O Irã atacou vários navios no Estreito de Ormuz, incluindo um porta-contêineres, dois cargueiros e um graneleiro de bandeira tailandesa — os 20 tripulantes deste navio foram resgatados com segurança. O titular da Casa Branca afirmou que “muito em breve” haverá “grande segurança” no canal. Pouco depois, declarou que os EUA “devem terminar o trabalho” no Irã. O regime teocrático islâmico advertiu que a guerra poderá ser “longa” e “destruir a economia mundial”. Também ameaçou os centros financeiros e bancos vinculados aos EUA e a Israel no Oriente Médio. O conglomerado Citigroup e a consultoria Deloitte, também presente em Brasília, foram forçadas a esvaziar seus escritórios em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Ali Fadavi, assessor do comandante-chefe da Guarda Revolucionária Iraniana, enviou um alerta a americanos e israelenses “Eles devem considerar a possibilidade de se verem envolvidos em uma guerra de desgaste de longo prazo que destruirá toda a economia americana e a economia mundial”. Em entrevista ao site Axios, Trump assegurou que “praticamente nada resta para atacar” no Irã e tornou a prever o rápido fim da guerra. “Assim que eu quiser que isso pare, vai parar”, avisou, em resposta a Teerã, mas também a Israel Katz, ministro da Defesa israelense, segundo o qual a operação “continuará sem qualquer limite de tempo”. No Líbano, as Forças de Defesa de Israel (IDF) intensificaram os bombardeios ao sul da capital Beirute, um bastião do movimento fundamentalista xiita Hezbollah.

Marinha Real Tailandesa/AFP



O cargueiro tailandês “Mayuree Naree” em chamas, próximo ao Estreito de Ormuz, depois de um ataque iraniano: 20 marinheiros resgatados



Não queremos ir embora antes da hora, certo? Temos que terminar o trabalho, não?”

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

Sean Foley, professor de história islâmica e de Oriente Médio da Middle Tennessee State University, classifica como “graves” os últimos desdobramentos no Estreito de Ormuz. “Eles poderiam impactar qualquer país que utilizar o canal para exportar energia ou alumínio para o resto do mundo ou importar mercadorias ou alimentos à região, mesmo após o fim das hostilidades”, admitiu ao **Correio**.

Atta Kenare/AFP



Caminhão com caixões de oficiais da Guarda Revolucionária, em Teerã

“As minas impactarão qualquer um que tentar navegar pelo Estreito de Ormuz. Os navios dos Estados Unidos são extremamente suscetíveis às minas. De fato, elas são consideradas há muito tempo o ‘calcanhar de Aquiles’ da Marinha dos EUA. Quinze dos 19 navios da

Marinha dos EUA afundados ou seriamente danificados por ações inimigas desde 1945 foram vítimas de minas inimigas.”

Foley esclarece que as minas podem provocar ainda mais caos nos mercados mundiais de energia e financeiros. Ele ressaltou que apenas

três dos principais exportadores de petróleo da região (Omã, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita) possuem rotas terrestres viáveis que não atravessam o Estreito de Ormuz. “Isso significa que partes significativas das principais exportações da região — como energia (petróleo e gás natural) e alumínio — não podem ser facilmente escoadas para o exterior. Basta vermos a forte alta nos preços do petróleo bruto na segunda-feira, que começa a ser sentida em todo o mundo. Países como Bangladesh e Filipinas estão implementando aulas on-line ou limitando o número de dias semanais de trabalho presencial dos funcionários públicos. Na Tailândia, as pessoas estão sendo orientadas a caminhar em vez de usar elevadores! Por sua vez, os países do Golfo não podem importar recursos vitais”, advertiu. “Vale lembrar que 30% de todos os fertilizantes do mundo transitam pelo Estreito de Ormuz, resultado dos abundantes recursos de gás natural da região.”



Eles devem considerar a possibilidade de se verem envolvidos em uma guerra (...) que destruirá toda a economia americana e a economia mundial”

Ali Fadavi, assessor do comandante-chefe da Guarda Revolucionária Iraniana

Cortejo fúnebre

Em Teerã, uma multidão se reuniu na Praça Enghelab (“Revolução”) para o cortejo fúnebre de autoridades mortas durante os bombardeios israelo-americanos. Os caixões foram levados em caminhão com as laterais da caçamba abertas e coberto por uma enorme bandeira do Irã e por fotos do aiatolá Ali Khamenei. Entre os corpos, estavam os de Abolrahim Moussavi, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Mohammad Pakpour, comandante da Guarda Revolucionária; Aziz Nassirzadeh, ministro da Defesa; e Ali Shamkhani, assessor de Segurança. Até o fechamento desta edição, o funeral de Khamenei, morto em um ataque aéreo em 28 de fevereiro, não tinha data marcada.

Um assessor do aiatolá Mojtaba Khamenei, líder supremo iraniano escolhido no domingo, disse que Trump é o presidente “mais corrupto e estúpido da história”. “É o Satanás em pessoa”, disparou Yahya Safavi. O embaixador do Irã no Chipre, Alireza Salarian, revelou ao jornal britânico *The Guardian* que Mojtaba sofreu lacerações no rosto e uma fratura no pé, durante o bombardeio que matou o pai, Ali Khamenei.

Para Arash Azizi, historiador da Universidade de Yale, tanto os EUA quanto o Irã fletam com a possibilidade de um cessar-fogo a curto prazo. “Ao mesmo tempo, vemos Israel iniciando uma nova atividade. Temos visto confrontos armados em Teerã envolvendo as forças de segurança, o que tem levado militares iranianos de alta patente a saírem às ruas para combates. Poderem ocorrer novas surpresas em breve.”

CHILE

Kast assume como o presidente mais à direita desde Pinochet

O Chile impossou, ontem, o primeiro presidente ultraconservador desde 1990. O advogado de extrema-direita José Antonio Kast, 60 anos, assumiu o Palácio de La Moneda determinado a instaurar um “governo de emergência” para combater a violência e a imigração ilegal. O novo chefe de Estado tomou o juramento dos 24 ministros que compõem o seu gabinete — dois deles foram advogados do general Augusto Pinochet, responsável por comandar um aparato repressivo que deixou mais de 3.200 mortos e desaparecidos. A cerimônia de posse contou com os presidentes Javier Milei (Argentina), Daniel Noboa (Equador) e Rodrigo Paz (Bolívia), além da líder opositora e Nobel da Paz venezuelana María Corina Machado. Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desistiu da viagem, o Brasil esteve representado

pelo chanceler Mauro Vieira. Ao fim da cerimônia de posse, Kast cumprimentou simpatizantes enquanto desfilava a bordo de um Ford Galaxie preto conversível, carro oferecido pela rainha Elizabeth II, do Reino Unido, em 1968.

Marcelo Mella, cientista político e professor do Departamento de Estudos Políticos da Universidad de Santiago de Chile, afirmou ao **Correio** que se espera, para os próximos dias, o anúncio de Kast sobre o roteiro para enfrentar os dois compromissos principais de campanha: o combate à violência criminal e o controle da imigração ilegal. “Nesse sentido, deve existir uma mudança de discurso, desde uma condição de candidato desafiante ao chefe do Poder Executivo para adotar uma retórica que inclua propostas para resolver problemas demonstrados

Javier Torres/AFP



José Antonio Kast acena a simpatizantes a bordo de conversível

como complexos e de difícil resolução para o país”, explicou.

Para o especialista, Kast reforçará os aparatos de inteligência no Chile, incluindo os mecanismos de

investigação para a detecção de fraudes bancárias e lavagem de dinheiro. “O presidente também precisará fortalecer a política carcerária e a instituição Gendarmería (polícia), que

aparece fortemente tensionada pelo aumento, nos últimos anos, da quantidade de pessoas privadas de liberdade”, observou.

Corredor humanitário

Em relação à política migratória, Mella acredita que o novo chefe de Estado buscará uma fórmula para viabilizar o corredor para o encaminhamento de pessoas vivendo no Chile em situação irregular. “Até o momento, o anúncio do chamado ‘corredor humanitário’ não surtiu efeito, pois as conversas com os governos do Peru e do Equador não resultaram em uma coordenação que torne possível devolver os migrantes à Venezuela”, disse. O professor lembrou que a líder opositora venezuelana María Corina Machado esteve na posse de Kast,

sinalizando que as condições na Venezuela mudaram com a captura de Nicolás Maduro e que o retorno dos migrantes ao país é seguro e necessário para modificar o regime.

O ultradireitista pretende apresentar decreto para fazer tramitar projeto de lei que transforma em crime a entrada irregular de imigrantes e facilita a expulsão sumária dos estrangeiros ilegais. Ao analisar o gabinete de Kast, Mella disse ver grande número de independentes e uma representação mínima de partidos da direita, o que sugere complexidade de acordos entre Executivo e Legislativo. “Na história política chilena, desde o início do século 20, os governos são de coalizão, que usam a nomeação de ministros como mecanismo para o controle dos custos de negociação no Congresso”, destacou. **(Rodrigo Craveiro)**

VISÃO DO CORREIO

O custo global da guerra

Desde o último dia de fevereiro, quando os aviões e mísseis de Estados Unidos e Israel atacaram o Irã, o mundo assiste não apenas a um conflito geopolítico com dramáticas consequências regionais. A fatura que se apresenta caminha para ser astronômica, ultrapassando fronteiras do Oriente Médio, ignorando o que cada um possa avaliar sobre as justificativas de legitimidade de cada lado e alcançando cada canto do planeta. A guerra já drena recursos, vidas e esperança não apenas das nações diretamente envolvidas, mas dos países vizinhos. E o potencial efeito cascata global é assustador.

Para quem não está diretamente sob a chuva de bombas, o primeiro e mais imediato impacto é sentido no bolso do cidadão comum, seja em Washington, Tóquio, Paris ou Brasília. O Oriente Médio detém grande parte das reservas de petróleo do planeta. O escoamento dessa produção para o resto do mundo depende de passagens marítimas cruciais, como o Estreito de Ormuz, por onde passam estimados 20% da produção mundial.

O regime teocrático iraniano, tentando sobreviver, aposta na disrupção dessa rota pelo maior tempo possível. Sabe que o mundo é afetado direta e cotidianamente pelo preço do barril de petróleo, e que um efeito dominó de inflação energética espalhada globalmente pressiona Estados Unidos e Israel contra um prolongamento da guerra.

O custo do frete marítimo já disparou devido ao risco de ataques e à necessidade de rotas alternativas, encarecendo toda a cadeia de suprimentos global. Em um mundo ainda tentando se estabilizar após crises sucessivas e uma pandemia catastrófica, a guerra atua como freio ao desenvolvimento. Quando postos de combustível, por exemplo, aproveitam a confusão para aumentar os preços — a exemplo do que tem sido flagrado na capital brasileira nos últimos dias —, quem paga é toda a sociedade, com inevitável alta na inflação e toda a cascata de efeitos perversos sobre a economia do país.

Para além dos números, há o custo humano, que é imensurável. O deslocamento forçado de populações cria uma crise de refugiados na região. Isso acabará por pressionar sistemas de saúde e assistência social de países vizinhos e da Europa e, no fim das contas, gerará novas e graves tensões políticas. A destruição de infraestruturas básicas — hospitais, escolas e redes de saneamento — condena gerações ao atraso.

Muitas vezes negligenciado em análises de guerra, o impacto ambiental desse conflito em particular tem potencial para ser catastrófico. A movimentação militar em larga escala é uma das atividades mais intensivas em emissão de carbono no planeta. Além disso, ataques a refinarias, depósitos de combustível e instalações industriais liberam substâncias tóxicas no solo e no ar, poluindo aquíferos e destruindo ecossistemas frágeis. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, alertou, na terça-feira (10/3), que a chuva ácida carregada de petróleo surgida depois de bombardeios a instalações do tipo traz gravíssimos riscos à saúde, atingindo indiscriminadamente a população civil das áreas atacadas.

O Brasil, embora geograficamente distante da guerra, não está imune. Sente o golpe inicialmente em duas frentes principais: agronegócio e energia. Como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, o Brasil depende criticamente de fertilizantes, muitos dos quais têm seus custos atrelados ao preço do gás natural e do petróleo, ou cujas rotas de importação são afetadas pelo conflito. O aumento nos custos de produção no campo traduz-se diretamente em alimentos mais caros na mesa dos brasileiros.

Diplomaticamente, o Brasil enfrenta o desafio de manter sua tradição de neutralidade e busca pelo diálogo em um cenário de polarização extrema. A pressão para “escolher lados” testa a habilidade do Itamaraty e pode afetar parcerias comerciais estratégicas. Além disso, a volatilidade do dólar, impulsionada pela insegurança global, pressiona a economia interna, dificultando o controle da inflação e a queda dos juros.



– Será que podemos trocar uma ideia antes?

Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Trânsito perigoso

É incompreensível certos trechos das vias de Brasília elevarem o perigo no trânsito. Refiro-me a locais que não foram feitos na época da construção da cidade. Nesta terça-feira, próximo ao balão do Jardim Botânico, infelizmente, tivemos um acidente fatal. Aquele balão, em frente ao comércio do condomínio Solar, é perigosíssimo, com faixas de preferência que induzem os motoristas a erro. Mais próximo de um ataque, onde aconteceu o acidente fatal, colocaram uma faixa de pedestres em via de grande movimentação, que surpreendeu os motoristas. Para piorar, e fingir trazer segurança, instalaram uma barreira eletrônica no “pé” da faixa. Os motoristas, naturalmente, acabam prestando mais atenção na barreira eletrônica do que na faixa de pedestres. Como semáforo só empacaria o trânsito já ruim, o ideal seria a construção de uma passarela, a mesma passarela que ansiamos há anos entre a Ponte JK e o CCBB. Voltando à controversa faixa de pedestres, ideia parecida ocorreu na saída do Lago Norte rumo ao Eixão, em que foi pintada uma faixa logo no início de uma descida, surpreendendo os motoristas com uma visão repentina. As batidas por trás e engavetamentos nesse local foram matéria de reportagem na televisão. Não adianta os órgãos de trânsito dizerem que os motoristas devem ser acostumar com as alterações. Até isso ocorrer, o risco de acidentes, ainda que leves, e de atropelamentos subsiste. Cabe a pergunta: o Setor de Engenharia do Detran/DF existe mesmo ou é mera ficção?

» Ricardo Santoro
Lago Sul

Guerra

Por óbvio, a guerra iniciada pelos EUA contra o Irã nos traz preocupação; afinal, este mundo é pequeno. Mas a nossa guerra é com o clima. Enchentes sucessivas e violentas atingem todas as regiões do Brasil; queimadas, e aqui, claro, há a mão do homem diretamente ligada ao fogo, devastam inúmeras localidades do país. Até ciclones e tornados já tivemos. Mas como vencer essa guerra contra algo tão poderoso quanto a natureza? Dialogando com ela, entendendo suas necessidades e refletindo sobre o que fazer para aplacar sua “ira”. Conseguiremos? Poderia dizer que só o tempo dirá, mas o tempo também está contra nós

» Marcus Aurelio de Carvalho,
Santos (SP)

Serviço público

O Senado aprovou 17,5 mil novos cargos e chamou-os de “reestruturação” e de “modernização do serviço público”. A conta? R\$ 5,3 bilhões em 2026. Isso é “investimento”, não gasto, porque o timing é perfeito: ano eleitoral; categorias pressionando; o governo precisando de apoio; e o Congresso descobrindo que agradar o servidor rende mais que promessa de campanha. Já o cidadão comum continua ouvindo que “não há espaço fiscal”, que “é preciso responsabilidade” e que “o país precisa fazer escolhas difíceis”. Difíceis para quem, exatamente?

» Paccelli M. Zahler,
Sudoeste

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Toda mulher merece respeito, carinho e atenção todo dia.

José Ribamar Pinheiro Filho — Asa Norte

Precisando de socorro? Pega a senha e entra na fila. Atendimento preferencial e prioritário ao BRB.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

O Brasil “país do futebol”, desde 2002, não é campeão da Copa do Mundo, mas, agora, Carlo Ancelotti vai quebrar o jejum.

Humberto Schuwartz Soares — Vila Velha (ES)

Quebra de sigilo

O ministro Flávio Dino, numa canetada e unilateralmente, suspendeu a quebra de sigilo do filho do presidente da república. Cometeu uma verdadeira aberração em razão da interferência de um poder no outro. A CPMI do INSS ficou desmoralizada e sem rumo. O congresso, que tem os presidentes das duas Casas envolvidos no escândalo do Master, não reagem. O STF tem o dever, para tentar voltar a ter credibilidade, de rever esse ato de Dino e levá-lo ao Plenário da Corte para que, coletivamente, decidam se Lulinha terá sigilo quebrado. Um escárnio. Um país onde os Três Poderes vivem crise institucional sem precedente.

» José Monte Aragão,
Sobradinho

Mal estrutural

Não sejamos ingênuos, a sucessão de escândalos de corrupção no Brasil não pode ser atribuída a uma característica privativa do povo brasileiro. Todos os povos têm predadores sociais como também uma maioria de homens de bem aptos à vida em sociedade. O que distingue o nosso caso é um modelo político e uma concepção de Estado projetados sob medida para propiciar o desvio de bens públicos em favor de grupos organizados. Há, no Brasil, proporcionalmente, tantos bandidos como em qualquer outro país. O que ocorre, aqui, é que eles conseguiram modelar a política e o Estado, a fim de facilitar propósitos particulares. Portanto, o malffeito não é acidental, é estrutural e vai repetir-se naturalmente, tal como o nascer do sol renova-se todos os dias. Solução? Para começar bem, uma nova teoria do Estado.

» Rubi Rodrigues
Octogonal



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Violência normalizada

O Código Penal é bastante claro no seu capítulo 2, sobre crimes sexuais. O Artigo 217-A classifica como estupro de vulnerável “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. A pena para sórdidos que cometem a atrocidade é reclusão de 10 a 18 anos (branda demais, por sinal). Mesmo com a redação da lei facilmente compreensível até para leigos, juízes relativizam a barbárie e absolvem abusadores de crianças e adolescentes.

Para combater a assombrosa distorção, foi preciso enfatizar que esse tipo de crime não pode ser atenuado, sob nenhuma circunstância. Sancionada nesta semana, a Lei 15.353 modifica o Código Penal e ressalta, no parágrafo 4º-A, que “é absoluta a presunção de vulnerabilidade da vítima e inadmissível sua relativização”.

A lei se originou de um projeto de 2024, que ganhou força após a comoção nacional provocada pela absolvição, no mês passado, de um homem de 35 anos acusado do estupro de uma menina de 12 anos, em Minas Gerais. A decisão da Justiça estadual citou “vínculo afetivo consensual”, aval da família da criança e “relação análoga ao matrimônio” para acatar recurso do criminoso, que tinha sido condenado no fim de 2025. Uma revitimização da menina pelo Estado, e com justificativas que causam revolta e perplexidade.

Com a forte repercussão, a sentença foi derrubada pelo próprio tribunal, e o abusador voltou para a cadeia. Mas muitos outros estupradores já se livraram de punição sob argumentos semelhantes, inclusive em tribunal superior.

A violência sexual contra meninas e meninos é uma chaga negligenciada no país. Levantamentos periódicos dão um vislumbre da dimensão da perversidade. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 mostrou que 61% das vítimas de estupro no país em 2024 foram crianças e adolescentes. E isso nem reflete a real proporção do problema, dada a subnotificação. O IBGE, por sua vez, divulgou, no fim do ano passado, que 34.202 meninas e meninos, entre 10 e 14 anos, viviam em união conjugal no Brasil em 2022.

Manter crianças e adolescentes a salvo de todos os tipos de violência é dever da família, da sociedade e do Estado, determinado pela Constituição em seu artigo 227. Há outras leis específicas sobre a proteção absoluta deles. Mas só a legislação não basta. São necessárias ações práticas e efetivas de enfrentamento das agressões, com prevenção e punição. Ante a inércia de quem deveria defendê-los — notadamente o Estado — e a relativização dos crimes, meninas e meninos seguem como alvos fáceis e indefesos de predadores sexuais, incentivados pela impunidade.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	(promocional)
Assine				
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotografias são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS 

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Uma avaliação da Era Haddad na economia

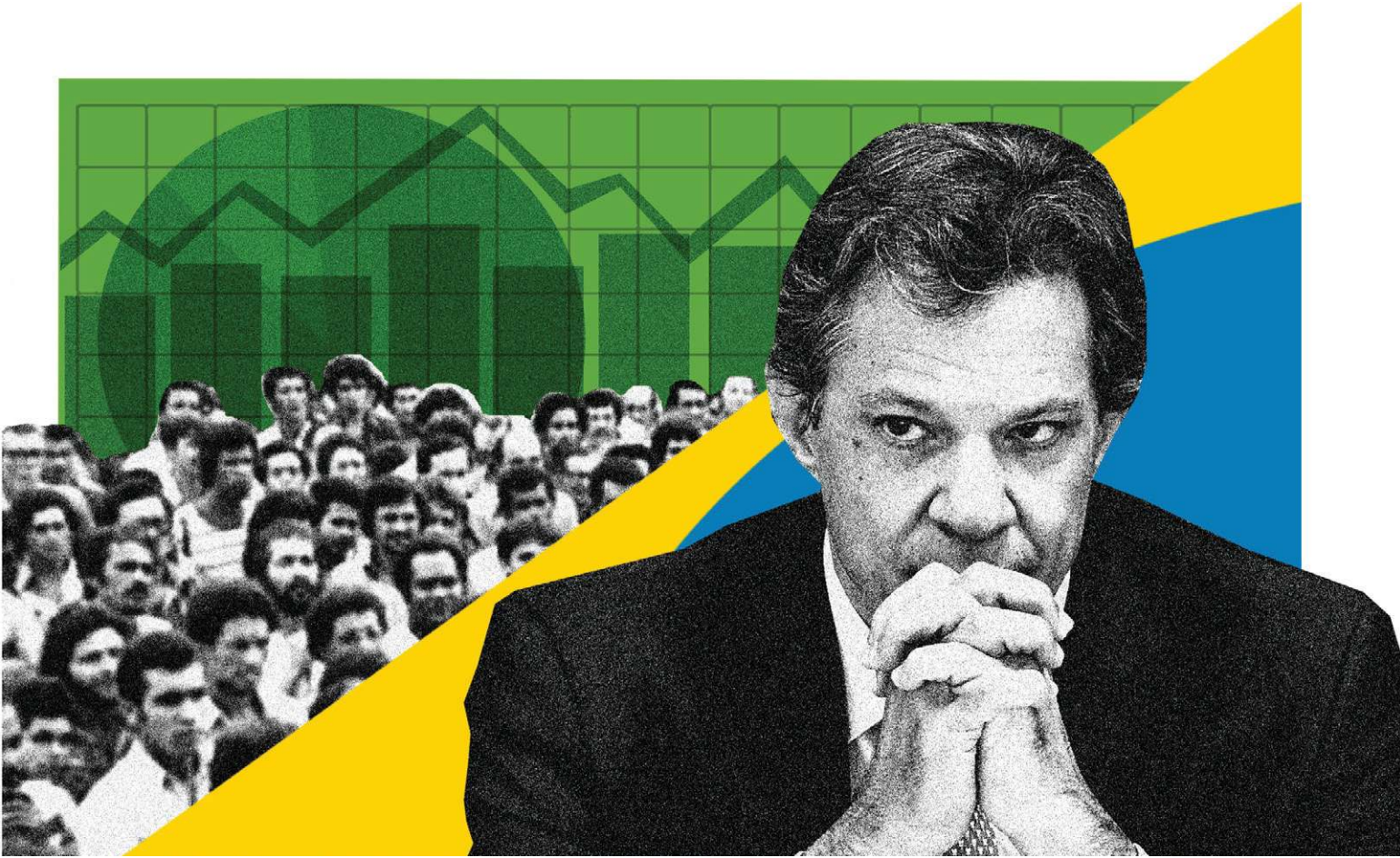


» BENITO SALOMÃO
Professor no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU)

Enquanto este artigo era escrito, a imprensa noticiava a possível troca do comando no Ministério da Fazenda, com a saída do ministro Fernando Haddad e a entrada de algum substituto. O supracitado Ministério da Fazenda não é o único responsável pela economia do país, compartilha afazeres com os ministérios do Planejamento, Indústria e Comércio, Gestão e transcende todos os outros ministérios. Portanto é difícil avaliar o desempenho específico de uma única pasta ministerial e de seu mandatário. Mas eu tentarei. Um bom ponto de partida é olhar indicadores macroeconômicos relevantes. Começando pelo PIB, destaca-se primeiramente que a taxa média de crescimento econômico entre 2023 e 25 foi de 2,9%, bastante superior às taxas observadas no país durante a década passada. Em suma, mesmo diante de choques como guerras, tarifaço, entre outras, o país parece ter conseguido se desvencilhar da armadilha de crescimentos pífios da década anterior. Um outro ponto que não pode ser ignorado é que, a depender do resultado do PIB deste primeiro trimestre de 2026, Haddad terá sido o primeiro (e único) ministro da Fazenda desde o Plano Real a não entregar nenhum trimestre de crescimento negativo do PIB durante seu período. Na análise da variação trimestral do PIB, a economia brasileira cresce há 18 trimestres ininterruptos (11 deles na era Haddad), algo

também inédito na série de dados. O crescimento econômico é fundamental para as economias, particularmente de renda média, pois, como ensinou Pareto há mais de um século, na ausência de crescimento é impossível melhorar a dotação de renda/riqueza de um agente A, sem piorar a dotação do agente B. Em suma, a década passada e os movimentos de ressentimento político que nela emergiram, têm muito a ver com as dificuldades materiais impostas a grupos sociais, oriundas de uma economia que se recusava a crescer, escancarando o conflito distributivo. No entanto, o principal feito do ministro não foi o crescimento econômico, mas sim suas contribuições no front fiscal. O debate fiscal brasileiro desde a saída da pandemia era (e de alguma forma continua sendo) tratado com alguma dose de irrealismo. As viúvas do Teto de Gastos continuam incensando uma regra pensada para lidar com uma situação emergencial em 2016 e que impunha um elevado custo social à sociedade brasileira, uma vez que a regra dependia do desmonte da ampla rede de políticas públicas e proteção social idealizada pela Constituição de 1988. O que Haddad fez durante o seu período enquanto ministro foi trazer racionalidade à pauta fiscal brasileira, que é importante e foi atacada com a redução do déficit primário de 2,43% do PIB em 2023 para 0,48% em 2025, mas não é a única. Um esforço fiscal de 2 pontos percentuais do PIB em 2 anos é algo que não pode ser negligenciado. Mas a redução do déficit não é o principal mérito, o ponto que merece atenção é que esse esforço fiscal se deu coordenado com o outro objetivo, o distributivo. Em outras palavras, o déficit no Brasil foi diminuído enquanto: a) o salário mínimo voltou a ter reajustes reais, b) o Bolsa Família teve sua participação no

orçamento triplicada, c) houve recomposição orçamentária de inúmeras políticas públicas na área de esporte, cultura, ciência e tecnologia, d) reajuste da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e a recente reforma com isenções para trabalhadores com rendas iguais a R\$5 mil, e) compensação salarial a servidores federais após anos de perdas acumuladas. Entre outras pautas que passaram a ser contempladas no orçamento. O fato que pode ser visto nos dados, é que o resultado primário dos anos recentes foram muito melhores do que se viu no primeiro triênio (2017-19) de vigência do Teto de Gastos, quando o déficit primário médio era próximo a 1,5% do PIB. Tudo isso, sem impor o sofrimento que uma regra radical como a do Teto exigia. O ponto crítico da era Haddad no ministério, no entanto, diz respeito à dívida pública. Esse talvez seja o seu principal calcanhar de Aquiles. Em janeiro de 2023 a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) era 73,4% do PIB, em janeiro deste ano é 78,7%. Isso significa que, apesar do supracitado esforço fiscal da União, a DBGG evoluiu 5,3 pontos percentuais do PIB em três anos. Seguramente teria evoluído mais sem a redução do déficit mencionada, mas ainda assim é um ponto de preocupação. Ademais, sendo a dívida um produto da interação fiscal-monetária, a responsabilidade pela sua evolução é do governo como um todo, inclusive da federação e não deve recair exclusivamente no mandatário da Fazenda. O fato, é que o ministro da Fazenda que assumir em janeiro de 2027 dificilmente terá margem para permitir um novo crescimento de 5 pontos do PIB nos próximos anos e terá uma missão ainda mais difícil que será conciliar uma política fiscal que estabilize relação dívida/PIB com a manutenção de programas sociais acima citados.



Oportunidade oculta nos números do Censo Escolar



» CLÁUDIA ROMANO
Presidente do Sernerj (Sindicato das Entidades Mantenedora dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro), vice-presidente do Grupo Yduqs e presidente do Instituto Yduqs

O Brasil acaba de perder 1 milhão de alunos na educação básica em um único ano. Diante de uma manchete assim, a reação instintiva é o alarme. Mas o que os números do Censo Escolar 2025 realmente trazem é uma oportunidade oculta. E o que decidirmos fazer com ela pode mudar o futuro educacional do país. Dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que as matrículas na educação básica caíram de 47,1 milhões para 46 milhões, uma redução de 2,3%. No ensino médio, o recuo foi de 5,4%, com 419 mil jovens a menos — o menor patamar em todo o século 21. A demografia explica parte do fenômeno: a taxa de fecundidade recuou para 1,55 filho por mulher, bem abaixo da reposição. A população de zero a 3 anos encolheu 8,4% entre 2022 e 2025. Nasceram menos crianças, e as ondas demográficas que antes enchiam as escolas agora recuam. Mas atribuir tudo à demografia é confortável demais. O ensino médio, que atingiu pico histórico em 2004, com 9,16 milhões de estudantes,

acumula perda de quase 2 milhões de matrículas em duas décadas. Trata-se de uma tendência estrutural, observada também em países como Coreia do Sul e Japão, além de grande parte da Europa. A diferença é que essas nações transformaram o declínio demográfico em estratégia: investiram mais por aluno, reorganizaram redes e modernizaram currículos. São Paulo, estado mais populoso e mais rico, respondeu sozinho por 60% de toda a queda no ensino médio; foram 259 mil matrículas a menos. A rede pública perdeu 425 mil matrículas enquanto a privada cresceu. Quando o motor econômico do país lidera uma estatística assim, o sinal é inequívoco: há abandono, desinteresse e desconexão entre o que a escola oferece e o que o jovem precisa. Segundo o Inep, apenas Amapá, Distrito Federal e Pernambuco registraram crescimento no ensino médio. Há, porém, boas notícias. A distorção idade-série no 3º ano do ensino médio caiu 61% em quatro anos. As matrículas em tempo integral quase dobraram desde 2020, alcançando 8,8 milhões. O ensino fundamental segue praticamente universal. O acesso à creche se aproxima da meta do PNE. São conquistas reais. Aqui está o paradoxo que deveria orientar o debate: menos alunos pode ser, pela primeira vez, uma boa notícia. Por décadas, enfrentamos o desafio de absorver uma população jovem em rápida expansão. Agora, a transição demográfica nos oferece uma janela para mudar de paradigma — redirecionar recursos para qualidade: turmas menores, formação docente, tecnologia, acompanhamento individualizado. Finlândia e Coreia do Sul

fizeram exatamente isso durante suas transições demográficas e colhem excelência há décadas. A diferença entre um país que envelhece com sabedoria educacional e um que envelhece com defasagem é a decisão política que se toma agora. Se há uma etapa que sintetiza o desafio, essa etapa é o ensino médio. A perda de 419 mil matrículas não decorre apenas da demografia. Há abandono, desinteresse e desconexão entre escola e projeto de vida. Reconhecer isso é apenas o primeiro passo. Todos os dias, nos nossos câmpus, acompanhamos mais de 800 mil estudantes de graduação e vemos o impacto do que acontece — ou deixa de acontecer — no ensino médio. Com o Propag, o Programa Juros pela Educação, e o Pé-de-Meia, governos e iniciativa privada têm instrumentos concretos para impulsionar o ensino médio técnico com ganhos fiscais e investimento inicial zero para os estados. Estamos trabalhando nessa frente porque acreditamos que podemos mudar o cenário para esses jovens. O Censo 2025 é mais que estatística: é um chamado. E a janela demográfica, finita. Se não aproveitarmos para investir mais por aluno, valorizar professores e repensar o ensino médio, teremos desperdiçado uma oportunidade que não se repete. Menos alunos pode ser o início de uma revolução silenciosa — ou mais um capítulo de desperdício. A diferença está nas escolhas que fizermos agora. A era da expansão quantitativa ficou para trás. O desafio que se impõe é mais sofisticado e decisivo: construir uma educação que valha a pena — para cada aluno na sala de aula e para os 419 mil que saíram dela.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@adabr.com.br

Davos entre dois mundos: globalismo em debate e o retorno do soberanismo

Reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial em Davos costumam funcionar como termômetro das grandes correntes de pensamento que atravessam a economia e a política internacional. Na edição realizada em janeiro de 2026, porém, o encontro revelou algo mais profundo do que debates sobre crescimento, tecnologia ou clima. O que se viu foi um confronto explícito entre duas visões distintas de organização do mundo: de um lado a perspectiva globalista, baseada na integração econômica e na governança internacional ampliada; de outro, o retorno vigoroso do soberanismo político e de uma leitura mais pragmática das relações internacionais. Esse embate não surgiu de forma repentina. Ao longo da última década, crises sucessivas abalaram a confiança no modelo de globalização que se consolidou após o fim da Guerra Fria. A crise financeira internacional de 2008, os efeitos sociais da desindustrialização em várias economias ocidentais, a pandemia e os conflitos geopolíticos recentes contribuíram para fortalecer correntes políticas que defendem maior autonomia nacional nas decisões econômicas e estratégicas. Nesse contexto, lideranças políticas que defendem agendas mais voltadas ao interesse nacional passaram a ganhar espaço no debate global. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tornou-se um dos principais símbolos dessa corrente ao defender políticas comerciais protecionistas, controle migratório mais rígido e revisão de acordos multilaterais considerados prejudiciais à economia norte-americana. Seu discurso encontrou eco em diferentes regiões do mundo, alimentando uma onda política que passou a questionar abertamente o consenso globalista predominante em fóruns internacionais.

Na América Latina, o presidente argentino, Javier Milei, também tem sido uma das vozes mais críticas em relação a modelos internacionais de governança econômica. Em diversos pronunciamentos, Milei denunciou aquilo que chama de “burocracia global” e criticou políticas que, segundo sua visão, ampliam a intervenção estatal e reduzem a autonomia das nações. Seu discurso ganhou destaque internacional justamente por confrontar algumas das ideias mais presentes nos debates promovidos em Davos. Na Europa, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, representa outra vertente desse movimento. Meloni tem defendido publicamente políticas de fortalecimento das fronteiras nacionais e de revisão da política migratória europeia, argumentando que a União Europeia precisa equilibrar valores humanitários com a capacidade real de absorção econômica e social de novos fluxos populacionais. Questão migratória tornou-se, de fato, um dos temas mais sensíveis do debate europeu contemporâneo. Dados da Eurostat indicam que milhões de imigrantes chegaram ao continente ao longo da última década, pressionando sistemas de assistência social, políticas habitacionais e mercados de trabalho em vários países. Enquanto defensores da integração global argumentam que a imigração pode compensar o envelhecimento demográfico europeu, críticos apontam dificuldades de integração cultural e desafios de segurança em determinadas regiões. Ao mesmo tempo, agenda ambiental e energética também esteve no centro das discussões em Davos. Propostas ligadas à transição energética, descarbonização da economia e investimentos em tecnologias verdes continuam sendo defendidas por organizações internacionais e por parte significativa da liderança política europeia.

Entretanto, opositores dessa agenda argumentam que determinadas políticas ambientais podem gerar custos econômicos elevados, especialmente em setores industriais tradicionais. Em alguns países europeus, protestos de agricultores e trabalhadores industriais têm expressado preocupações sobre o impacto de regulações ambientais mais rigorosas sobre competitividade e emprego. Essa divergência ilustra o núcleo do debate atual. De um lado, defensores da governança global sustentam que problemas como mudança climática, migração e segurança digital exigem soluções multilaterais coordenadas. De outro, líderes e movimentos soberanistas argumentam que decisões fundamentais devem permanecer sob controle direto das nações, que seriam as verdadeiras responsáveis perante seus cidadãos. A edição de 2026 do encontro em Davos tornou visível essa fratura intelectual e política. Propostas apresentadas no fórum enfatizaram cooperação internacional, investimentos sustentáveis e integração econômica ampliada. Paralelamente, discursos e posicionamentos de vários líderes políticos refletiram crescente eticismo em relação a projetos que possam reduzir a autonomia decisória dos Estados nacionais. Europa aparece como um dos principais cenários dessa tensão. O continente enfrenta simultaneamente desafios demográficos, pressão migratória, competição econômica global e necessidade de adaptação energética. Nesse ambiente complexo, diferentes correntes políticas disputam interpretações sobre qual caminho seguir. Alguns defendem aprofundar a integração e fortalecer instituições multilaterais. Outros argumentam que a recuperação da capacidade decisória nacional representa condição necessária para preservar estabilidade econômica e coesão social.

» A frase que foi pronunciada

A globalização desenfreada beneficiou alguns, mas foi uma catástrofe para a maioria.

Marine Le Pen

» História de Brasília

O comércio de Brasília está apavorado com o número de publicações que tem saído ultimamente. Quando sai uma publicidade local no Correio Braziliense, os nossos desses jornais” atiram-se contra os comerciantes, e, às vezes, ameaçam até chantagem. Denunciam, e nós publicaremos. (Publicada em 16.05.1962)

Alteração intestinal a LONGO PRAZO

Tratamento com antibióticos gera efeitos na composição de bactérias encontradas na microbiota do intestino humano por até oito anos, revela estudo de cientistas da Universidade de Uppsala, na Suécia

» PALOMA OLIVETO

A composição da comunidade de bactérias que habitam o intestino pode ser afetada por até oito anos depois do tratamento com antibióticos, segundo um estudo publicado na revista *Nature Medicine*. A consequência de um desequilíbrio de longo prazo na microbiota vai desde uma diarreia a risco aumentado de condições como diabetes 2, alertam os autores, da Universidade de Uppsala, na Suécia. Embora salvem vidas em graves infecções, antibióticos usados em excesso já foram associados, em estudos epidemiológicos, ao desenvolvimento de doenças crônicas. As razões não são totalmente conhecidas, mas acredita-se que alterações no microbioma intestinal desempenhem um importante papel.

“A microbiota regula, em grande parte, a função imunológica. Por isso, a disbiose — alteração do equilíbrio da flora — pode levar ao aumento de inflamações sistêmicas, maior susceptibilidade a infecções e alteração da tolerância imunológica”, explica Ana Clara Alves Costa, médica especialista em nutrição enteral e parenteral do Hospital Brasília. “Podem ainda acontecer consequências metabólicas como maior risco de resistência à insulina, alterações no metabolismo dos lipídios e doenças como obesidade, inflamações intestinais e alergias.”

Segundo Gabriel Baldanzi, primeiro autor do estudo e ex-aluno de doutorado da Universidade de Uppsala, essas associações levantam questões importantes sobre o impacto dos antibióticos a longo prazo no microbioma intestinal. “Nós conhecemos o grande impacto a curto prazo, mas a duração dessas alterações ainda é incerta”, conta. O resultado da pesquisa, porém, mostra que mesmo um único ciclo de tratamento com essa classe de medicamentos pode deixar marcas no organismo.

“Podemos ver que o uso de antibióticos quatro ou oito anos atrás está ligado à composição do microbioma intestinal de uma pessoa hoje. Mesmo um único tratamento com certos tipos de antibióticos deixa vestígios”, afirma Baldanzi. O pesquisador diz que, na Suécia, apesar das regras rigorosas de prescrição e venda, o uso desses medicamentos é alto. No Brasil, o consumo sistêmico de antibióticos vem aumentando desde 2014, segundo um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa constatou que, em seis anos, mais de 4,5 trilhões de doses foram consumidas no país.



O uso de antibióticos quatro ou oito anos atrás está ligado à composição do microbioma intestinal hoje. Mesmo um único tratamento com certos tipos de antibióticos deixa vestígios”

Gabriel Baldanzi,
autor do estudo

Registros

No estudo sueco, os pesquisadores analisaram dados de registros de medicamentos juntamente com um mapeamento detalhado do microbioma intestinal de 14.979 adultos residentes no país nórdico. A composição da flora foi comparada entre participantes que receberam diferentes tipos de antibióticos e aqueles que não receberam nenhum durante o período analisado.

Baldanzi esclarece que o estudo foi possível graças ao abrangente registro de medicamentos prescritos da Suécia, que contém informações sobre todos os antibióticos vendidos em farmácias. Os pesquisadores conseguiram, então, vincular esses dados a biobancos suecos nas universidades de Uppsala e Lund, que contêm dados sobre o microbioma intestinal.

Os pesquisadores descobriram que os resultados variavam bastante, dependendo do tipo de antibiótico utilizado. As associações mais fortes foram observadas para clindamicina, fluoroquinolonas e flucloxacilina. Em contrapartida, a penicilina V foi relacionada a alterações pequenas e de curta duração no microbioma. “A forte ligação entre a flucloxacilina de espectro restrito e o microbioma intestinal foi inesperada, e gostaríamos de ver essa descoberta confirmada em outros estudos”, afirmou, em nota, Tove Fall, professora de epidemiologia molecular da Universidade de Uppsala. “No entanto, acreditamos que os resultados do nosso estudo podem ajudar a fundamentar futuras recomendações sobre o uso de antibióticos, especialmente na escolha entre dois antibióticos igualmente eficazes, sendo que um deles

PxHere/Divulgação



Embora salvem vidas, antibióticos podem desregular a flora intestinal, inclusive a longo prazo, criando riscos de complicações de saúde

Três perguntas para...

DANILO MUNHÓZ,
coloproctologista da
clínica Primazo

Como os antibióticos alteram o equilíbrio da microbiota intestinal?

Os antibióticos são fundamentais quando bem indicados, porque salvam vidas e tratam infecções bacterianas importantes. O problema é que eles não atingem apenas a bactéria causadora da infecção. Muitas vezes, acabam reduzindo também bactérias benéficas que vivem no intestino e ajudam a manter o equilíbrio da microbiota. Com isso, o intestino perde diversidade bacteriana, que é justamente um dos sinais de um ecossistema intestinal mais saudável e estável. Na prática, isso pode trazer consequências digestivas bem concretas, como diarreia, distensão abdominal,

alteração do ritmo intestinal e maior vulnerabilidade a infecções oportunistas, especialmente por *C. difficile*, que pode causar colite importante.

As alterações na microbiota são sempre temporárias?

Nem sempre. Em muitos pacientes, a microbiota consegue se reorganizar ao longo de semanas ou meses, pelo menos em parte. Mas hoje já sabemos que essa recuperação não é igual para todo mundo. Há casos em que a composição intestinal volta perto do que era antes, e há casos em que a recuperação é incompleta, com perda persistente de algumas espécies e mudança mais duradoura no ecossistema

Arquivo pessoal



Quais fatores determinam a recuperação da diversidade bacteriana?

A recuperação depende de vários fatores. O primeiro é o próprio antibiótico, qual foi usado, se era de amplo espectro, por quanto tempo, em que dose, e quantos ciclos a pessoa recebeu ao longo da vida recente. O segundo ponto é o terreno onde esse antibiótico age. Cada pessoa parte de uma microbiota diferente. Estudos

anteriores já mostravam que, mesmo quando a microbiota começa a se recompor após o fim do antibiótico, esse retorno pode ser incompleto e bastante variável entre as pessoas.

mostram que a resposta aos antibióticos é bastante personalizada e depende do perfil da microbiota antes do tratamento. Também entram nessa conta fatores como alimentação, especialmente ingestão de fibras, idade, imunidade, doenças associadas e até o ambiente ao redor, porque a recuperação da microbiota também depende da capacidade de recolonização por bactérias benéficas. Quanto melhor o estado geral do paciente, mais equilibrada a microbiota de base e mais adequado o estilo de vida, maior a chance de recuperação. Mas essa recuperação nem sempre é completa, e é por isso que, como coloproctologista, eu sempre reforço: antibiótico é remédio sério, importante e muitas vezes indispensável, mas precisa ser usado com critério. **(PO)**

ASTRONOMIA

Terra a salvo de asteroide, diz agência espacial

No que depender do asteroide 2024 YR4, a Terra não acabará tão cedo. A Agência Espacial Europeia (ESA) descartou o risco de o objeto atingir a Lua em 22 de dezembro de 2032, como se chegou a cogitar. Em um comunicado, a ESA destacou que novas observações feitas pelo Telescópio Espacial James Webb indicam que ele passará pelo satélite com segurança, a uma distância de mais de 20 mil quilômetros.

No ano passado, o asteroide de 60m de diâmetro capturou a atenção global. Por um breve período, tornou-se o astro mais perigoso descoberto nos últimos 20 anos. Embora um impacto direto com a Terra tenha sido descartado rapidamente, o 2024 YR4 desapareceu

de vista com uma chance persistente de 4% de atingir a Lua daqui a seis anos.

A medida que o asteroide se afastava da Terra e desaparecia de vista no outono passado, acreditava-se que ele não seria visível novamente até 2028. Mas uma equipe internacional de astrônomos identificou duas oportunidades específicas, em fevereiro deste ano, nas quais acreditavam que o Webb poderia detectar o tênue ponto em um fundo esparsos de estrelas cujas posições são muito bem conhecidas graças ao trabalho da missão Gaia da ESA.

O desafio era significativo: usar uma das máquinas mais complexas que a humanidade já construiu para rastrear um objeto quase

Nasa/Reprodução

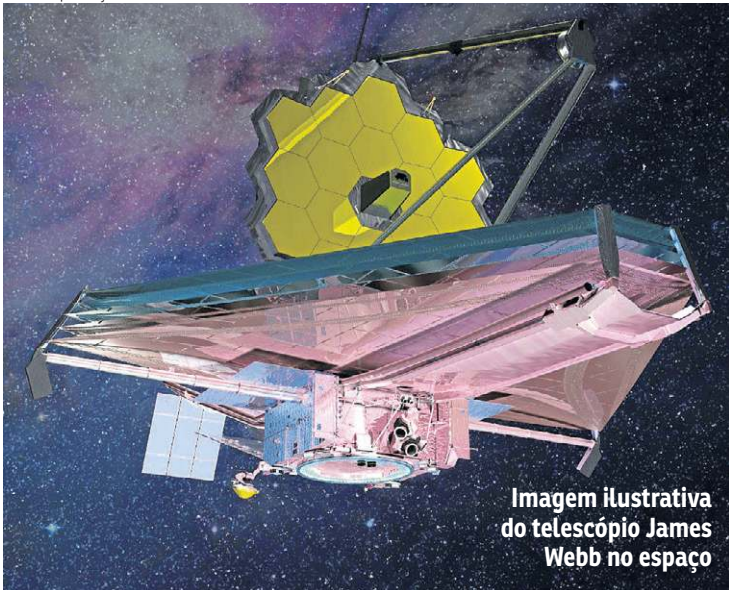


Imagem ilustrativa do telescópio James Webb no espaço

invisível a milhões de quilômetros de distância — e então prever com precisão sua posição quase sete anos no futuro. O Webb foi projetado para estudar galáxias e outras vastas estruturas cósmicas a bilhões de anos-luz de distância. O campo de visão do telescópio é muito pequeno, e detectar um dos asteroides mais tênues já observados dentro dele exigiu uma precisão extraordinária.

Colaboração

O planejamento e a análise das observações foram coordenados por meio de uma colaboração entre o Centro de Coordenação de Objetos Próximos da Terra da ESA,

o Centro de Estudos de Objetos Próximos da Terra da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) e a missão Webb. Apesar dos desafios, as observações foram um sucesso, garante a ESA. Ao comparar a posição de 2024 YR4 em relação às estrelas de fundo, a equipe conseguiu medir sua órbita com precisão suficiente para descartar um impacto lunar em 2032.

“A Lua está segura, 2024 YR4 não representa perigo, mas o trabalho continua”, diz o comunicado europeu. “A equipe de Defesa Planetária do Programa de Segurança Espacial da ESA continua a detectar e rastrear objetos próximos da Terra para garantir que, se um perigo real surgir, não sejamos pegos de surpresa.”

BRB-MASTER

Articulações políticas aquecem a CLDF

Ibaneis reafirma que sairá do cargo em 28 de março para concorrer ao Senado. Mesmo com algumas baixas entre os governistas, ele deve deixar o GDF com 14 deputados na base aliada, o suficiente para Celina governar até o fim do ano

» MILA FERREIRA

Apesar do desembarque de três deputados da base aliada do governador Ibaneis Rocha (MDB) na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o chefe do Executivo deve deixar o cargo com uma base governista forte na Casa. Ao **Correio**, Ibaneis confirmou, ontem, que vai se desincompatibilizar em 28 de março para concorrer a uma vaga no Senado Federal.

No lugar dele, assume a vice-governadora Celina Leão (PP), que deve concorrer ao Buriti nas eleições deste ano. Se nenhum parlamentar desembarcar da base governista até o dia 28, Ibaneis deixará uma bancada com 14 deputados distritais na Câmara, o suficiente para aprovar pautas importantes, como o Projeto de Lei nº 2.175/2026, que prevê medidas de socorro financeiro ao Banco de Brasília (BRB).

A proposta foi aprovada em 3 de março na Casa, por 14 votos a 10, e sancionada pelo governador na terça-feira, com três vetos a dispositivos incluídos pelos deputados, mas já está em vigor, etapa considerada fundamental para a recuperação do banco estatal.

Com a sanção, o BRB pode utilizar os nove imóveis públicos previstos no PL como garantia em operações financeiras, permitindo a capitalização da instituição e a obtenção de empréstimos que podem chegar a R\$ 6,6 bilhões, inclusive junto ao Fundo Garantidor de Crédito ou outras instituições.

Esse e outros assuntos devem intensificar os debates na Câmara Legislativa em ano eleitoral, uma vez que os parlamentares ainda analisarão os vetos de Ibaneis, mas como ex-deputada distrital e ex-presidente da Casa, Celina tem bom trânsito entre os parlamentares, boa relação com o presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB), e com o Partido Liberal (PL), que conta com quatro integrantes na CLDF.

Oposição reage

Ontem, PSol e Rede protocolaram mais um pedido de impeachment contra o governador, tendo como base as denúncias de que o escritório Ibaneis Advogados Associados firmou contrato com a empresa Reag, supostamente usada como laranja pelo Banco Master no esquema de desvio de recursos que trouxe prejuízos ao Banco de Brasília (BRB). Esse foi o nono pedido de impeachment protocolado em 2026.

Outro pedido de impeachment apresentado neste ano pelo PSol foi arquivado, mas os parlamentares autores da nova denúncia alegam que, agora, a situação ficou mais séria. “Existem muitos elementos novos, especialmente com relação à probidade administrativa. Estamos falando de um negócio privado ligado ao governador que tem relação direta com esse escândalo e que pode ter interferido nas decisões do BRB, uma vez que o GDF é o acionista controlador”, disse o deputado Fábio Felix (PSol), referindo-se ao contrato do escritório Ibaneis Advogados, no valor de R\$ 38 milhões, para a venda de honorários de precatórios a um fundo ligado à Reag. “A negociação do escritório de Ibaneis com a Reag aconteceu em maio de 2024, quando o BRB já fazia negócios com o Master”, lembrou o distrital.

“A cada dia, a gente se depara com um fato novo sobre esse caso do BRB e do Master e, cada vez, são acusações mais pesadas. Precisamos que providências sejam tomadas”, acrescentou a porta-voz da Rede, Bruna Paola. No pedido, foram denunciados crimes contra a probidade na administração; contra as leis orçamentárias; e contra a guarda e o legal emprego de dinheiro público.

“Esperamos que a Procuradoria da CLDF leve em consideração os fatos novos e a pressão popular sobre o caso. Estamos falando do escritório do governador”, afirmou o deputado Max Maciel (PSol). “Ele é associado do escritório. Se ele estiver afastado, mais recebeu a bonificação do escritório, essa negociata também foi para ele. Isso é muito sério”, completou.

Carlos Gandra/CLDF



Ex-deputada distrital e ex-presidente da Casa, Celina tem bom trânsito entre os parlamentares e boa relação com o presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



PSol e Rede protocolaram mais um pedido de impeachment do governador, ontem, na CLDF. Foi o nono de 2026

Anteriormente, sete pedidos de impeachment tinham sido arquivados pelo presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz (MDB), em atendimento a pareceres expedidos pela Procuradoria-Geral da CLDF. Seis deles foram arquivados por não cumprirem requisitos legais e formais necessários e um, apócrifo, foi arquivado por decurso de prazo. Assim, dois pedidos ainda devem ser analisados: o apresentado pela deputada Paula Belmonte (PSDB) e o protocolado ontem.

Não há prazo para a conclusão dos pareceres dos pedidos de impeachment na Procuradoria da CLDF, mas, considerando que os últimos pareceres foram concluídos cerca de 30 dias após o protocolo, a conclusão dos pareceres restantes devem sair, no máximo, até o início de abril.

O presidente da Câmara tem a prerrogativa de acatar ou não os pareceres da Procuradoria com relação aos pedidos de impeachment. Nos seis pedidos arquivados por Wellington Luiz, ele acatou pareceres pelo arquivamento sumário alegando

que confia no trabalho dos procuradores da Casa. “Temos uma Procuradoria extremamente preparada, com procuradores de carreira. Alguns, inclusive, já foram juízes. Não interfiro no trabalho deles. Quando a Procuradoria entende que os pedidos de impeachment não atendem aos requisitos básicos, só me resta acolher o parecer”, declarou o deputado.

“Sem futuro”

Ao **Correio**, Ibaneis Rocha criticou a atitude dos partidos de oposição. “Será mais um pedido de impeachment sem futuro. Não tem embasamento fático nem jurídico. Só politicagem baixa”, afirmou. Advogado do governador, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, reforçou que trata-se de “uma questão 100% política”. “Não tem nada de jurídico”, declarou.

A defesa de Ibaneis esclareceu que ele está afastado do escritório de advocacia desde 2018, de modo que não possui informações sobre negociações realizadas

quase seis anos após o afastamento dele. “Esclarece-se, ainda, que o governador nunca participou de quaisquer negociações com Marcos Ferreira Costa, tampouco com outros representantes dessa empresa (Reag). Todas as informações que detém sobre o grupo foram adquiridas a partir de matérias de jornais, já no presente ano”, disse a defesa, em nota.

O governador garantiu, ontem, que deixará o Governo do Distrito Federal (GDF) em 28 de março para concorrer a uma vaga no Senado Federal, mesmo que a renúncia custe o foro privilegiado garantido pelo cargo. Com isso, os pedidos de impeachment perdem o mérito, porque ele mesmo terá renunciado ao mandato.

“Se isso acontecer, vamos buscar outros órgãos de fiscalização e controle para tratar do papel que o governador cumpriu. O inquérito está no Supremo Tribunal Federal. Então, quem tem que investigar é a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Vamos continuar batalhando”, ressaltou o deputado Fábio Félix.

Desembarque

O deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PRD) anunciou, nesta semana, a saída da base aliada do governo na Câmara. Foi o terceiro parlamentar a desembarcar da base de Ibaneis em meio à crise que envolve o BRB e o Banco Master. “Seguirei em frente, lutando pelas ideias que acredito e defendo. Meu compromisso inabalável é com a população do Distrito Federal”, afirmou o parlamentar. “Ao rei, tudo. Menos a honra”, completou com a frase do escritor espanhol Pedro Calderón.

Rogério lembrou as exonerações feitas por Ibaneis após o parlamentar votar contra o projeto de lei que prevê socorro ao BRB. “Entendo que nomear e exonerar cargos do Poder Executivo é competência privativa do governador. O que não pode ocorrer, contudo, é retaliar a população de duas regiões administrativas: São Sebastião e Jardim Botânico”, destacou, lembrando que o administrador de São Sebastião, Roberto Medeiros Santos, indicação dele, foi exonerado.

Os deputados Thiago Manzoni (PL) e João Cardoso (PL) já tinham anunciado a saída da base governista após votarem contra o projeto de socorro ao BRB. Ibaneis também exonerou indicados dos dois parlamentares a cargos públicos no GDF após os votos contrários. Com a saída oficial de Rogério Morro da Cruz, o grupo de deputados que fazem oposição ao governo Ibaneis ou se classificam como independentes conta agora com 10 parlamentares.

Também nesta semana, João Cardoso também anunciou a saída do Avante e a filiação ao PL. Apesar de negar oficialmente a saída da base governista na CLDF, o PL divulgou, nesta terça-feira, a intenção de protocolar um pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as operações que ligam o BRB ao Banco Master e causaram prejuízo ao BRB. Até o momento, o pedido tem quatro assinaturas: Thiago Manzoni (PL), João Cardoso (PL), Rogério Morro da Cruz (PRD) e Roosevelt Vilela (PL). Apesar de Roosevelt ter votado favoravelmente ao projeto de socorro ao banco estatal, o partido informou que o parlamentar assinou o pedido de CPI.

O deputado Joaquim Roriz Neto (PL) não confirmou se assinará o pedido de CPI articulado pelo seu partido. Assim como o distrital, desde 3 de março, quando foi aprovado o socorro ao BRB, outros parlamentares da base aliada não têm comparecido às sessões no plenário da CLDF e têm evitado se pronunciar sobre a crise.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Prevenção contra violência às mulheres se aprende nas escolas

Divulgação



Não seria justamente a educação desde a infância um bom caminho para prevenir feminicídios e violência doméstica? Nesse sentido, o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) declarou a constitucionalidade da lei 7460/2024, que institui o programa Educa por Elas no âmbito do Sistema de Ensino do Distrito Federal. A norma, de autoria da deputada distrital Doutora Jane (Republicanos), torna obrigatória a inclusão de conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher nos planejamentos bimestrais de escolas públicas e privadas de educação básica, com abordagem transversal e interdisciplinar. A ação direta de inconstitucionalidade foi proposta pelo Governo do Distrito Federal, que apontou vícios de ordem formal e material na lei. Mas, por maioria, os desembargadores entenderam que a lei não criou uma disciplina específica, mas apenas determinou a abordagem do tema de forma interdisciplinar. Não seria justamente a educação desde a infância um bom caminho para prevenir feminicídios e violência doméstica?

Caio Gomez/CB



Contas de votos

Chegou a hora de os políticos fazerem as contas para escolher os partidos pelos quais disputarão as eleições. Não estão em questão recursos de campanha, embora sejam também considerados. A dúvida é quais legendas terão mais condições de fazer mais votos, atingir o coeficiente eleitoral e eleger deputados federais e distritais. Por isso, muitas filiações partidárias serão definidas na última semana, antes do prazo final, que é 4 de abril, seis meses antes das eleições.

Encruzilhada

No fim de semana, a direção nacional do PSol derrubou, em votação, a possibilidade de o partido entrar na federação PT-PCdoB-PV, embora tenha o projeto de caminhar ao lado do presidente Lula pela reeleição. Com esse resultado, o PSol precisa agora decidir se vai apoiar a campanha de Leandro Grass (PT) ou a de Ricardo Cappelletti (PSB) ao Palácio do Buriti.

OAB-DF pede esclarecimentos sobre situação da Serrinha

A OAB-DF enviou ontem ofício ao governador Ibaneis Rocha manifestando preocupação com a inclusão da gleba A da Serrinha do Paranoá no plano de socorro do Banco de Brasília (BRB). A OAB-DF destaca a necessidade de esclarecimentos sobre a situação do licenciamento ambiental e a suficiência dos estudos que embasam o empreendimento, diante de mudanças relevantes no cenário hídrico do Distrito Federal e de novas informações ambientais identificadas na área.

Ed Alves/CB/DA Press



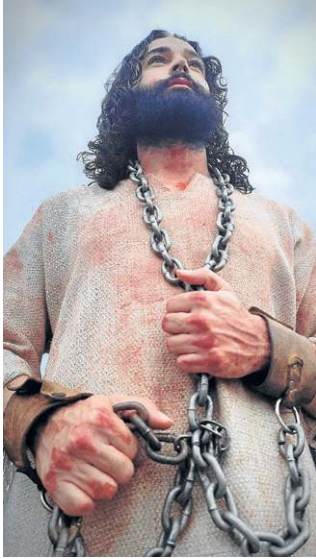
Ed Alves/CB/ D.A Press



E a pena começou a contar...

O dia de ontem é histórico para a Polícia Militar do DF. Cinco oficiais da corporação, sendo dois ex-comandantes-gerais, coronel Fábio Augusto Vieira e Klepter Rosa, começaram a cumprir a pena que chega a 16 anos por suposta omissão no atos de 8 de janeiro de 2023, que resultaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes da República. Eles vão passar os próximos anos na Papudinha, onde também está preso o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres e o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasquez. Para muitos policiais militares, foi um dia triste.

Ed Alves /CB/DA Press



Via Sacra, manifestação cultural

A Comissão de Educação e Cultura do Senado aprovou projeto que reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Via-Sacra do Morro da Capelinha, realizado anualmente em Planaltina. A proposta teve como relatora a senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) e agora segue para análise da Câmara dos Deputados. Realizada desde 1973, a encenação da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo se consolidou como uma das maiores manifestações religiosas e culturais do país. O projeto é de autoria do senador Izalci Lucas (PL-DF).

Divulgação



Guilherme Felix CB/DA Press



Cidadão de Brasília A Câmara Legislativa vai promover amanhã sessão solene para entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília ao diretor regional do Senac-DF, Vitor Corrêa. A homenagem, proposta pelo deputado distrital Hermeto (MDB), é um reconhecimento às contribuições de Vitor para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal, especialmente nas áreas de educação profissional e tecnológica e no fortalecimento do Sistema Comércio. A sessão será realizada às 19h30, no plenário da Câmara Legislativa. Vitor nasceu no Recife em julho de 1984 e chegou ao Distrito Federal ainda na infância. Foi aqui que construiu sua trajetória pessoal e profissional, e um vínculo profundo afetivo com a cidade.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

8 DE JANEIRO/ Oficiais que integravam a cúpula da PMDF em 2023 foram condenados a 16 anos de prisão por omissão e participação nos atos golpistas que resultaram na invasão e na depredação dos prédios dos Três Poderes

PMs condenados por 8/1 na prisão

» ANA CAROLINA ALVES

Defesas

Os cinco policiais militares do Distrito Federal condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por participação e omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 começaram a cumprir pena ontem, após decisão da Corte. Foram condenados o coronel Fábio Augusto Vieira, então comandante-geral da corporação; Klépter Rosa Gonçalves, subcomandante-geral; Jorge Eduardo Naime Barreto, ex-chefe do Departamento de Operações; o coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra; e o coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues. Os cinco integravam a cúpula da Polícia Militar (PMDF) naquele período e receberam penas de 16 anos de prisão pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e omissão imprópria. Ao longo desta quarta-feira, os condenados se apresentaram à Corregedoria da PMDF. Em seguida, foram submetidos a exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) antes de serem encaminhados ao 19º Batalhão da PMDF, dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como Papudinha.

Nas redes sociais, a esposa do coronel Jorge Naime, Mariana Adorno, publicou um vídeo acompanhando o ex-militar na Corregedoria da PMDF. “O Naime está se apresentando. Infelizmente, é um absurdo o que tem acontecido. Nós estamos diante da maior injustiça do país”, afirmou. A defesa do condenado afirmou que não teve acesso a eventual ordem de prisão e questionou a legalidade de uma possível determinação neste momento do processo. “Há recurso pendente, e a determinação de prisão no curso do processo, além de ser ilegal, contraria o entendimento do próprio STF”, declarou. O advogado também afirmou que a situação processual ainda não está encerrada, já que o recurso foi protocolado pela defesa em 9 de março e aguarda análise da Corte. “Nos termos da Constituição Federal, especialmente do artigo 5º, inciso LVII, a execução da pena somente é admitida após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, disse a defesa. No comunicado, a defesa sustenta que o processo foi marcado por irregularidades e que a competência para o julgamento deve ser da Justiça Militar, além de mencionar a análise da Arguição de Descumprimento de

Ed Alves/CB/D.A Press



Coronel Jorge Naime dirigiu o próprio carro até a Corregedoria da PMDF, no SIA

Preceito Fundamental (APDF) 1285 no STF. Segundo os advogados, a sentença da Corte indica que Naime não poderia ser responsabilizado por omissões relativas ao cargo. “Seja pela nulidade do processo, pelo vício insanável de competência ou por questões de fato que surgiram posteriormente ao julgamento, essa situação passará por uma revisão de entendimento”, diz a nota. O advogado do coronel Marcelo Casimiro informou que o ex-oficial

se apresentou voluntariamente para iniciar o cumprimento da decisão. “A defesa manifesta profundo respeito às instituições da República, mas lamenta os efeitos da decisão condenatória, uma vez que permanece convicta da ino-cência do coronel Marcelo Casimiro”, afirmou. Para a defesa do coronel Paulo José Bezerra, o desfecho do processo foi recebido com “imensa consternação”, afirmaram via nota. Segundo os advogados, o militar, ao

longo de 30 anos de carreira, “honrou sua farda e os valores da Polícia Militar”. Nega qualquer participação do coronel em atos contra a ordem democrática. “Ele não colaborou, corroborou ou participou de nenhum ato que visasse abolir o Estado Democrático de Direito”, diz a nota. O coronel Klépter Rosa se apresentou espontaneamente à Corregedoria antes mesmo de ser formalmente comunicado sobre a ordem de prisão, segundo a defesa.

“Embora discorde dos fundamentos da decisão proferida pelo STF, que não condizem com as provas contidas nos autos, o coronel irá cumpri-la, como sempre cumpriu a Constituição da República e as leis brasileiras”, afirma em nota. O advogado acrescentou que Rosa determinou e conduziu a prisão de manifestantes ainda no dia dos ataques e nos dias seguintes. “A defesa confia que os equívocos serão devidamente corrigidos pelo próprio STF”, conclui a nota. Procurada, a defesa do então comandante-geral da PMDF, Fábio Vieira, optou por não se posicionar.

Condenação

Os ex-militares foram condenados pela Primeira Turma do STF em 5 de dezembro de 2025. Além das penas de prisão, os réus receberam 100 dias-multa, cada um equivalente a um terço do salário mínimo, e perderam os cargos públicos. Também foram condenados, de forma solidária, ao pagamento de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos, valor a ser dividido entre todos os responsabilizados pelos atos antidemocráticos. Em seu voto, o relator, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que a atuação da PMDF não foi resultado de falhas pontuais ou improvisações operacionais, mas de uma omissão estruturada.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Toda vaidade é burra

A frase que intitula este texto foi escrita no começo do século 20 por Louis-Ferdinand Celine, um dos meus escribas preferidos, mas nunca esteve tão atual. Céline complementava: não existe vaidade inteligente. O filósofo Arthur Schopenhauer faz uma distinção que me parece essencial entre o orgulho e a vaidade. Segundo ele, o orgulhoso exige ser reconhecido por

um mérito que realmente possui; enquanto o vaidoso quer ser reconhecido por méritos que, de fato, não tem.

Claro que sempre houve vaidade. Mas a diferença é que, agora, existe todo um arsenal de tecnologias da comunicação para praticar o narcisismo 24h por dia. Não exagero: até os médicos foram flagrados tirando selfies durante as cirurgias nos hospitais. Os passeios turísticos também se tornaram aventuras arriscadas porque nos lugares mais perigosos as pessoas se desconcentram tirando autorretratos.

E tudo indica que a prática obsessiva das selfies não é muito favorável para a autoestima dos adeptos do narcisismo

radical, pois a convivência intensiva com a própria imagem acarretou um aumento desmedido das cirurgias plásticas. Quer dizer, é precisamente o contrário da felicidade em nome da qual se faz tudo isso.

O psicólogo norte-americano Christopher Lasch escreveu um excelente livro sobre o tema, intitulado *O eu mínimo*. De repente, se reduz tanto o projeto de vida que ela fica incrivelmente pequena: o meu umbiguinho, o meu carrinho, o meu sanduichinho, a minha selfizinha, a minha maconhazinha... E que se dane o mundo. Há um fechamento e um empobrecimento da experiência de interação com o outro mesmo se o autor estiver conectado a

milhares de redes virtuais. Até a participação em movimentos sociais precisa ser uma ação de marketing pessoal.

Não quero ditar regras, mas pelo pouco que li dos mestres ascensionados, o hedonismo, a vaidade e o narcisismo são um projeto infalível de infelicidade. Tudo é fundado em uma utopia de perfeição. Pelo contrário: eles dizem que a felicidade está no alargamento do eu, no desprendimento, na doação e na compaixão, valores relegados ao plano do ridículo e do patético nos tempos atuais.

Há pelo menos umas duas gerações que vivem embaixo da constelação de valores do narcisismo. Não querem ser reconhecidas pelo mérito, mas, sim, pelo

número de curtidas, de seguidores ou de postagens. Não serei hipócrita de afirmar que renego elogios. Mas não desejo ficar refém da opinião alheia porque isso é uma forma de escravidão.

Faço e falo o que dita a minha consciência, os meus valores, as minhas convicções e a minha internet espiritual. Se isso agrada à maioria, ótimo; se não, sinto muito. Parece que gente criada sob a órbita da internet está tentando estabelecer uma outra relação com os meios virtuais. Isso é um alento. Sim, Céline tem razão, toda vaidade é burra, mas, associada a meios virtuais tão poderosos de propagação coletiva, toda vaidade fica burríssima.



Corpo da manicure Luana Moreira Marques, morta pelo ex-companheiro, é enterrado no cemitério Campo da Esperança de Planaltina diante de 150 pessoas que a homenagearam com camisas e balões brancos

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



“Ela não merecia”, gritou uma pessoa durante a despedida



Um dos filhos de Luana: “exemplo de amor e dedicação”



Clima foi de comoção e tristeza, com pedidos de justiça

“Sua partida deixa vazio enorme”

» PAULO GONTIJO

“Mãe, sua partida deixou um vazio enorme no meu coração.”

A frase escrita nas redes sociais por Felipe Moreira Silva, um dos filhos de Luana Moreira Marques, resume a dor que marcou a despedida da manicure de 41 anos, vítima de feminicídio cometido pelo ex-marido após cerca de 25 anos de relacionamento. O enterro ocorreu na tarde de ontem, no Cemitério Campo da Esperança de Planaltina.

Felipe esteve no local para dar o último adeus à mãe, assassinada na última segunda-feira. A cerimônia reuniu cerca de 150 pessoas entre familiares, amigos e conhecidos, que acompanharam o velório e o enterro em meio a lágrimas, abraços e gritos de indignação.

Durante a despedida, o ambiente era de comoção. Pessoas choravam, se abraçavam e tentavam consolar umas às outras diante da violência que interrompeu a vida de Luana. Em um dos momentos do velório, uma pessoa gritou: “Ela não merecia”. A frase ecoou entre os presentes e sintetizou o sentimento de revolta diante do crime.

Ao final da cerimônia, balões brancos com gás hélio foram soltos no céu de Planaltina. A homenagem silenciosa simbolizou a despedida de amigos e familiares que tentavam lidar com a perda repentina. Enquanto os balões subiam lentamente, muitos dos presentes observavam em silêncio, alguns ainda chorando.

Nas redes sociais, um filho da vítima publicou uma mensagem lembrando da mãe e do vínculo entre os dois. No texto, ele descreveu Luana como um exemplo de amor, força e carinho. Disse também que,



Familiares e amigos da vítima prestaram as últimas homenagens ontem durante velório e enterro em Planaltina

mesmo com a ausência física, continuará sentindo a presença dela nos conselhos e ensinamentos que recebeu ao longo da vida.

Segundo ele, a memória da mãe permanecerá viva em cada gesto aprendido e em cada lembrança compartilhada pela família. A publicação gerou uma série de mensagens de apoio de amigos e conhecidos, que prestaram solidariedade aos familiares. No enterro, Felipe preferiu não se pronunciar.

A despedida também foi marcada por pedidos de justiça. Famí-

liares e amigos vestiam camisetas brancas estampadas com o rosto de Luana. Acima da foto, uma palavra resumiu o sentimento de quem estava no local: “justiça”. Muitos dos presentes se reuniam em pequenos grupos, lembrando histórias e momentos vividos ao lado da manicure.

Luana trabalhava em um salão de Sobradinho e era conhecida entre vizinhos, clientes e amigos pela dedicação ao trabalho e pelo jeito acolhedor. Segundo pessoas próximas, ela costumava manter uma

rotina intensa entre o trabalho e os cuidados com a família.

Ela deixa dois filhos maiores de idade, uma filha menor de idade e um neto. A família descreveu Luana como uma mulher que sempre priorizou os filhos e que mantinha uma relação muito próxima com os amigos e vizinhos.

Eles lembraram da vítima como uma mulher batalhadora e sempre presente na vida das pessoas próximas. Karina Cardoso, amiga de Luana, disse que ainda não consegue acreditar no que aconteceu.

“Ainda estou em choque. Para mim, ainda é tudo mentira, um pesadelo”, afirmou. Segundo ela, a manicure era alguém que se dedicava intensamente às pessoas ao redor. “A Luana era uma pessoa incrível. Apoiava a gente em tudo. Amava os meus filhos, mesmo sem serem netos dela, como se fossem.”

Vizinha da vítima, Lidyenne de Castro também destacou o carinho que Luana demonstrava no dia a dia. Para ela, a amiga era uma pessoa próxima de todos e muito ligada à família.

“Ela era uma pessoa muito especial, carinhosa e respeitosa, uma mãe maravilhosa e uma avó apaixonada pelo netinho”, contou. Segundo Lidyenne, a manicure mantinha sonhos simples, principalmente ligados à convivência com os filhos e com o neto.

“Ela sempre esteve ali com a gente em todos os momentos, felizes e tristes, e queria realizar muitos desejos”, disse.

Confissão

O autor do crime é o ex-companheiro da vítima, Wellington Bezerra da Silva, de 43 anos, com quem ela manteve um relacionamento de cerca de 25 anos e com quem os filhos maiores moravam. A manicure foi morta a facadas dentro do carro, na última segunda-feira.

Após cometer o feminicídio, Wellington dirigiu até a 16ª Delegacia de Polícia de Planaltina, onde confessou o crime às autoridades. Wellington enviou uma mensagem de voz ao filho do casal logo após o crime, em que admite o crime. “Eu fiz merda. Matei sua mãe. Estou indo para a delegacia.”

Ele foi preso no mesmo dia e passou por audiência de custódia na tarde da última terça-feira. Após a audiência, a Justiça do Distrito Federal converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, determinando que o suspeito permaneça detido enquanto o caso segue sob investigação. O feminicida confesso deve ser transferido nos próximos dias para o Complexo Penitenciário da Papuda.

Com a morte de Luana Moreira Marques, o Distrito Federal registra o terceiro feminicídio de 2026. O caso reforça a preocupação de autoridades e especialistas com a violência contra mulheres no país.

Obituário

Sepultamentos em 11 de março de 2026

» Campo da Esperança

Adão Cirilo da Costa, 84 anos
Audaci da Silva Calixto, 73 anos
Carlos Alberto Carvalho, 83 anos
Eliane de Oliveira Gonçalves, 64 anos
Francisco Carlos de Carvalho, 89 anos
Geni Ferreira Maranhão, 89 anos
Gilberto dos Santos Seppa, 69 anos
Gilson Antônio de Barros, 65 anos
Ismênia de Moura Santos Albano, 88 anos
Maria Jani da Silva Souza, 66 anos

Maria Lúcia Lira dos Santos Souza, 65 anos
Mariana Barbosa da Costa Alves, 47 anos
Mozart Hamilton Bueno, 85 anos
Natália de Sousa, 85 anos
Ruth Caixeta Borges Fernandes, 86 anos
Sônia Maria Rebouças de Castro, 61 anos

» Taguatinga

Albanisa Maria Correa
Amarildo Bezerra da Silva
Auriane Rodrigues de Freitas
Bertha Rosa da Conceição
Elza Maria de Oliveira

Eraldo Martins de Britto
Francisco Chagas do Nascimento
Genadir de Sousa Leite
Gleissom Charles Nascimento do e
José Tomas da Silva
Leandro Ferreira Lira
Luiz Gustavo Vieira de Souza Araújo
Núbia Santos de Azevedo

» Gama

Carlos Alexandre Martins da Silva Santos, 35 anos
Edson Bispo de Almeida, 64 anos

Felipe Santos, 83 anos
Guthemberg de Oliveira Brasil, 57 anos
José Gonçalves da Silva, 80 anos
José Ribeiro Maia, 61 anos
Lourdes Nervino de Souza, 82 anos
Luiz Fonseca Melo, 83 anos
Raimundo Nonato Almeida, 78 anos
Raul Alves do Nascimento, 81 anos

» Planaltina

Leandro Silva de Jesus, 40 anos
Luana Moreira Marques, 41 anos
Maitê Vieira Rodrigues, 3 anos

» Brazlândia

Sebastião Fernandes Sobrinho, 56 anos

» Sobradinho

Amadeus Batista Gomes, 91 anos
Luiz Augusto da Silva, 51 anos

» Jardim Metropolitano

Carlos Alberto Coutinho Filho, 74 anos
Celia Aparecida Carvalho Grigio, 75 anos
Maria dos Santos Batista, 67 anos (cremação)
Sandra Lima Ferreira, 83 anos (cremação)



“Não podemos esperar construir o mundo melhor sem melhorar as pessoas. Cada um de nós deve trabalhar para o nosso próprio aprimoramento.”

Marie Curie



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Taxa Selic, jornada de trabalho e Mercosul na pauta do Sistema Comércio em Brasília

Documento elaborado pelo Sistema Comércio para a melhoria do ambiente de negócios será apresentado em 25 de março, em Brasília. O evento reunirá representantes do governo federal e parlamentares para apresentar a agenda legislativa e institucional do setor. O documento sintetiza as sugestões e os anseios de mais de mil sindicatos e 34 federações empresariais. A redução da Taxa Selic, o reconhecimento e a valorização da negociação coletiva para o ajuste de cargas horárias laborais e a integração entre Mercosul e União Europeia, com o aguardado acordo comercial, são temas essenciais para o setor.



José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, antecipando alguns dos pontos principais da Agenda Institucional do Sistema Comércio em 2026

“O foco da agenda deste ano é assegurar que o próximo ciclo de gestão do país priorize o funcionamento mais eficiente da máquina administrativa, a segurança jurídica e o fim da volatilidade institucional que dificultam o planejamento dos setores produtivos”

Lideranças femininas do Sindhobar recebem homenagem na CLDF

Cinco mulheres ligadas ao setor de hotelaria e gastronomia do Distrito Federal foram homenageadas com Moção de Louvor na última terça-feira (10/3), durante solenidade na Câmara Legislativa do DF (CLDF), cujo tema foi Direitos que cuidam, políticas que transformam: compromisso com as mulheres do Distrito Federal.

A homenagem, uma iniciativa da deputada Paula Belmonte, reconheceu profissionais que se destacam por sua atuação em prol da sociedade brasiliense. Entre as agraciadas, estão Ticiane Werner Thomaz, Sun Tsai Tse Huei (Beth Sun), Keli Cristina Mayer, Gisele Munhoz Ribeiro da Costa e



Valéria Farias Moraes, todas diretoras do Sindicato Patronal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Distrito Federal — Sindhobar. O evento contou com a presença do presidente da entidade, Jael Antônio da Silva, que prestigiou as representantes do setor.

EDP avança em investimentos no país com a compra de fatia da CelgPar

A portuguesa EDP, empresa do setor de produção e transmissão de energia, completou 30 anos de atuação no Brasil em 2026. E Goiás vem ganhando importância no portfólio da companhia, que já opera 756 km de linhas e 14 subestações na região. O avanço ficará ainda mais robusto com a incorporação da CelgPar e do Lote 5 do leilão da Aneel, somando 437 km adicionais. A empresa aguarda concluir a assinatura do contrato da CelgPar, que é o braço de distribuição da companhia energética do governo de Goiás. A EDP arrematou o Lote A, da

Divulgação



Celg Participações (CelgPar), no fim de 2025, por R\$ 83 milhões. Nesse lote, tem 100% das ações da Firminópolis Transmissão e da Lago Azul Transmissão, que totalizam 152 quilômetros de linhas em Goiás.

Subestação de Matrinchã

Em outra frente, começam hoje as obras da Subestação de Transmissão de Matrinchã, no interior de Goiás. O investimento é estimado em R\$ 441 milhões. Desde 2017, a EDP já investiu mais de R\$ 7 bilhões em transmissão no país. “A expectativa é de que a subestação contribua para o desenvolvimento socioeconômico da região, conhecida por seu potencial turístico e agropecuário. Um marco importante na trajetória de 30 anos no Brasil”, disse à coluna João Brito Martins, CEO da EDP na América do Sul.

Celebração com arte

O grupo Paulo Octavio vai celebrar 50 anos em evento no Royal Tulip com uma apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Sontoro, conduzida pelo maestro Claudio Cohen. E terá a participação especial do tenor Tiago Arancam. O anfitrião do evento, o empresário Paulo Octávio, vai entregar aos convidados um livro que conta a trajetória empresarial que se mistura à história de Brasília.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Micro e pequenos negócios: sobrevivência e potência transformadora

O coordenador de Acesso a Crédito e Investimentos no Sebrae Nacional, Giovanni Beviláqua, lançou seu primeiro livro. Com uma abordagem precisa e provocadora, na obra *Para Reencantar a Economia: Desenvolvimento, Sustentabilidade e o Futuro do Brasil*, o autor propõe um reposicionamento do debate econômico: menos preso a abstrações e mais conectado ao Brasil real — seus territórios, suas desigualdades e, sobretudo, suas potências. O livro conta com contribuições especiais, como o prefácio de Valdir Oliveira, gerente da Unidade de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional e ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do DF. A publicação está na [Amazon.com.br](https://encurtador.com.br/YMuB) e pode ser adquirida nas versões Kindle e capa comum: <https://encurtador.com.br/YMuB> O livro lança um olhar para os pequenos negócios como fenômeno complexo, onde se entrelaçam necessidade e criação, sobrevivência e pertencimento, exclusão e potência transformadora.



Letícia Cavalcini/Divulgação

INVESTIGAÇÃO

Fonoaudiólogo é preso por estupro

Homem de 37 anos foi detido após mãe suspeitar que a filha com autismo tinha sido vítima de abuso durante uma consulta

» LUIZ FELLIPE ALVES

Um fonoaudiólogo, de 37 anos, investigado por estupro de vulnerável contra uma menina de quatro anos, foi preso na manhã de ontem. As investigações apontam que o crime teria ocorrido em dezembro de 2025, durante um dos atendimentos que o homem fazia à criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O suspeito trabalhava em uma clínica que prestava atendimento especializado a autistas. A polícia afir-

mou que, em dezembro de 2025, o autor teria praticado ato libidinoso diverso da conjunção carnal — quando não há penetração — com a vítima. A vulnerabilidade da criança é acentuada por conta do diagnóstico de TEA não verbal, o que dificultaria a comunicação do fato.

A polícia não divulgou a Região Administrativa onde teria ocorrido o crime.

A mãe afirmou que, depois do atendimento, a menina saiu do consultório “em crise”, o que acendeu um alerta. Ao realizar a troca de fraldas da filha, a mãe percebeu a pre-



Na casa dele, foram apreendidos aparelho celular, computador, pen-drives e material genético para confirmar ou descartar as suspeitas

Elizabeth Frade, delegada responsável pelo caso

sença de um fio de cabelo que não parecia com os da menina. A mãe conta, ainda, que, enquanto trocava a fralda, a menina tocava as partes íntimas, como se quisesse indicar alguma coisa.

Com os sinais que a filha deu, a mãe procurou a polícia no mesmo dia do ocorrido e apresentou o fio de cabelo que tinha encontrado no corpo da criança, além das roupas que a vítima estava vestindo durante a consulta. A polícia realizou exames periciais para confirmar a suspeita, constatando a presença de espermatozoides nas roupas.

Na operação que resultou na prisão do homem, comandada pela Seção de Atendimento à Mulher (SAM) da 21ª Delegacia (Taguatinga Sul), foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária.

A delegada responsável pelo caso, Elizabeth Frade, afirmou que o trabalho de investigação e perícia continua. “Na casa dele, foram apreendidos aparelho celular, computador, pen drives e material genético para confirmar ou descartar as suspeitas”, disse. Elizabeth Frade acrescentou que a clínica onde

o suspeito trabalhava também passou por perícia. “Investigamos a sala onde ele fazia os atendimentos e o armário de uso pessoal dele, onde encontramos a presença de diversos pontos contendo material genético que será analisado”, detalhou a delegada.

O suspeito está preso de forma temporária (30 dias). “Esses materiais foram coletados e serão encaminhados para os laboratórios da Polícia Civil, onde serão analisados. As investigações irão prosseguir, aguardando os resultados periciais”, complementou a delegada.

Morre idosa atropelada

» LETÍCIA MOUHAMAD

Morreu, ontem, Lucrécia da Costa Santos, 68 anos, atropelada em frente ao condomínio Total Ville, na Estância, em Planaltina, na noite de 28 de fevereiro. A vítima foi atingida por um veículo sedan preto enquanto transitava pela via pública. Após o impacto, o condutor fugiu do local sem prestar socorro.

Imagens de câmeras de vigilância mostram o momento do atropelamento e o instante da fuga do condutor. A mulher caminhava na rua com algo em mãos. Ela andava bem próximo à calçada, quando um carro preto a atingiu pela lateral. A vítima cai e é ajudada por moradores, que a socorrem ao Hospital Regional de Sobradinho com lesões graves, incluindo laceração hepática e fraturas.

Segundo a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o autor foi identificado e ouvido na 16ª Delegacia de Polícia (Planaltina), que investiga o caso. Ele estava acompanhado do advogado e

permaneceu em silêncio durante o depoimento. O veículo envolvido foi submetido à perícia.

Diante da morte da vítima, o investigado poderá responder, em tese, pelos crimes de homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB), omissão de socorro (art. 304 do CTB) e evasão do local do acidente (art. 305 do CTB). As investigações seguem em andamento.

Resgate

Em Luziânia, o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO) realizou o resgate do corpo de um jovem de 23 anos, não identificado, morto após o veículo que conduzia sair da pista e cair em um barranco na Avenida Brasil, no Jardim Ingá. O sinistro de trânsito ocorreu nas proximidades do Clube Bali Park, onde o automóvel ficou retido em uma posição crítica, dificultando a visualização por quem trafegava pela via.

Segundo as equipes de socorro, o corpo da vítima foi encontrado preso às ferragens do veículo, que apresentava graves danos estruturais. A operação de resgate foi realizada na tarde de terça-feira (10/3), após pessoas próximas ao jovem localizarem o carro durante buscas na região.

O condutor estava desaparecido desde o último domingo (8/3), quando saiu de casa para buscar a namorada no clube e não deu mais notícias.

Para acessar o corpo, os bombeiros precisaram realizar a estabilização do automóvel e montar um sistema de tração com multiplicador de força, a fim de garantir a segurança dos militares antes do uso do desencarcerador para a retirada da vítima das ferragens.

O trabalho contou com a atuação da Polícia Militar de Goiás (PMGO), a Polícia Técnico-Científica e o Instituto Médico Legal (IML). As circunstâncias que levaram à saída de pista e à queda no barranco estão sendo investigadas.

Metanfetamina apreendida no aeroporto

Divulgação/PF



Uma mexicana foi presa em flagrante pela Polícia Federal (PF) ao tentar desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília, ontem, transportando uma carga de, aproximadamente, 4,2 kg de metanfetamina, droga sintética de alto valor comercial e forte poder viciante. O entorpecente

estava escondido nos pertences da suspeita. A apreensão deu-se durante uma fiscalização de rotina e conjunta entre a PF e a Receita Federal contra o tráfico internacional. A suspeita permanece à disposição da Justiça Federal, e a carga foi enviada para perícia técnica.

PATRIMÔNIO

Brasília recebeu o título de Capital Ibero-Americana de Patrimônio Cultural 2026, durante encontro de entidade internacional, no Palácio do Buriti. A homenagem foi pela valorização e cuidado com o conjunto modernista que caracteriza a cidade

Reconhecimento à preservação

» BEATRIZ MASCARENHAS

Brasília é a Capital Ibero-Americana de Patrimônio Cultural 2026. O título foi entregue na abertura da segunda reunião do Comitê Setorial de Patrimônio Cultural da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI), no Salão Nobre do Palácio do Buriti. O encontro, que segue até amanhã, coloca em evidência a arquitetura e o planejamento urbano da capital federal, reconhecida mundialmente por seu conjunto modernista idealizado por Lucio Costa e pelas obras de Oscar Niemeyer.

Na cerimônia, o secretário de Relações Internacionais do Distrito Federal, Paco Britto, expressou alegria em receber o encontro e pelo prêmio concedido a Brasília. “Discutir o patrimônio cultural hoje significa discutir também planejamento urbano, sustentabilidade, desenvolvimento, equilíbrio. Estamos falando sobre identidade, memória coletiva, diversidade cultural e pertencimento. Somos uma cidade relativamente jovem, mas que já carrega uma responsabilidade histórica global”, destacou o secretário, lembrando que Brasília ostenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco desde 1987.

“O patrimônio cultural é memória e identidade, mas também é planejamento, gestão e responsabilidade pública”, afirmou a diretora-geral da UCCI, Luciana Binaghi Getar, diretora-geral da UCCI. Ela reforçou que a preservação de um patrimônio como Brasília exige visão estratégica, vontade política e cooperação constante entre os diferentes atores. “Por isso, celebro que estejamos todos aqui”, disse.

Durante o encontro, o subsecretário de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Seccec-DF), Felipe Ramón, explicou que as ações de preservação do patrimônio na capital seguem duas frentes principais: a restauração física de equipamentos históricos e o fortalecimento da educação patrimonial. Entre as iniciativas recentes, ele citou a reabertura do Teatro Nacional, intervenções no Museu Nacional da República e um convênio firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a restauração da Praça dos Três Poderes.

Além das obras de recuperação, a pasta também investe em iniciativas voltadas à conscientização da população sobre a importância do patrimônio cultural, como o programa Territórios Culturais, que leva estudantes da rede pública para visitar espaços e sítios tombados. Para ele, a preservação também depende de manter esses espaços em uso e integrados à dinâmica da cidade. “O patrimônio

Ed Alves/CB/DA.Press



Beatriz Mascarenhas/CB/DA.Press



Cerimônia no São Nobre reuniu autoridades locais e membros do comitê



O patrimônio cultural é memória e identidade, mas também é planejamento, gestão e responsabilidade pública”

Luciana Binaghi Getar, diretora-geral da Ucci

precisa estar vivo. Um equipamento fechado tende a se deteriorar mais rapidamente. Quando está em funcionamento, há mais condições de manutenção, revitalização e cuidado”, destacou.

O reconhecimento da capital como patrimônio no cenário

internacional também contribuiu para atrair visitantes, na avaliação do secretário de Turismo, Cristiano Araújo. “Esse reconhecimento é extremamente importante, porque amplia a visibilidade do destino, fortalece nossa identidade e estimula visitantes do Brasil e do

exterior a conhecer de perto um patrimônio único, que une arquitetura, cultura e diversidade em um só lugar”, afirmou.

O governador Ibaneis Rocha, ao lado de Paco Britto, também recebeu o título das mãos da diretora-geral da UCCI.

Qualidade de vida

A preservação desse conjunto urbanístico é fundamental não apenas como memória histórica, mas também como estratégia para manter a qualidade de vida da população. Para a arquiteta e urbanista Ana

» Cooperação

A União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) é uma organização internacional sem fins lucrativos, fundada em outubro de 1982. Atualmente, a rede internacional é composta por 29 cidades, de 24 países ibero-americanos. O objetivo é fomentar os vínculos, relações e intercâmbios para impulsionar o desenvolvimento harmônico e equilibrado dessas cidades. Do Brasil, além de Brasília, fazem parte São Paulo e Rio de Janeiro.

Clara Giannecchini, professora do Departamento de Projeto, Expressão e Representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, uma das características mais marcantes do projeto de Brasília é o equilíbrio entre áreas construídas e espaços livres. “A presença de áreas verdes, espaços permeáveis e paisagismo é um diferencial importante da cidade”, afirma.

Ao **Correio**, a especialista também ressaltou que a arquitetura modernista dos blocos residenciais foi pensada para se adaptar ao clima do Planalto Central. Muitos edifícios foram projetados com

ventilação cruzada, janelas amplas e boa entrada de luz natural, o que favorece o conforto térmico e luminoso e reduz a necessidade de ar-condicionado ou de uso excessivo de energia elétrica. “Os pilotis também criam áreas cobertas de uso público ou semipúblico, que estimulam o encontro e fortalecem as relações de vizinhança”, observou. Outro elemento importante é a própria disposição dos edifícios nas quadras, que evita que um prédio faça sombra sobre o outro, garantindo boa iluminação e ventilação para todos os blocos.

Ana Clara reforçou que Brasília representa uma experiência singular de planejamento urbano que buscou conciliar organização espacial, contato com a paisagem e qualidade de vida. “A cidade expressa uma utopia urbana que procurou equilibrar o construído e a paisagem, propondo um modelo em que o adensamento construtivo fosse compatível com o bem-estar da população”, assinalou. Ao mesmo tempo, ela enfatizou que preservar o conjunto urbanístico exige olhar para além do Plano Piloto e considerar os desafios urbanos de todo o Distrito Federal, como mobilidade, habitação e desigualdades socioespaciais — temas que também dialogam com os debates internacionais sobre patrimônio cultural e desenvolvimento urbano.

DIREITO

Projeto em defesa das mulheres é lançado

» DAVI CRUZ

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília lançou, ontem, a Clínica Elas por Elas, projeto criado em comemoração ao Mês das Mulheres, com foco no acolhimento, orientação e fortalecimento feminino. A iniciativa vai oferecer apoio jurídico, emocional e institucional a mulheres da comunidade acadêmica e da sociedade em geral que se encontrem em situação de vulnerabilidade. O objetivo é garantir e resguardar os direitos em diferentes áreas.

A clínica vai funcionar de forma gratuita e está vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica e ao Laboratório Jurídico da faculdade. Além do atendimento à comunidade, o projeto também foi criado para contribuir para a formação prática dos estudantes da instituição, que terão

contato direto com demandas reais e poderão participar das atividades supervisionadas.

Segundo o diretor-geral da Faculdade Mackenzie, Josimar Santos Rosa, a criação da clínica atende a uma demanda que existia dentro da faculdade. “O laboratório jurídico foi estruturado em diversas frentes de atuação. Havia o desejo de desenvolver uma iniciativa específica voltada para o atendimento de mulheres”, explicou. Ainda de acordo com o gestor, a proposta reflete a tradição da faculdade e o compromisso com projetos que promovam impacto social e cuidado com o próximo.

A coordenadora da clínica, professora e advogada Juliana Daher Delfino Tesolin, afirmou que a iniciativa foi idealizada ao longo de mais de dois anos e contou com parcerias estratégicas. “Estamos unidas com outras instituições que

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Iniciativa da Faculdade Mackenzie vai oferecer, de graça, apoio jurídico e emocional a mulheres vulneráveis

vão trabalhar junto com a faculdade, para que a gente atue como uma clínica jurídica de acolhimento às mulheres vítimas de violência física, emocional, patrimonial ou psicológica”, disse Juliana.

Ela reforçou a importância da atuação das estudantes. “Nossas alunas vão aprender, na prática, como ajudar o próximo, como ajudar uma mulher. Serão mulheres atendendo mulheres”, disse. Sobre

o aprendizado dos estudantes, Juliana destacou que os alunos também participarão da produção de cartilhas informativas e de atividades acadêmicas.

A advogada Gabriela Manssur, presidente do Instituto Justiça de Saia e idealizadora do Projeto Justiceiras, afirmou que a eficácia das leis brasileiras depende da aplicação prática. “Temos uma das melhores leis do mundo de combate

à violência contra mulheres, mas somos o quinto país do mundo que mais mata mulheres. Isso precisa mudar.”

A estudante do 9º semestre de Direito, Débora Mendes, 21 anos, está empolgada com a ação. “Eu sou a primeira fã desse projeto e o considero muito importante ainda mais para a nossa geração, que tem tantas mulheres que são vítimas de diversas formas de

violência. Trazer isso para a faculdade, para quem está estudando Direito, lendo os livros, mas também está interessado na prática é enriquecedor”, acredita Débora.

Outra aluna, Aline Andrade, 21, reforçou o impacto social da iniciativa. “O projeto é essencial para entender a mão às mulheres vulneráveis que passam por violência doméstica. Além disso, é importante que a gente se mobilize para que mais mulheres ocupem cargos de liderança, como diretorias, presidências e posições públicas, garantindo acessibilidade e oportunidades tanto para a carreira quanto para a vida pessoal.”

O evento reuniu especialistas do Direito e representantes de instituições que atuam na defesa dos direitos das mulheres, entre elas a defensora pública Rafaela Mitre, coordenadora do Núcleo da Mulher da Defensoria Pública do Distrito Federal; a advogada Maria Augusta Palhares Ribeiro, cofundadora do coletivo Amigas da Corte; a advogada Julia da Baêre, cofundadora e presidente da Associação Elas Pedem Vista; e a advogada Nildete Santana, diretora da Mulher da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional Distrito Federal.



Laço reforçado entre mãe e filho

No Dia Mundial do Rim, o **Correio** conta a história de um jovem brasileiro que recebeu um rim especial em uma cirurgia preemptiva. No ano passado, o DF realizou 119 transplantes do órgão

Como ser um doador

Segundo o Ministério da Saúde, para ser doador de órgãos no Brasil, basta comunicar a decisão à família, visto que apenas os familiares podem autorizar a doação em caso de morte encefálica. Para uma formalização da intenção ou para aqueles que ainda em vida decidem doar, é possível registrar uma manifestação eletrônica por meio site www.aedo.org.br ou do aplicativo AEDO, que permite a seleção dos órgãos desejados.

Além da formalização do desejo de doar, é necessário que doadores vivos tenham mais de 18 anos, gozem de boa saúde e passem por uma avaliação médica para verificar a compatibilidade e garantir que a doação não prejudicará sua saúde. A Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO) já soma mais de 458 solicitações emitidas em todo o DF, fortalecendo a política pública de transplantes no Brasil.



Victor Mateus se recupera no hospital: “Você me deu a vida duas vezes”

» LETÍCIA MOUHAMAD

“Você me deu a vida duas vezes. Primeiro, quando me trouxe ao mundo, e depois quando tomou a decisão mais generosa e corajosa que uma mãe pode tomar: doar um rim”. As palavras, escritas por Victor Mateus Gomes, de 34 anos, em uma homenagem à mãe, Sônia Maria Gomes, 64, resumem o sentimento que transborda após o transplante realizado em Brasília.

O gesto, que uniu ainda mais a família do Gama, transformou a dor da espera em um ato de amor incondicional, materializado em uma mensagem que Victor enviou do leito da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em 8 de março, quando não pôde abraçá-la pessoalmente pelo Dia da Mulher.

A trajetória até a aguardada cirurgia, realizada no Hospital Brasília da Rede Américas, começou com um diagnóstico silencioso de hipertensão em 2013. Bancário de profissão e habituado ao ritmo intenso do atendimento ao público, Victor confessa que a juventude o fez subestimar a doença.

Generosidade

Foi nesse momento que Sônia, aos 64 anos, e após superar dúvidas sobre a viabilidade da doação em sua idade, confirmou sua aptidão. “Nunca tive dúvida. Meu medo era apenas não ser compatível e não poder salvá-lo”, recorda a mãe, que intensificou cuidados físicos e até aulas de hidroginástica para garantir que seu organismo estivesse pronto.

A decisão de Sônia permitiu que a equipe médica realizasse o transplante preemptivo, cenário considerado ideal por especialistas por ocorrer antes que o paciente precise das máquinas de diálise. Para o nefrologista do Hospital Brasília Pedro Mendes, o acompanhamento precoce foi o segredo do sucesso na operação.

“Muita gente acredita que o transplante só ocorre após a diálise, mas identificar o momento certo permite devolver ao corpo a função renal plena de forma planejada”. No Distrito Federal, histórias como a de Victor somam-se aos 119 transplantes de rim realizados em 2025, dos quais 22 vieram de doadores vivos como Sônia.

Apesar da felicidade, Victor relata que o processo envolveu um conflito interno entre a gratidão e a preocupação com a mãe. “Primeiro, bate um medo de ter o rim doado por ela, pois sinto que estou sacrificando um pouco da saúde dela pela minha, fazendo-a passar por dor e cirurgia. Mas, ao mesmo tempo, tenho uma sensação de acolhimento que a gente só sente de uma mãe”, desabafa.

Para ele, ver o ato imediato de quem “dá a própria vida” para que o filho tenha uma melhor é a definição máxima de amor. “Sempre a carregarei no coração e agora tenho mais um pouco dela aqui comigo para sempre”, completa.

Alívio

A recuperação no hospital tem sido um período de introspecção para Victor. “Aqui no hospital a gente reflete muito sobre qual tipo de idoso quer ser. Vejo pessoas da minha idade com comorbidades e penso que saúde não se compra. Paga-se médico e remédio, mas a qualidade de vida a gente constrói”, observa.

Ele destaca que, até o dia anterior à cirurgia, ninguém diria que ele estava doente, reforçando o perigo das enfermidades renais que não apresentam sintomas claros em seus estágios iniciais. Agora, seis dias após o procedimento, o alívio substitui a angústia do diagnóstico. “Eu olho no espelho, vejo a cicatriz e é uma sensação de renascimento. A cada exame mensal, eu via aquele prazo se aproximando, e agora a gente respira melhor”, conta o bancário, emocionado.

O nefrologista responsável pela operação explica que, na maioria das vezes, os rins doentes não são retirados do corpo. “Curiosamente, o novo rim é colocado na parte inferior do abdômen (fossa ilíaca) e conectado aos vasos sanguíneos e à bexiga. O sucesso do transplante depende diretamente da adesão rigorosa ao tratamento medicamentoso e das consultas de acompanhamento”, alerta.

O plano de Victor, agora, é retomar a rotina com um rigor dobrado com a saúde, transformando o impacto da cirurgia em um novo padrão de cuidado com o próprio corpo. O desfecho positivo para mãe e filho reforça como o planejamento médico e a doação em vida são capazes de alterar o curso de doenças que, de outra forma, seriam limitantes.

A disposição de Sônia em enfrentar os protocolos pré-operatórios aos 64 anos permitiu que o filho evitasse o desgaste da terapia dialítica, preservando sua qualidade de vida. Essa trajetória de diagnóstico e intervenção precoce ganha destaque neste 12 de março, o Dia Mundial do Rim, data que joga luz sobre a importância de monitorar funções vitais que, como no caso de Victor, podem operar em silêncio.



Sônia e Victor pouco antes da cirurgia

Arquivo pessoal

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

BRASILEIRÃO No reencontro com o Cruzeiro, Leonardo Jardim adiciona toques próprios no Flamengo e, mesmo sem brilho, ganha a primeira com eficiência defensiva e gols de Pedro e Carrascal. Outro a rever o ex-clube, Gerson conviveu com vaias

Vitória de transição

Em um jogo repleto de reencontros e simbolismo, o Flamengo conquistou, ontem, a primeira vitória da era Leonardo Jardim. Em uma apresentação com mais impressões digitais adicionadas pelo novo técnico, o rubro-negro recebeu o Cruzeiro, no Estádio do Maracanã, e bateu o adversário mineiro — ex-clube do atual comandante flamenguista —, por 2 x 0. O resultado deu fôlego ao time carioca na classificação da Série A do Campeonato Brasileiro. Ao rever a equipe na qual teve passagem de idolatria, o meia Gerson conviveu com vaias e gritos de “mercenário” vindos da arquibancada.

O Flamengo não viveu uma noite de grande inspiração, mas foi possível identificar mais personalidade de Jardim no rubro-negro. Ao longo dos 90 minutos, o time apresentou posicionamentos indicados pelo treinador, além de uma flagrante mudança de postura. Antiga tradição da equipe, a posse de bola ficou em segundo plano. Ao fim de jogo, terminou em 56% x 44% a favor dos cruzeirenses. A compactação defensiva, com direito a mudança na saída de bola (várias vezes o time optou por lançamentos diretos), terminou como a principal qualidade flamen-guista na vitória de ontem.

A tranquilidade adquirida com um gol rápido, inclusive, ajudou bastante no comportamento do Flamengo no Maracanã. Aos quatro minutos, Pedro aproveitou recuo errado de Néiser Villarreal, limpou os marcadores e venceu Cássio: 1 x 0. Mesmo sem tanta intensidade, o rubro-negro acumulou as melhores chances. Em uma delas, Fabrício Bruno tirou finaliza-ção de Arrascaeta em cima da linha. Quando tinha a bola no pé, a equipe flamenguista apostava em verticalidade de passes por baixo para chegar rápido ao ataque.

Gilvan de Souza/Flamengo



Pedro marcou o gol da vitória do Flamengo diante do Cruzeiro, no Maracanã. Rubro-negro não esbanjou volume, mas venceu com tranquilidade

A etapa final teve controle rubro-negro. Mais incisivo, o Fla- mengo acertou a trave com Arras- caeta. Antes de deixar o gramado por lesão, Cássio salvou chute forte de Pulgar. O Cruzeiro criou pouco. Rossi não fez nenhuma defesa de alto grau de dificuldade no segun- do tempo. Apesar de buscar bas- tante o jogo, Gerson não teve noite inspirada e deixou o gramado vaia- do ao ser substituído. Houve tem- pora para o golpe fatal: Samuel Lino lançou o Carrascal fez o segundo. Mesmo sem brilho, a primeira víto- ria de Leonardo Jardim fica mar- cada por uma clara transição às ideias do novo treinador.

CLASSIFICAÇÃO

SÉRIE A	LIBERTADORES		P	J	V	E	D	GP	GC	SG	
		1º Palmeiras	10	4	3	1	0	12	5	7	
		2º São Paulo	10	4	3	1	0	6	2	4	
		3º Bahia	8	4	2	2	0	5	3	2	
		4º Flamengo	7	4	2	1	1	6	4	2	
		5º Coritiba	7	5	2	1	2	7	6	1	
		6º Fluminense	7	4	2	1	1	5	4	1	
		7º Athletico-PR	7	4	2	1	1	4	3	1	
		8º Corinthians	7	5	2	1	2	5	5	0	
		9º Bragantino	7	4	2	1	1	3	3	0	
		10º Grêmio	6	4	2	0	2	8	8	0	
		11º Mirassol	6	4	1	3	0	8	7	1	
REBAIXADOS	5ª RODADA	12º Chapecoense	5	3	1	2	0	8	6	2	
		13º Atlético-MG	5	5	1	2	2	7	8	-1	
		14º Santos	5	5	1	2	2	8	10	-2	
		15º Vitória	4	4	1	1	2	5	8	-3	
		16º Botafogo	3	3	1	0	2	7	6	1	
		17º Remo	3	4	0	3	1	6	8	-2	
		18º Internacional	2	5	0	2	3	3	7	-4	
		19º Cruzeiro	2	5	0	2	3	4	11	-7	
		20º Vasco	1	4	0	1	3	3	6	-3	
		Terça-feira			Mirassol 2 x 2 Santos						
		Ontem			Atlético-MG 1 x 0 Internacional						
			Bahia 1 x 1 Vitória								
			Flamengo 2 x 0 Cruzeiro								
			Corinthians 0 x 2 Coritiba								
Hoje			19h Remo x Fluminense								
			19h30 Vasco x Palmeiras								
			20h São Paulo x Chapecoense								
			21h30 Grêmio x Bragantino								
29 de março			18h30 Athletico-PR x Botafogo								

Visitante indigesto, Coritiba bate o Corinthians em SP

A presença do Coritiba no G-5 do Campeonato Brasileiro antes do desfecho da 5ª rodada chama a atenção. Todos os pontos do atual campeão da Série B foram conquistados longe do Couto Pereira. O Coxa Branca perdeu para RB Bragantino e São Paulo como mandante, mas foi letal contra o Cruzeiro no Mineirão, empatou com a Chapecoense na Arena Condá e impôs nova derrota ao Corinthians em Itaquera, ontem, por 2 x 0. São sete pontos conquistados de nove disputados longe do Paraná.

O caminho para a vitória do Cori- tiba foi aberto aos 37 minutos de jogo.

Zagueiro de 1,92m de altura, Jacy subiu bem e testou firme a bola para o canto esquerdo de Hugo Souza. Lucas Ronier ampliou a vantagem no início da etapa final, após aproveitar buraco na zaga e cabecear na saída de Hugo.

O Coritiba levou um susto após o zagueiro Jacy deixar o estádio em ambulância. Durante ataque do Corinthians, o defensor de 28 anos colocou a cabeça na bola para afastar cruzamento e desa- bou em campo. O protocolo de concussão foi acionado, e o joga- dor foi levado ao hospital.

O Coritiba impôs ao Corinthians

a terceira derrota como mandante, a segunda na Neo Química Arena. Antes, o alvinegro havia perdido em Itaquera para Palmeiras (Paulistão) e Bahia (Brasileirão) na Vila Belmiro.

Expulso na rodada anterior con- tra o Cruzeiro, Dorival Júnior não comandou o time contra o Cori- tiba. Foi substituído pelo filho Lucas Silvestre, que levou a campo força máxima. A única ausência era o lesionado Yuri Alberto. Memphis Depay fez dupla com Gui Negão. Porém, o time paulista pouco pro- duziu. Não à toa, após sofrer o segundo gol, o interino promoveu

quatro mudanças de imediato. Nenhuma surtiu efeito.

Também foi noite de estreia. O marroquino Zakaria Labyad jogou pela primeira vez com a camisa corin- tiana e entrou no lugar de Memphis Depay, o amigo que o “indicou” ao departamento de scout. O inglês Jesse Lingard foi apresentado ontem, mas só assistiu à partida, devido à falta de ritmo e condição física.

O Corinthians volta a campo no domingo, às 16h, no clássico contra o Santos na Vila Belmiro. No mes- mo dia, às 18h30, o Coritiba recebe o Remo no Couto Pereira.



O zagueiro Jacy marcou o primeiro gol do Coxa e foi levado ao hospital

COPA DO BRASIL

O limite que Luizinho Vieira quer quebrar no Capital

MEL KAROLINE*

O Capital entra em campo, hoje, com um novo comandante e um desafio capaz de marcar a carreira dele. Às 19h30, no Estádio Germano Kruger, em Ponta Grossa, o repre- sentante do Distrito Federal enfrenta o Operário, pela terceira fase da Copa do Brasil, na estreia de Luizinho Vieira no comando do Coruja. Para o treinador, o duelo representa a chance de superar pela primeira vez uma barreira existente desde os tempos de jogador.

Como atleta, Luizinho teve a melhor participação na competi- ção nacional em 2001. Na época,

o meio-campista era destaque do Santa Cruz e ajudou o clube per- nambucano a avançar até a segun- da fase. A campanha terminou diante do Grêmio, futuro campeão do torneio, marcando o limite da trajetória dele na Copa do Brasil dentro das quatro linhas.

Já como treinador, o roteiro foi um pouco mais longo. Em 2023, Luizinho levou o Ypiranga de Ere- chim até a terceira fase da com- petição nacional, quando acabou eliminado pelo Botafogo. Caso eli- mine o Operário nesta noite, o téc- nico alcançará pela primeira vez a quarta fase do torneio na carreira. O feito também seria inédito para

Ueslei Costa/Capital



Novo técnico do Coruja busca vaga inédita para o clube na quarta fase

o único representante do Distrito Federal vivo na Copa do Brasil.

A experiência acumulada apa- rece como uma das armas para preparar o Capital para o confronto decisivo. “Já faz um tempinho, mas

futebol é isso de a gente entender bem a competição. Tem alguns gatilhos em jogos decisivos em rela- ção às penalidades, mas o impor- tante é montar uma boa estratégia para iniciar bem o jogo”, explicou,

Galo afunda o Inter

Apenas três dias após protagonizar o jogo com mais expulsões da história do futebol brasileiro na final do Campeonato Mineiro, perda para o Cruzeiro, o Atlético-MG virou a página. Isso porque na noite de ontem, em partida válida pela quinta rodada do Brasileirão, o alvinegro recebeu o Internacional, na Arena MRV, e com direito a gol relâmpago de Cuello e show do goleiro Everson, superou os gaúchos, por 1 x 0. No Ba-Vi da Fonte Nova, Bahia e Vitória empataram, por 1 x 1.

Dia de start nos trabalhos

O dia marcará a estreia de dois treinadores à frente de clubes na Série A do Campeonato Brasileiro. Os cenários dos inícios de trabalho, no entanto, são distintos. Às 19h30, o lanterna Vasco busca fôlego na competição nacional diante do líder Palmeiras, em São Januário, sob o comando de Renato Gaúcho. Segundo colocado no torneio, o São Paulo encara a Chapecoense, às 20h, no Morumbi, e começa a era Roger Machado após a inesperada demissão de Hernán Crespo.

Renato teve oito dias para mudar a cara de um Vasco com claras difi- culdades ofensivas. A dura missão diante do Palmeiras coloca em jogo o torneio tratado pelo treinador vascaíno como principal priorida- de para a sequência da temporada 2026. “Traçar as metas: o Vasco tem três competições. O Brasileiro é prio- ridade. Tem Copa do Brasil e Sul-A- mericana. Vamos buscando. Onde o Vasco vai chegar, eu não sei. É difícil para todos. Vamos tentar andar nas três, mas a prioridade sempre vai ser a Série A”, detalhou.

O desafio de Roger é mais curio- so: dar andamento ao bom desem- penho deixado pelo antecessor na largada da elite nacional. O pouco tempo do trabalho iniciado na ter- ça-feira surge como empecilho iní- cial. “Uma das primeiras coisas que falei com os atletas é que temos o dever de manter a chama sempre acesa da conquista de títulos. Um clube grande precisa sempre olhar para o primeiro lugar. Futebol se vence de várias formas. Taticamen- te, estruturalmente, eu tenho conce- pções sensivelmente diferentes do Crespo”, explicou.

JP Pacheco/Coritiba

a implementação da nova filoso- fia no Capital. O treinador chegou após a saída de Fábio Brostel e teve pouco mais de uma sema- na de preparação. “É o início de um trabalho, pouco tempo ainda. Mas fomos colocando conteúdo para os atletas, houve uma boa simulação nessa semana e, agora, estamos prontos para os últimos detalhes”, afirmou.

O duelo no Paraná será deci- dido em jogo único. Quem vencer avança para a quarta fase da Copa do Brasil. Em caso de empate, a vaga será definida nas penalidades máximas. Além da continuidade esportiva, a classificação também representa um reforço financeiro importante. O clube classificado receberá R\$ 1,07 milhão de pre- mição. Até aqui, o Capital já acu- mulou R\$ 2,91 milhões na campa- nha da competição nacional.

* Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Capricórnio. Evidentemente, tu tens teus argumentos para validar e justificar tua vontade de partir para cima da realidade e das pessoas e demandar que teus desejos e anseios sejam satisfeitos. Considera, no entanto, que essa não é uma condição exclusivamente tua, há inúmeras outras pessoas vivenciando o mesmo, e como ninguém está com ânimo de negociar ou fazer concessões, anda se cozinhando um cenário de confrontos e discussões que atingirá seu ápice no domingo próximo. Leva isso em conta para não exagerar na dose de demandas nem tampouco pedir o que não seria possível satisfazer, porque na melhor das hipóteses a boa vontade de algumas pessoas não anda dando conta de melhorar a situação e, ao mesmo tempo, a má vontade de muitas delas espera uma deixa apenas para dar um show de violência.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

Os disfarces e as máscaras fazem sentido, num mundo que não parece se importar muito com a riqueza da vida interior, que é invisível. Portanto, isso outorga a você o direito de andar por aí com máscaras e disfarces.

 TOURO
21/04 a 20/05

Seria melhor que todas as pessoas se entendessem, porque isso beneficiaria o grupo. Porém, as pessoas andam mais egoístas que de costume e, por isso, não alcançam o entendimento do bem grupal. Só pensam nelas.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

Mire alto e, por mais que o medo pareça indicar o contrário, aposte todas suas fichas em sua capacidade de fazer acontecer. Tenha em mente que nada acontecerá por si só, é você que precisa fazer acontecer. É assim.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

Há coisas possíveis enquanto outras são impossíveis, mas se a sua alma seguir sempre pelo caminho do que seja possível vai morrer de tédio. De vez em quando, como agora, é preciso assumir desafios maiores. Aí sim!

 LEÃO
22/07 a 22/08

O estado de nervosismo é natural, diante de tanta coisa envolvida nesta parte do caminho. Procure aceitar essa condição sem resistência, porque servirá para sua alma ficar em estado de atenção e vigilância. Melhor assim.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

As discordâncias sobre as quais se assentam os conflitos, nesta parte do caminho adotam o ar de serem insuperáveis, porém, sua alma sabe que essa é uma condição temporária, a qual, no entanto, seria melhor respeitar.

 LIBRA
23/09 a 22/10

Evite terceirizar o que só você faria direito. Ainda que você tenha tanta coisa sob sua responsabilidade que pareceria justo a terceirização das tarefas, nesta parte do caminho evite isso ao máximo. É por aí.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

A impaciência não é muito virtuosa, mas de vez em quando ela é necessária, porque resolve. Não seria sábio de minha parte lhe aconselhar a impaciência, porém, do jeito que as coisas andam, a escolha é sua.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Sentir-se em casa não é algo que seja relativo a um lugar específico. Sentir-se em casa é uma metáfora que a alma procura através da companhia de pessoas que a façam sentir familiaridade e companhia agradável.

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Certas conversas se tornaram inevitáveis, e por mais que sua alma fique tensa diante dessa perspectiva, é necessário você aceitar que a inevitabilidade dessas conversas tem suas razões. Tudo para o bem de todos.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Faça todas as manobras que estejam ao seu alcance para consolidar sua posição e, como resultado, sua alma se sentir mais segura e confortável, condições essas essenciais para seguir em frente com alegria.

 PEIXES
20/02 a 20/03

Os acontecimentos se precipitam e você se vê diante da obrigação de tomar algumas medidas bastante radicais. Tudo isso, inclusive, em curto tempo. Procure manter a cabeça no lugar e fazer tudo com a devida coragem.

CINEMA

Reprodução/Redes Sociais



Além de concorrente, Wagner Moura será um dos apresentadores do Oscar

A cara do Oscar

» MARIANA REGINATO

Às vésperas do Oscar, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas divulgou a lista dos mestres de cerimônia, e Wagner Moura irá subir ao palco do Dolby Theater para apresentar um dos prêmios da noite. Além de concorrer a Melhor ator, Wagner irá aparecer um pouquinho mais nas telas dos brasileiros, que estão na torcida pela vitória do baiano. O ator irá falar sobre *O agente secreto* na apresentação da nova categoria do Oscar, Melhor seleção de elenco, na qual o filme está indicado.

A cerimônia, transmitida pela TV Globo e TNT, será comandada por Conan O'Brien. Nomes como Nicole Kidman, Anne Hathaway, Paul Mescal, Demi Moore, Gwyneth Paltrow, Robert Downey Jr., Chris Evans, Jimmy Kimmel e Pedro Pascal também aparecem na lista de apresentadores.

O agente secreto, longa de Kleber Mendonça Filho, vai com tudo no Oscar 2026. Indicado a Melhor filme, Melhor filme internacional, Melhor ator pela performance de Wagner Moura e Melhor elenco, o filme tem grandes chances de trazer pelo menos uma estatueta para o Brasil. Wagner Moura, que já era

conhecido lá fora por trabalhos como *Narcos* e *Guerra Civil*, chega forte na categoria de atuação da Academia.

Na disputa pelo Oscar de Melhor ator, o maior rival de Wagner Moura é Michael B. Jordan, protagonista de *Pecadores*. No início da temporada, a disputa era entre Leonardo DiCaprio, Wagner Moura e Timothée Chalamet mas, com o decorrer das premiações, DiCaprio ficou para trás. Timothée então cresceu e ganhou favoritismo,

mas polêmicas em relação ao diretor de Marty Supreme, Josh Safdie, e falas do próprio ator, fizeram com que perdesse força. Quando *Pecadores*, do diretor Ryan Coogler, recebeu 16 indicações ao Oscar, batendo recorde, Michael B. Jordan começou a aparecer ainda mais e a vitória no Actors Awards, em cima de Chalamet, mudou o jogo.

O filme brasileiro tem brilhado nas premiações, vencendo Melhor filme internacional no Globo de Ouro, Critics Choice Awards, Los Angeles Film Critics Association Awards, New York Film Critics Circle Awards, e Kleber Mendonça Filho venceu Melhor direção no Festival de Cannes. O longa do pernambucano fez história nas premiações e agradou a crítica internacional.



TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

O SOLITÁRIO

Como um fantasma que se refugia
Na solidão da natureza morta,
Por trás dos ermos túmulos, um dia,
Eu fui refugiar-me à tua porta!
Fazia frio, e o frio que fazia
Não era esse que a carne nos conforta...
Cortava assim como em carnicaria
O aço das facas incisivas corta!
Mas tu não viste ver minha Desgraça!
E eu saí, como quem tudo repele,
— Velho caixão a carregar destroços —
Levando apenas na tumba carcaça
O pergaminho singular da pele
E o chocalho fatídico dos ossos!

Augusto dos Anjos

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

5					2			
				7				
					3		1	6
				6	8			
4			7	2				
		6					8	1
						4	6	5
2		3	4					7
7				8	9		3	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Semente antioxidante usada em pães	▼	(?) social, compromisso de empresas	Ser como Ariel (Cin.) Parte do ovo	▼	"A educação começa no (?)" (dito)	▼	Peça do boliche Nelson Mandela, líder sul-africano	Indício da gravidez Fica diferente pela ação de feromônios	▼	A segunda maior cidade potiguar
▶			▶		▶			▶		▶
▶								▶		
Que possui confiança no futuro		Simplex Nivea Stelmann, atriz	▶				Gonçalves (?), poeta Peça do lavatório	▶		
▶		▶			Voz do pardal Difícil de ocorrer (fem.) Cantora de "Não É Proibido"	▶	▶		Pequeno enfeite de geladeiras	
Árvore cujo cultivo exige paciência		Homem muito corpulento (gíria) Forma da cantoneira	▶		▶				▶	
▶		▶	▶	(?)-barro, certo pássaro campestre			"(?) Você!", bordão de Vanucci	(?) Catra, cantor de funk carioca	▶	
Sede do Instituto Nobel, na Noruega		Espaço de ensaio de escolas de samba	▶				▶			
Bento Teixeira, poeta Anedota	▶	▶	Quicá; acaso Correio, em inglês	▶				(?) com ovos, iguaria gordurosa	Principal figurante nobre do maracatu	Armadilha para pássaros
▶					De (?): mais do que o necessário	▶		▶		▶
Seres (?), objetos de estudo da Biologia			Clínica para reeducação alimentar	▶			Extensão de sites das Forças Armadas	▶		
▶					Suave; branda Diário virtual	▶				
Atitude de desprezo Bárbara (?), atriz	▶				▶				Aranha amazônica	
▶			"As Flores do (?)", livro de Baudelaire	▶	Diverte-se no show de humor		Olivia Newman, cineasta	▶	▶	
Falta de cuidado em uma situação		"Garoto (?)", sucesso de Alcione	▶	▶	▶		▶	Navio da expansão marítima (Hist.)		
▶										

BANCO. 3/amí — spa. 4/blog — mail. 6/bonsal. 10

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Brasileiro para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

N					A	N		
I	M	P	L	O	S	Ã	O	
N	H	E	L	P	D			
H	U	I	M	I	T	O		
M	O	R	A	T	O	R	I	A
D	A	U	A	R	S			
T	O	L	E	R	A	D	A	
P	C	A	N	O	R	O		
A	T	O	L	R	O	D		
E	S	C	L	A	R	E	C	
S	E	B	I	S	O			
A	E	I	O	U	R			
G	R	A	M	A	T	U	R	
O	V	A	L	I	O	F		

SUDOKU DE ONTEM

5	2	1	4	7	8	6	9	3
6	9	7	2	1	3	5	8	4
4	3	8	9	5	6	1	7	2
7	4	3	6	8	9	2	1	5
8	6	9	5	2	1	3	4	7
2	1	5	3	4	7	8	6	9
3	8	4	1	9	2	7	5	6
1	5	6	7	3	4	9	2	8
9	7	2	8	6	5	4	3	1

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Acesse nosso site!

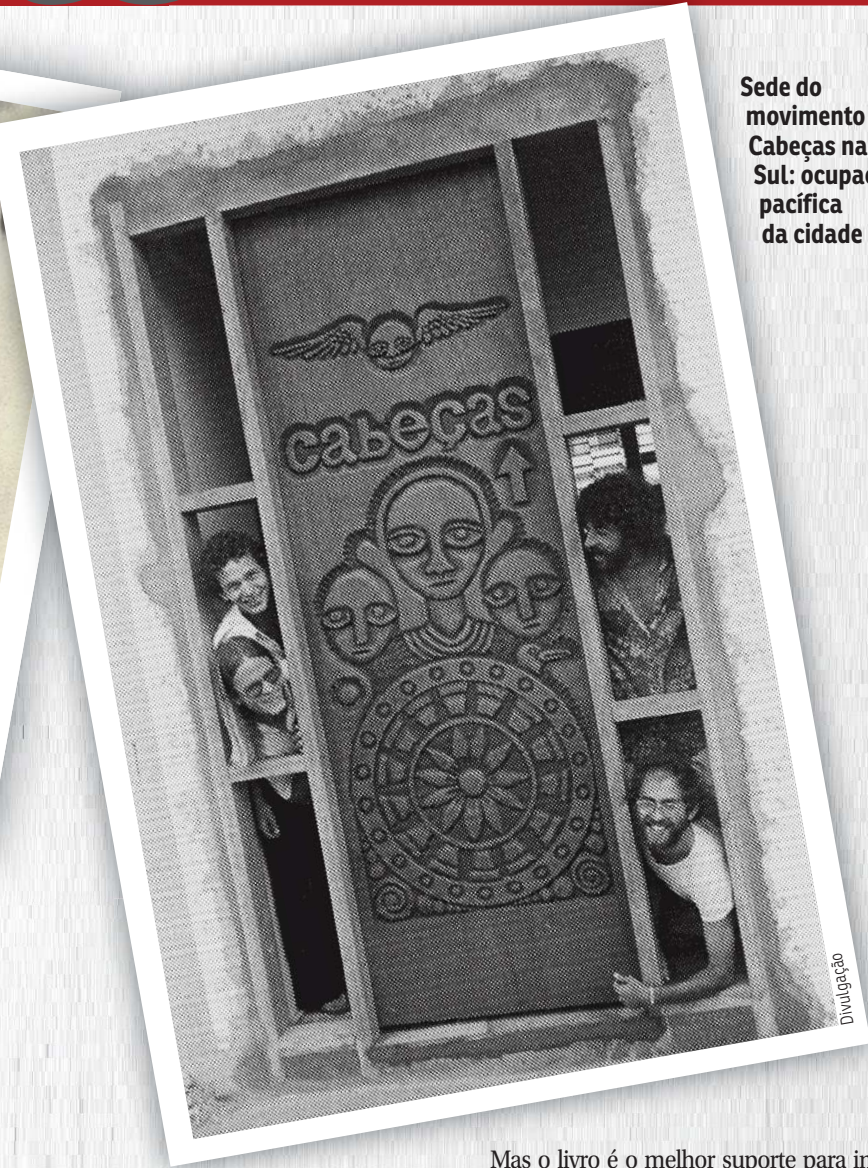
GO QUE TEL

@coquetel | @editoracoquetel

Diversão & Arte



Cássia Eller no Concerto Cabeças do Parque da Cidade



Sede do movimento Cabeças na 311 Sul: ocupação pacífica da cidade

NICOLAS BEHR LANÇA NO PRÓXIMO SÁBADO O LIVRO **CABEÇAS NÃO MORRE!**, NO QUAL EVOCA FIGURAS QUE PARTICIPARAM DO PRIMEIRO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DA CIDADE PELOS JOVENS

» JÚLIA COSTA*

Na virada da década de 1970 para 1980, os Concertos Cabeças contribuíram para a afirmação de uma geração de artistas na cidade: Cássia Eller, Hugo Rodas, Guilherme Reis, Clodo e Clésio Ferreira e Galeno são alguns dos nomes que foram impactados pelo movimento.

No começo, entre 1978 e 1979, montava-se um palco todo último domingo do mês aos fundos da Galeria Cabeças, do ator e produtor cultural Néio Lucio, nos gramados da 311 Sul. Funcionava como ponto de encontro para que os jovens pudessem aproveitar a música e a literatura. Depois, entre 1980 e 1981, os Concertos foram transferidos para um auditório a céu aberto no Parque da Cidade.

Dessa geração também surgiu o poeta Nicolas Behr, que, há cerca de 15 anos, começou a idealizar uma homenagem aos artistas que participaram dos Concertos Cabeças e não estão mais aqui. Reuniu, no livro *Cabeças não morre!*, que será lançado em evento neste sábado, de 16h às 22h, no Bar Beirute (109 Sul), 39 minibiografias. O objetivo, explica Behr, era “informar e emocionar”. “Quem foi, onde nasceu, nome completo, o que estudou, onde trabalhou e colocar uma memória afetiva minha. Queria um rosto humanizado”, diz.

Ao *Correio*, Behr lembra como foi participar dos Concertos, o legado que essa geração deixa e como decidiu conduzir a homenagem no livro.

Entrevista // Nicolas Behr, poeta



Como foi a sua vivência durante esse período?

Foi uma vivência muito boa, porque éramos todos jovens, disponíveis e tudo conspirava a favor. Estávamos descobrindo a fase da juventude, com esse entusiasmo e tudo de forma espontânea. Foi uma coisa geracional que tentei retratar nesse livro. Foi a primeira vez que uma geração de artistas jovens orgulhou-se de Brasília, teve amor por Brasília e Brasília virou musa. Acho que marcou muita gente. Foi um marco e uma coisa importante na história cultural da cidade, esses Concertos Cabeça.

Qual a importância do projeto Cabeças para você e para Brasília?

Para mim, foi encontrar minha turma. Muita gente encontrou sua turma e eu me encontrei. Era um espaço de manifestação artística, a poesia ali no palco. E para a cidade foi importante, porque era a Brasília menos urbs e mais civitas, como digo no livro. Mas acho que foi uma afirmação de uma cidade que não é só o poder. Foi uma

geração muito inquieta, subversiva, instigante, instigadora e rebelde.

É uma manifestação de uma Brasília que muita gente não conhece até hoje, que tem esse estigma do poder. Foi a primeira manifestação de uma juventude protestando contra essa imagem que algumas pessoas têm e tinham, de que Brasília é só poder, mas isso melhorou bastante. Na época, havia poucas manifestações e hoje Brasília já carrega uma história e começa a se dissociar da imagem do poder.

Qual legado esse movimento deixou?

Muita coisa começou ali, muitos encontros. Acho que o legado é testemunho de uma época que foi um marco obrigatório na cultura da cidade, de muitas carreiras que começaram ali e, muitas vezes, foi a primeira oportunidade de artistas para mostrar sua arte. Muitos talentos se revelaram. Era mais uma celebração, era nosso pequeno Woodstock candango, da juventude classe média do Plano Piloto. Porque a juventude dessa época se separava entre boyzinhos de classe média alta ou classe alta e nós, que éramos a parte mais rebelde. Porque a classe alta ia para as boates do Gilberto Salomão, que eram uma muito populares, corridas clandestinas de carro. Intelectuais é uma palavra pesada, mas éramos ‘anti boys’.

Como construiu o livro?

Era um projeto antigo que vinha sendo alimentado há muito tempo. Há 10, 15, anos que já queria fazer isso, fazendo listas. E em julho do ano passado tive uma operação e fiquei de resguardo por 20 dias e, nos 10 últimos, esse livro começou a ser escrito. Mas começou a ser pensado em 2010. Era uma ideia antiga que concretizei,

não apareceu num instante. Tinha minha lista de pessoas que me marcaram e marcaram também a cultura de Brasília. Conheci todos e alguns tive uma aproximação muito grande, outros menos, mas é uma homenagem a essas pessoas, porque corre o risco de virarem mitos. Por exemplo, Hugo Rodas ainda está muito fresco na memória das pessoas, mas daqui 50 anos muitas pessoas vão duvidar, então queria dizer que existiu, quando nasceu, morreu e o que fez.

Fiquei feliz quando escrevi o livro porque são pessoas importantes na cultura de Brasília, muito atuantes, e eu tive a felicidade de pegar as fotos, checar as biografias com parentes, amigos ou descendentes. Houve um esforço muito grande, foram 55 colaboradores a quem agradeço, muita gente que ajudou com a maior boa vontade. Tenho uma alma de detetive, fui atrás de parentes, amigos, viúvas... É quase um livro coletivo e fiz questão de colocar o nome de todo mundo que ajudou. Para essa geração mais jovem é interessante, porque são pessoas que marcaram a cultura da cidade e que partiram, mas estão presentes não só na memória, como também na formação de teatro, literatura e música, como Clodo Ferreira, meu amigo muito próximo. Então é isso: queria ressaltar que fiquei feliz.

O legado do projeto Cabeças está se perdendo?

Não, porque tem uma outra publicação sobre a geração, tem site, mas outros acontecimentos vão passando por cima.

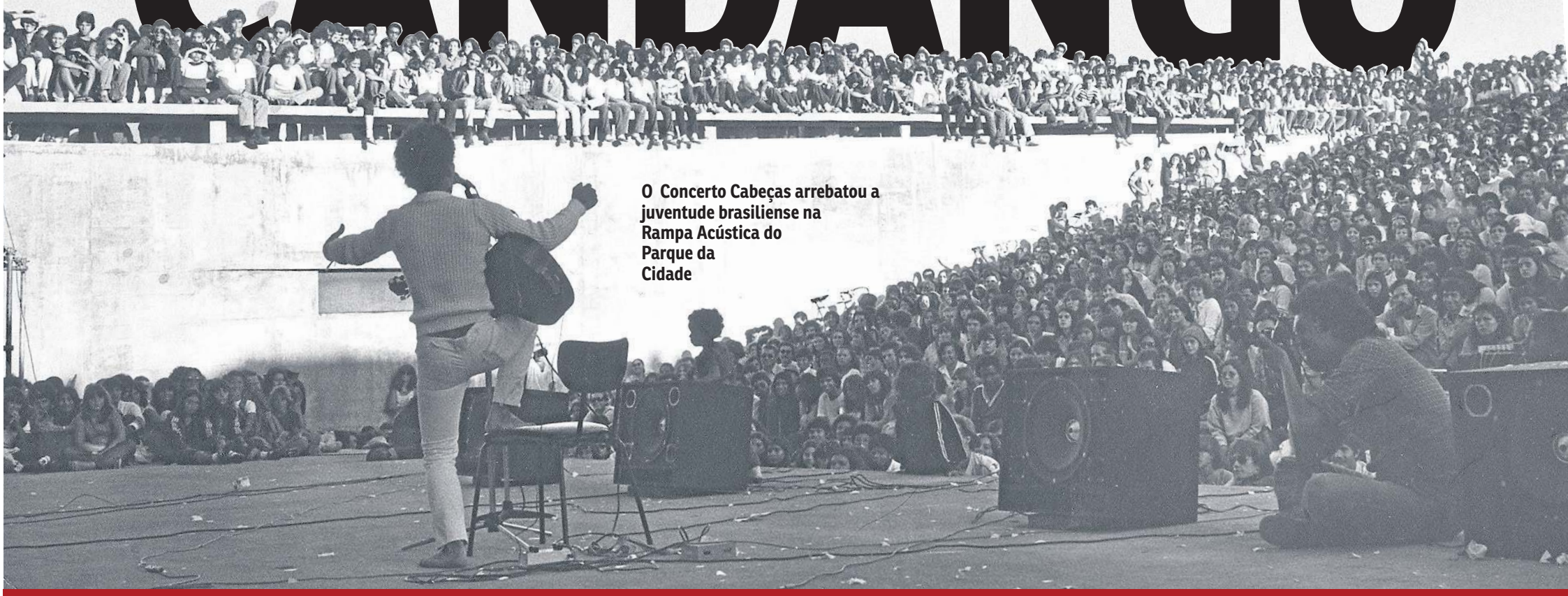
Mas o livro é o melhor suporte para informação para a literatura, arte e criação. O melhor suporte é o papel, porque essas coisas da internet vão sumir, a nuvem vai sair do lugar, chover e evaporar. Existe a coisa da memória coletiva, marcou muita gente e, quando me veem na rua, falam. Outras coisas vão acontecendo, mas aí vão resgatando livro, site, documentário, tem muita coisa na internet. O Clodo Ferreira está aqui, muito próximo na minha vida. Todos estão na minha vida, o Clodo, em 1980, conseguiu meu primeiro emprego, foi padrinho do meu casamento, sempre nos falávamos muito. Me emocionei muito em escrever sobre ele. Mas tem pessoas menos conhecidas, como Aloísio Batata, que morreu muito jovem, com 22 anos. Um talento do teatro, era um grande cara e fico feliz que alguém vai consultar esses livros para fazer um filme, documentário para saber como foi. O Ary Para-raios tem uma foto tão bonita no livro, Dimer Monteiro foi meu professor de teatro, professor do Colégio Pré-Universitário, quando eu era adolescente. Galeno era muito próximo. Uma coisa interessante é que o único dessas pessoas que não tocaram no Concerto Cabeças é o Renato Russo, que é o único que tem três páginas e duas fotos. Então, tem isso também: é porque estavam todos no mesmo clima da geração. Não é um livro de fulano ou siclano, eram pessoas conhecidas, não tão conhecidas e também pessoas próximas. Não foi doloroso fazer o livro, mas me emocionei muito.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

LANÇAMENTO DE CABEÇAS NÃO MORRE!

Neste sábado (14), de 16h às 22h, no Bar Beirute (109 Sul). Entrada gratuita; preço do livro a R\$30.

WOODSTOCK CANDANGO



O Concerto Cabeças arrebatou a juventude brasiliense na Rampa Acústica do Parque da Cidade



As primeiras de muitas

Maria Eduarda Lavocat

O Dia Internacional da Mulher, celebrado no último domingo, é uma data que convida à reflexão sobre as conquistas femininas ao longo da história e sobre os desafios que ainda persistem na busca por igualdade. No mundo jurídico, essa reflexão continua sendo necessária.

Ao longo das décadas, mulheres pioneiras romperam esses obstáculos e passaram a ocupar posições importantes no Judiciário, abrindo caminho para que outras também pudessem seguir a mesma trajetória. A presença feminina em cargos como

juízas, ministras, procuradoras, defensoras públicas e advogadas representa não apenas um avanço na igualdade de oportunidades, mas também fortalece a diversidade de perspectivas dentro das instituições.

Nesse contexto, a representatividade feminina no Judiciário torna-se fundamental para a construção de uma Justiça mais plural, democrática e conectada com a realidade da sociedade. Para marcar a data, o *Direito & Justiça* reuniu algumas das primeiras mulheres que se destacaram na história do meio jurídico brasileiro e ajudaram a abrir caminhos para as gerações seguintes. Confira e celebre essas trajetórias.



A primeira advogada do Brasil

Myrthes Gomes de Campos marcou a história da advocacia brasileira ao desafiar as barreiras impostas às mulheres no fim do século XIX e se tornar a primeira mulher a atuar oficialmente como advogada no Brasil. Nascida em 1875, na cidade de Macaé (RJ), Myrthes demonstrava interesse pelas leis desde cedo, e após terminar a escola, matriculou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.



Durante sua formação, enfrentou resistência dentro da própria família, já que a advocacia era considerada uma profissão "viril", destinada aos homens. Apesar das dificuldades, formou-se em 1898. Antes dela, outras mulheres já haviam concluído o curso de direito na Faculdade de Direito do Recife, mas nenhuma havia conseguido exercer efetivamente a profissão naquele momento.

Após a formatura, Myrthes empenhou-se em obter a autenticação de seu diploma no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e o reconhecimento pela secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal. O procedimento levou meses devido à resistência do então presidente da Corte, José Rodrigues, que alegava que a advocacia não era uma atividade apropriada para mulheres. Mesmo aconselhada a desistir, Myrthes persistiu.

Após conquistar a autorização para exercer a profissão, em 1899, buscou filiar-se ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. A iniciativa foi inédita, já que nenhuma mulher havia integrado a instituição desde sua fundação, em 1843, mas seu pedido foi inicialmente negado.

Ainda assim, a bacharel abriu um escritório na Rua da Alfândega, nº 83, no centro do Rio de Janeiro. No mesmo ano, com autorização do juiz Viveiros de Castro, foi admitida para

atuar no Tribunal do Júri. Em agosto de 1899, recebeu seu primeiro caso: a defesa de um homem acusado de agredir outro com golpes de faca. Com base em provas, testemunhos e no domínio do Código Penal, Myrthes conseguiu a absolvição do réu.

Sete anos depois, em 12 de julho de 1906, sua filiação ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros foi finalmente aprovada em assembleia, por 23 votos a 15, consolidando seu pioneirismo na advocacia brasileira.

A primeira Juíza

Auri Moura Costa foi a primeira mulher a ingressar na magistratura no Brasil. Sua nomeação ocorreu em 31 de maio de 1939, após aprovação em concurso público de provas e títulos, marcando um momento histórico para a presença feminina no Judiciário.

Natural de Redenção, iniciou os estudos na Faculdade de Direito do Ceará, mas posteriormente transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu a graduação em 1933. De volta a Fortaleza, iniciou a carreira no Ministério Público, atuando como promotora pública nas comarcas de Quixeramobim, Granja e Russas.

Em 1939, foi aprovada no concurso da magistratura e nomeada juíza municipal do termo de Várzea Alegre. Posteriormente, foi promovida ao cargo de juíza de Direito. Em 1968, alcançou outro marco em sua trajetória ao ser nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-se a primeira juíza de Direito do estado a atingir o mais alto cargo da magistratura estadual.

Ao longo da carreira, também ocupou funções de destaque, como a vice-presidência do tribunal e a



direção do Fórum Clóvis Beviláqua, em 1977. A magistrada foi ainda pioneira ao se tornar a primeira mulher a presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cargo que exerceu entre 1974 e 1976.

A primeira Defensora Pública

Maria Nice Leite de Miranda foi a primeira mulher a ingressar na carreira de defensora pública no Brasil, tornando-se uma figura pioneira na defesa jurídica da população mais vulnerável.

Nascida em Cantagalo, tomou posse em 1958 no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se a primeira mulher a atuar como promotora de Justiça no estado. Posteriormente, decidiu integrar o pequeno grupo dos primeiros defensores públicos do estado, em uma carreira que, à época, ainda era vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A estrutura da assistência judiciária havia sido criada poucos anos antes. Em 1954, um grupo de seis homens foi nomeado pelo então governador do antigo estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, logo após a aprovação da lei que instituiu a organização administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça e o cargo de defensor público. Maria Nice integrou o segundo grupo de nomeações, ao lado de outros dois defensores.

Em 1974, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de corregedora da Assistência Judiciária do antigo estado do Rio de Janeiro, função que exerceu até 1975, quando o órgão foi extinto após a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Maria Nice aposentou-se aos 70 anos na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, instituição que costumava definir como sua segunda casa.



A primeira em um Tribunal Superior no Brasil

Cnéa Cimini Moreira de Oliveira entrou para a história do Judiciário brasileiro ao se tornar a primeira mulher no Brasil, e a segunda no mundo, a ocupar o cargo de ministra em um tribunal superior. Foi nomeada em 13 de março de 1990 pelo então presidente da República, José Sarney, para integrar o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vaga destinada a membros do Ministério Público. Tomou posse do cargo em 29 de março de 1990 e atuou na Corte por cerca de dez anos, permanecendo até 2 de março de 1999.

Natural de Inhapim, Cnéa nasceu em 3 de março de 1929 e graduou-se em direito, em 1957, pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. Sua trajetória profissional começou no Ministério Público do Trabalho, onde foi nomeada, em 1959, substituta de procurador do Trabalho adjunto. No ano seguinte, passou a atuar na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, onde se tornou procuradora do Trabalho de 2ª categoria em 1º de dezembro de 1960.

Sua nomeação para o TST ocorreu sob a vigência da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme o disposto no §1º do artigo 111, que previa vagas destinadas a integrantes do Ministério Público do Trabalho. Ao assumir o cargo, Cnéa Cimini Moreira de Oliveira tornou-se uma figura pioneira na magistratura brasileira, abrindo caminho para a presença feminina nos mais altos postos do Judiciário.

Primeira na mais alta corte do país

Ellen Gracie Northfleet se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Nascida no Rio de Janeiro, iniciou os estudos na Faculdade de Direito da então Universidade do Estado da Guanabara — atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Posteriormente, transferiu-se para o Rio Grande do Sul, onde concluiu, em 1970, o curso de bacharelado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Após a graduação, exerceu a advocacia em Porto Alegre, inicialmente como estagiária e, depois, como advogada. Ingressou no serviço público ao ser nomeada para o cargo em comissão de assistente técnica no gabinete do Consultor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1973, foi aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo de procuradora da República de terceira categoria, tomando posse naquele ano. Foi promovida à



segunda categoria em 1974 e, por antiguidade, à primeira categoria em 1980, função que exerceu até 1989.

Nesse mesmo ano, foi nomeada desembargadora do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), pelo mecanismo do quinto constitucional, em vaga destinada a membros do Ministério Público Federal. No tribunal, construiu uma carreira de destaque: em 1995 foi eleita vice-presidente da Corte e, em 28 de maio de 1997, escolhida pelo plenário para exercer a presidência do tribunal no biênio 1997-1999.

Em 23 de novembro de 2000, foi nomeada ministra do STF pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Octavio Gallotti. Tomou posse em 14 de dezembro de 2000, tornando-se a primeira mulher a integrar a Suprema Corte brasileira desde a sua criação.

Além de sua atuação no STF, Ellen Gracie também participou da Justiça Eleitoral. Em 8 de fevereiro de 2001, foi eleita juíza substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, em 20 de fevereiro de 2003, tomou posse como vice-presidente da Corte eleitoral. Sua trajetória consolidou um marco importante para a presença feminina nos mais altos cargos do Judiciário brasileiro.

Primeira no Superior Tribunal Militar

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha entrou para a história do Judiciário brasileiro ao se tornar a primeira mulher a integrar o Superior Tribunal Militar (STM). Nomeada em 2007, ela foi a primeira mulher a integrar o quadro de ministros e também a presidir o tribunal em 206 anos de existência da Corte.

Natural de Belo Horizonte, formou-se em direito em 1982, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), e iniciou a carreira como advogada em escritórios da capital mineira, onde atuou entre 1983 e 1985. Nesse último ano, ingressou na Advocacia-Geral da União (AGU) como procuradora federal, após ser aprovada em primeiro lugar no concurso público.

Em 2007, foi indicada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar o cargo de ministra do STM, em vaga destinada à advocacia aberta com a aposentadoria do ministro Antônio Carlos de Nogueira.

Em 2013, foi eleita vice-presidente do tribunal. No ano seguinte, em 16 de junho de 2014, assumiu a presidência do STM após a aposentadoria do então presidente, o ministro Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, completando o biênio 2013-2015.

Mais recentemente, em 5 de dezembro de 2024, foi eleita novamente para a presidência do STM. A posse ocorreu em 12 de março de 2025, marcando a primeira vez que o tribunal elegeu formalmente uma mulher para presidir a Corte.



Primeira mulher a comandar a Advocacia-Geral da União

Grace Maria Fernandes Mendonça tornou-se, em setembro de 2016, a primeira mulher a comandar a Advocacia-Geral da União (AGU). Indicada pelo então presidente da República, Michel Temer, ela permaneceu no cargo até 2018.

Nascida em 17 de outubro de 1968, na cidade de Januária, formou-se em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). É especialista em direito processual civil e também desenvolveu estudos em direito constitucional.

Ingressou na carreira de advogada da União em 2001. No ano seguinte, foi nomeada advogada-geral da União adjunta e, em 2003, assumiu a chefia da Secretaria-Geral de Contencioso da AGU, órgão responsável por representar judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

À frente da Secretaria-Geral de Contencioso, destacou-se na defesa de importantes políticas públicas e na representação da União em ações de grande relevância. Ao longo desse período, realizou sustentações orais em mais de 60 processos no STF, entre eles casos relacionados à constitucionalidade da Lei Maria da Penha e do Programa Mais Médicos.

Primeira Procuradora-Geral da República

Raquel Dodge, a primeira Procuradora-Geral da República, nasceu em Morrinhos, em Goiás. Ainda na infância, seu pai foi aprovado em concurso público para juiz de Direito, o que levou a família a mudar-se diversas vezes chegando a Brasília. Ainda adolescente, Raquel já pretendia seguir carreira na área jurídica.

Graduou-se em direito pela Universidade de Brasília (UnB) e ingressou no Ministério Público Federal em 1987, após aprovação em concurso público para o cargo de procuradora da República. Ao longo da carreira, destacou-se pela atuação em casos ligados à defesa dos direitos humanos, com ênfase em processos envolvendo trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão e violações de direitos de povos indígenas.

Em 28 junho de 2017, foi escolhida pelo então presidente da República, Michel Temer, para ocupar o cargo de procuradora-geral da República. Seu nome constava na lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República e a indicação foi aprovada pelo Senado, por 74 votos favoráveis e um contrário. Raquel Dodge tomou posse em setembro e permaneceu no cargo até 2019.



Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



Ed Alves CB/DA Press

Ditadura volta ao debate no STF

Depois de encerrado a discussão sobre atentados à democracia nos tempos atuais, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai voltar ao passado para discutir os anos de chumbo. E o relator é o mesmo, o ministro Alexandre de Moraes. Quatro processos em que se discute se a Lei da Anistia alcança os crimes de sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver cometidos por razões políticas durante a ditadura militar serão incluídos em pauta presencial do plenário com repercussão geral. Moraes é relator de três processos sobre a matéria: recursos que tratam do desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva e do jornalista Mário Alves, e o que envolve o assassinato do militante Helber Goulart, da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nos três casos, o Ministério Público Federal (MPF) questiona decisões do Superior

Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que entenderam que os crimes estavam abrangidos pela Lei da Anistia e encerraram as ações penais contra os acusados. Também será julgado o recurso, sob a relatoria do ministro Flávio Dino, em que se discute se a aplicação da Lei da Anistia abrange crimes de natureza permanente, ou seja, em que a ação se prolonga no tempo. O caso trata da ocultação de cadáver atribuída a dois agentes das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia. O ministro Flávio Dino já votou em sessão virtual e considerou que, em respeito à Constituição e às convenções internacionais, os crimes da ditadura militar cujas vítimas ainda estão desaparecidas continuam sendo cometidos até hoje.



Ação trabalhista do TCU resultou nos direitos de crédito cedidos à Reag

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) divulgou esclarecimentos sobre a ação judicial que levou à cessão dos direitos creditórios do escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria ao Fundo Reag, que era ligado ao Banco Master. A ação coletiva foi ajuizada pelo Sindicato em 2006 com o propósito de assegurar aos servidores do TCU a incorporação das parcelas de quintos decorrentes do exercício de cargo ou função de confiança entre abril

de 1998 e setembro de 2001, além do pagamento dos valores retroativos. A Justiça julgou a ação procedente em todas as instâncias e o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença, ainda sem expedição de precatório. O sindicato esclarece que não participou das negociações para a realização do contrato de cessão dos direitos, no valor de R\$ 38,1 milhões — de acordo com nota divulgada pelo escritório da família do governador Ibaneis Rocha, houve deságio de 73%. Ibaneis Advocacia recebeu R\$ 4 milhões e o escritório do advogado Engels Muniz ficou com R\$ 6,3 milhões.

Honorários de êxito

Segundo o Sindilegis, a negociação entre o escritório e o Reag está relacionada a honorários de êxito dos advogados responsáveis pela ação e correspondem a 10% do valor da causa — R\$ 368,1 milhões — conforme previsão contratual. “Esse tipo de cessão é um direito exclusivo do advogado ou escritório que possui honorários de êxito a receber podendo ser realizado em qualquer processo judicial em que há previsão contratual para o recebimento desses valores”, sustenta o Sindilegis.

“Os privilégios funcionais da magistratura existem como depósito da confiança pública e só se sustentam enquanto essa confiança existir”

**Ministro Edson Fachin,
presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)**



Ed Alves CB/DA Press



Nova etapa do Enam

Estão abertas as inscrições para a quinta edição do Exame Nacional da Magistratura (Enam). A prova habilita bacharéis em direito a prestarem concursos públicos voltados ao ingresso na carreira da magistratura em todo o Brasil. As pessoas interessadas em

participar das provas devem se cadastrar até as 16h de 9 de abril, no site FGV Conhecimento, banca organizadora do exame. A aplicação da prova está prevista para 7 de junho, em todas as capitais brasileiras.

Nova direção do TRT da 10ª Região

Está marcada a posse da nova diretoria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região. Os novos dirigentes para o biênio 2026-2028 são o desembargador José Leone Cordeiro Leite que sucede o desembargador José Ribamar Oliveira Lima Júnior na presidência e o desembargador Dorival Borges de Souza Neto na vice-presidência. A solenidade de posse será em 23 de março, às 16h, na Sala de Sessões Desembargador Herácito Pena Júnior.



Kayo Magalhães/CB

Influentes

A advogada Rogéria Dotti, sócia e coordenadora dos Núcleos de Direito Civil e de Processo Civil da Dotti Advogados, conquistou importante reconhecimento nacional. Ela foi destacada no ranking Análise Advocacia Mulher 2026, que reúne as profissionais mais influentes da advocacia no país. Este é o quarto ano consecutivo em que Rogéria figura no levantamento.



Divulgação

Divulgação/Barreto Dolabella Advogados



Foco internacional

Com o objetivo de atender clientes em múltiplas jurisdições, o escritório Barreto Dolabella Advogados amplia sua atuação internacional com operação em Lisboa. No território português, a estrutura do escritório vai focar especialmente nas áreas tributária, empresarial, tecnológica e imobiliária para ofertar suporte estratégico nas operações transnacionais. Segundo Edvaldo Barreto, um dos sócios, a expansão representa o crescimento e o fortalecimento do escritório no atendimento de demandas internacionais.”



Visão do Direito



Gustavo Madi Rezende

Diretor da LCA Consultoria Econômica e mestre em economia

A relevância econômica do setor de combustíveis no Brasil

Grande parte do funcionamento da economia brasileira depende de uma engrenagem que raramente ganha destaque fora dos debates sobre preços: a cadeia de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Um estudo recente da LCA Consultoria Econômica, elaborado para o Sindicom, mostra que esse setor vai muito além do abastecimento dos postos revendedores e exerce um papel estruturante para o desenvolvimento econômico, a arrecadação pública e a segurança energética do país.

Os combustíveis líquidos e os biocombustíveis representam cerca de 45% da matriz energética nacional e são indispensáveis ao transporte, atividade responsável por 65% das cargas e 95% dos passageiros movimentados no Brasil. Garantir esse abastecimento em um país de dimensões continentais exige uma complexa estrutura logística: 189 distribuidoras, 327 bases de distribuição e aproximadamente 45 mil postos, espalhados por praticamente todos os municípios

brasileiros. Apenas em 2024, essa operação movimentou cerca de 135 bilhões de litros de combustíveis, transportados em um volume de viagens equivalente a 90 voltas completas na Terra por dia.

A relevância econômica do setor também se expressa nos números fiscais. Em 2024, a cadeia de combustíveis teve potencial de gerar R\$ 210 bilhões em tributos, sendo responsável por aproximadamente 25% de todo o ICMS arrecadado pelos estados. Trata-se de uma fonte fundamental de financiamento das políticas públicas estaduais, muitas vezes subestimada no debate público.

No mercado de trabalho, o setor é igualmente significativo. O comércio de combustíveis emprega 425 mil trabalhadores formais, enquanto o segmento de lubrificantes responde por outros 22 mil postos, gerando, em conjunto, R\$ 16 bilhões em massa salarial. São empregos distribuídos em todo o território nacional, com impacto direto na renda das famílias e na economia local.

Outro aspecto frequentemente ignorado é o risco econômico associado a eventuais interrupções no abastecimento. Estimativas citadas no estudo indicam que uma paralisação de apenas nove dias poderia provocar perdas entre 0,5% e 0,7% do PIB, o equivalente a cerca de R\$ 9,1 bilhões por dia. Esses dados evidenciam o caráter essencial do setor e a necessidade de políticas públicas que garantam previsibilidade regulatória e segurança operacional.

Ao mesmo tempo, a distribuição de combustíveis tem avançado de forma concreta na transição energética. Em 2024, empresas da cadeia de petróleo investiram R\$ 4,2 bilhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo projetos de modernização logística e soluções de menor intensidade de carbono, como o etanol de segunda geração (E2G) e o diesel R5. No mercado de lubrificantes, o Brasil é referência internacional em economia circular, com a coleta de cerca de 600 milhões de litros de óleos lubrificantes

usados (OLUC) realizada em mais de 4 mil municípios. Esse volume abastece um sistema de rerrefino altamente eficiente, ainda que composto por poucas usinas geograficamente concentradas, responsável por cerca de 20% da oferta nacional de óleos básicos.

Esses números mostram que o setor de combustíveis e lubrificantes não é apenas um elo operacional da economia, mas um pilar estratégico do desenvolvimento brasileiro. Para que esse elo funcione de maneira eficiente, com racionalidade logística e redução de custos, é fundamental contar com um setor consolidado, organizado e robusto. A tentativa de resolver desafios logísticos complexos sem o apoio de uma estrutura setorial forte seria altamente ineficiente, gerando custos adicionais e prejuízos para toda a cadeia produtiva. Reconhecer a importância desse setor é essencial para qualificar o debate público e construir soluções que conciliem segurança energética, sustentabilidade, competitividade e crescimento econômico.

Visão do Direito



Danielle Casanova

Advogada especialista em direito contratual do Salles Nogueira Advogados

Automação contratual com estratégia jurídica: onde termina o padrão e começa o risco?

A padronização contratual tornou-se, na atualidade, um recurso legítimo para dar escala e agilidade às relações comerciais. Em operações repetitivas, é inegável que a padronização reduz custos, facilita controles internos, acelera decisões e otimiza tempo. No entanto, nem toda relação jurídica é repetível, e é justamente nos pontos que fogem

ao padrão que surgem os maiores riscos contratuais.

Isso ocorre porque questões como a distribuição de responsabilidades, as consequências do inadimplemento, os impactos de eventos extraordinários, as formas de encerramento da relação e (por exemplo), quando aplicável, as formas de tratamento de dados pessoais exigem análise e

personalização compatíveis com o negócio envolvido. Quando essas cláusulas são simplesmente reproduzidas sem adaptação, cria-se uma aparência de segurança que pode não se sustentar diante de um conflito. O risco, portanto, não está na automação em si, mas na ausência de critérios para identificar quando o modelo padrão deixa de ser suficiente.

A automação contratual, quando utilizada com estratégia jurídica, permite distinguir o que pode ser replicado daquilo que precisa ser estruturado sob medida. Esse discernimento garante que o contrato seja de fato e de direito uma ferramenta de gestão de riscos, e não apenas um documento formal dissociado das necessidades e da realidade do negócio.

Visão do Direito



Camila Salmoria

Juíza do Tribunal de Justiça do Paraná

Linguagem e proteção da mulher

Março marca o Mês da Mulher. É tempo de refletir sobre avanços institucionais, mas também sobre os obstáculos silenciosos que continuam limitando a efetivação de direitos. Um deles raramente ganha destaque: a linguagem.

O problema não é apenas retórico. O Brasil convive com índices preocupantes de analfabetismo funcional. Segundo o INAF 2024 (Indicador de Alfabetismo Funcional), 29% da população brasileira entre 15 e 64 anos é funcionalmente analfabeta, o que significa dificuldade concreta para compreender textos mais complexos.

As decisões, intimações e orientações redigidas em linguagem muito técnica criam barreiras invisíveis entre o Estado e a pessoa que busca proteção. Em situações de vulnerabilidade, como nos casos de violência doméstica, pode representar atraso na busca por ajuda, insegurança na tomada de decisões e até ampliação do risco.

A linguagem jurídica não precisa perder rigor para ganhar clareza. Ao contrário, a técnica pode e deve coexistir com a clareza. O movimento pela linguagem simples no Judiciário parte, justamente, dessa premissa. Trata-se de reconhecer que comunicar bem é parte da função jurisdicional. Não basta decidir; é preciso ser compreendido.

O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, editado pelo CNJ, foi um avanço institucional. Ressaltou que clareza não é favor, mas, sim, compromisso democrático. Comunicação clara é instrumento de transparência e de legitimidade. É política pública de acesso à Justiça.

No Paraná, uma experiência demonstra como esse norte pode ser alcançado de forma estratégica. O Projeto Voando Alto, da comarca de Jaguapitã, voltado para o apoio de mulheres vítimas de violência doméstica, incorporou linguagem simples e elementos de visual law na elaboração de material informativo destinado às usuárias do sistema de Justiça. O objetivo era permitir que qualquer mulher, independentemente de sua formação, pudesse compreender seus direitos, os serviços disponíveis e os caminhos institucionais de proteção.

A construção do material envolveu a reorganização de informações, a substituição de termos técnicos por expressões acessíveis, o uso de frases curtas e a estruturação visual, com imagens que facilitassem a leitura e compreensão em momentos de estresse. É necessário, também, reconhecer que uma mulher que busca proteção muitas vezes está sob grande pressão emocional.

Aqui a inovação tecnológica assume

papel relevante. Ferramentas de inteligência artificial baseadas em processamento de linguagem natural podem auxiliar na revisão de clareza textual, na identificação de trechos excessivamente complexos e na sugestão de reestruturação linguística. Quando utilizadas com parâmetros normativos claros e supervisão humana qualificada, essas ferramentas não substituem o magistrado, ampliam sua capacidade de comunicação.

A inteligência artificial, nesse cenário, é instrumento de apoio à efetivação da Justiça. Pode ajudar a transformar textos densos em versões explicativas, criar resumos acessíveis e revisar comunicações padronizadas.

A transformação digital não pode se limitar à automação de rotinas internas. Ela precisa alcançar a experiência do jurisdicionado. Um sistema eletrônico sofisticado perde sentido se a linguagem que o acompanha permanece inacessível.

O debate sobre acesso à Justiça costuma se concentrar em estrutura, número de juízes, tempo de tramitação. Todos são elementos fundamentais, mas há uma dimensão menos visível: a dimensão comunicacional. Quando a pessoa compreende a decisão que recebeu, entende os próximos passos e sabe onde buscar apoio, o direito

foi assegurado.

No Mês da Mulher, essa reflexão ganha contornos ainda mais urgentes. Mulheres em situação de violência precisam de respostas rápidas e claras. Medidas protetivas, canais de denúncia, prazos e direitos não podem estar escondidos sob camadas de linguagem técnica. Clareza, nesse contexto, é forma de proteção.

A experiência paranaense demonstra que é possível unir política pública, compromisso institucional e inovação tecnológica para enfrentar esse desafio. Linguagem simples é reconhecer que o destinatário da decisão judicial não é o especialista, mas o jurisdicionado, a pessoa que precisa compreendê-la.

Se queremos um Judiciário mais eficiente e mais legítimo, precisamos assumir que a forma de comunicar é parte da própria prestação jurisdicional. Linguagem simples é garantia de direitos porque transforma normas abstratas em informação utilizável. E, quando aliada ao uso responsável da inteligência artificial, pode ampliar o alcance dessa transformação.

No fim, a pergunta é simples: a Justiça que produzimos está sendo compreendida por quem dela precisa? Se a resposta não for certa, não estamos cumprindo integralmente nossa função constitucional.

Visão do Direito



Gisele Karassawa, sócia-fundadora e CEO do VLK Advogados, com experiência em direito, publicidade e inovação



Rony Vainzof, sócio-fundador do VLK Advogados, advogado, professor e árbitro com experiência em direito digital, proteção de dados e cibersegurança

(Des)igualdade de gênero algorítmica

A inteligência artificial já faz parte do nosso cotidiano — das plataformas de emprego aos aplicativos de streaming que recomendam conteúdos. Mas ela não é neutra. Em muitos casos, pode acabar reproduzindo desigualdades existentes na sociedade.

Alguns modelos de IA associam mulheres a palavras como “casa”, “família” e “filhos”, enquanto relacionam homens a “negócios”, “executivo” e “carreira”. Algoritmos de recrutamento podem favorecer candidatos homens, plataformas digitais podem direcionar oportunidades melhor remuneradas principalmente a eles.

Isso acontece porque a IA aprende com

dados históricos. Se esses dados carregam desigualdades, a tecnologia pode acabar repetindo e ampliando esses padrões.

Estudos ajudam a dimensionar o problema. De acordo com um estudo da Unesco revela que de 133 sistemas de IA avaliados, 44,2% apresentam algum tipo de viés de gênero. Já pesquisadores de Stanford observaram que grandes modelos de linguagem tendem a associar homens a posições de liderança. Outro estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostrou que sistemas de tradução automática, ao converter frases de idiomas neutros em gênero, frequentemente atribuem “ele” a profissões como médico e “ela” a enfermeira.

Outro ponto importante é quem está criando essas tecnologias. De acordo com McKinsey, na Europa, apenas cerca de 19% das pessoas que trabalham em funções essenciais de tecnologia são mulheres. Quando as equipes são pouco diversas, aumenta o risco de certos vieses passarem despercebidos.

Nesse contexto, é essencial prevenir discriminações algorítmicas por meio de mecanismos de governança. Diversos frameworks internacionais apontam medidas para enfrentar esse desafio: usar bases de dados mais equilibradas, testar sistemas para identificar possíveis vieses antes de colocá-los em uso e incluir mais diversidade nas equipes que desenvolvem essas soluções.

Na semana do Dia Internacional da Mulher, vale ampliar a conversa sobre igualdade também para o universo digital. À medida que a IA passa a influenciar decisões sobre trabalho, oportunidades e acesso a serviços, é fundamental garantir que ela não reproduza antigas desigualdades em escala ainda maior.

Incorporar princípios de igualdade e não discriminação desde o design das tecnologias deixa de ser apenas uma escolha ética e passa a representar responsabilidade das organizações que desenvolvem e utilizam IA, para que a transformação digital seja também um vetor real de inclusão, diversidade e igualdade de oportunidades.

Visão do Direito



Thiago Turbay

Advogado especialista em direito criminal, doutorando em filosofia do direito, mestre em direito pela Universidade de Brasília (UnB), especialização em direito probatório. Bacharel em direito pelo IDP, bacharel em comunicação social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Bauru)

Jogos, lavagem de dinheiro e controle real

O debate acerca da indústria de jogos no Brasil tem sido capturado por um discurso que, sob o pretexto da proteção da ordem econômica e social, desloca o eixo da discussão para uma retórica de risco permanente. A associação quase automática entre jogos e lavagem de dinheiro passou a operar como argumento de resistência por meio de dispositivos governamentais e rigor normativo, muitas vezes sustentado por pressupostos alarmistas e por uma concepção expansiva do poder persecutório do Estado, do que por uma análise empírica consistente sobre o funcionamento dos mercados regulados e os dispositivos de controle disponíveis e que podem ser aprimorados.

Parte-se da premissa de que a atividade empresária legalizada não é concebida como instrumento de prática delitiva, tampouco como abrigo natural da criminalidade econômica. Ao contrário, a formalização amplia os mecanismos de rastreabilidade, impõe deveres objetivos de conformidade e cria canais institucionais de fiscalização. O evento ilícito, quando ocorre, não define a essência da ação. Assim como um acidente não revela a natureza da corrida, mas apenas um risco a ser dimensionado e evitado. A possibilidade de uso indevido

de um setor econômico não autoriza sua estigmatização estrutural.

A lavagem de dinheiro, enquanto categoria jurídico-penal, é fenômeno autônomo e rigorosamente delimitado. O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) descreve o fenômeno como um conjunto de processos destinados a deslocar recursos ilícitos para ambientes menos propensos à detecção. A Lei nº 9.613/1998 tipifica, de forma abrangente, tais condutas, o que tem gerado controvérsias relevantes sobre os limites da responsabilização penal e administrativa.

O STF consolidou entendimento de que o crime de lavagem de dinheiro possui autonomia e, em determinadas hipóteses, natureza permanente, sendo suficiente a prática de atos de ocultação ou dissimulação, ainda que os valores permaneçam sob controle do próprio autor do delito antecedente. Movimentações automáticas e dinâmicas, comuns ao mercado de capitais e ativos virtuais, são dragadas para uma interpretação criativa e pouco controlável. Nesse caso, cada nova movimentação financeira não voluntária poderia constituir novo caso de lavagem. É um erro!

O STJ, por sua vez, tem reiterado que operações formalmente lícitas somente configuram lavagem quando

demonstrados, de forma individualizada, o dolo específico e o nexo com a infração penal antecedente, advertindo contra a criminalização genérica de atividades econômicas regulares.

Ainda assim, observa-se uma tendência crescente de transposição de lógicas próprias da persecução penal para o campo da regulação econômica, com imposição de deveres excessivos, vigilância ampliada e sanções desproporcionais, que acabam por afastar operadores idôneos e estimular a informalidade.

Esse fenômeno não se limita ao setor de jogos. A experiência recente com os ativos virtuais é ilustrativa. Obrigações declaratórias de natureza tributária, ainda que relevantes para fins arrecadatórios e de fiscalização fiscal, não se confundem com mecanismos estruturados de due diligence, monitoramento de operações suspeitas e governança de riscos.

O risco que se apresenta, tanto no mercado de criptoativos quanto no debate sobre jogos, é o de converter instrumentos fiscais em ferramentas de vigilância ampliada, sem o correspondente fortalecimento de processos de accountability, controle social e garantias institucionais. A lógica arrecadatória, quando dissociada de políticas públicas consistentes e de

participação efetiva dos atores econômicos no processo decisório, tende a se esgotar em si mesma, sem produzir ganhos reais em termos de justiça social ou combate à criminalidade financeira.

A construção de um ecossistema regulatório saudável exige mais do que a imposição vertical de deveres. Requer diálogo institucional qualificado, participação efetiva do setor regulado na formulação das normas e reconhecimento de que a regulação não pode operar como extensão da persecução penal. Não basta convocar agentes econômicos para mesas de escuta meramente formais, sem impacto normativo real.

À luz dessas considerações, sustenta-se que a indústria de jogos regulada não constitui, por si, terreno fértil para a lavagem de dinheiro. O verdadeiro risco reside na manutenção de modelos proibicionistas ou pseudoregulatórios, alimentados por alarmismo penal, sanha arrecadatória e exclusão dos agentes econômicos do processo decisório. A legalização responsável não apenas é compatível com o combate à criminalidade financeira, como representa condição indispensável para sua eficácia. Não legalizar é, paradoxalmente, regular menos. E regular menos é perder capacidade de controle, transparência e justiça.

Visão do Direito



Fábio Macedo Nascimento

É promotor de justiça do MPDFT, doutor em direito e autor da obra *Crimes contra as Finanças Públicas: controle, persecução e déficit institucional no Brasil*

O silêncio do direito penal diante do caos nas contas públicas

A história recente do Distrito Federal parece condenada a um ciclo de “déjà vu” orçamentário. Enquanto as manchetes de hoje estampam o alerta dramático sobre riscos sistêmicos em instituições públicas e manobras para a venda de ativos imobiliários como forma de conter prejuízos, o mundo jurídico observa, muitas vezes em silêncio, o que deveria ser o epicentro de sua atuação: o direito financeiro e sua necessária retaguarda penal.

Em 2014, ao vivenciarmos um colapso das contas distritais, iniciamos uma jornada pioneira no Ministério Público. Naquela ocasião, o oferecimento da primeira ação criminal contra um ex-governador por “pedalada fiscal” (art. 359-C do Código Penal) não foi apenas um ato processual; foi o despertar de uma inquietação. Por que as

agências de controle ainda hesitam em acionar as chaves de persecução penal diante de ilícitos financeiros tão evidentes, permitindo que as mesmas crises se repitam com roupagens diferentes?

Os fatos que hoje afligem o DF — como a discussão sobre operações de crédito sem expectativa real de retorno ou a assunção de obrigações sem o devido lastro — não são novidade. A baixa persecução de condutas, como a assunção de obrigações sem respaldo orçamentário e os consequentes reconhecimentos posteriores de dívida ou a criação de insuficiência de caixa, não decorre de falta de leis, mas de um déficit de implementação das chaves de controle que o direito penal, como ultima ratio, deveria reforçar.

O controle tradicional, isoladamente,

mostrou-se insuficiente para conter a reiteração desses desvios. É imperativo que o sistema jurídico supere o “ensimesmamento” de suas instituições de controle administrativo-político. Precisamos de uma atuação técnica e especializada, capaz de decifrar a complexidade orçamentária e garantir que o direito penal sirva como o fechamento sistêmico necessário para proteger o patrimônio público de forma definitiva.

O tema é vívido, tormentoso e, como mostram os noticiários desta semana, absolutamente atual. Ignorar a dimensão penal atrelada ao direito financeiro é permitir que a política de “fatos consumados” continue a sangrar as gerações futuras.

Em meu percurso acadêmico, dediquei-me a este tema com o objetivo de oferecer o instrumental teórico e prático para que

o controle das contas públicas deixe de ser um tema esquecido e passe a ser a garantia real do nosso pacto democrático. Busquei mergulhar na “tecnologia jurídica” para investigar por que, mesmo após décadas da Lei de Responsabilidade Fiscal, o sistema de controle de contas ainda padece de um isolamento institucional.

O resultado da pesquisa revela que a baixa eficiência na punição de crimes contra as finanças públicas decorre, muitas vezes, de uma cultura de autossuficiência do nicho administrativo, que mantém a matéria orçamentária distante da análise judicial e do rigor da esfera criminal.

Convido o leitor ao exame desta temática contemporânea, cuja relevância transcende o debate jurídico para alcançar o interesse de toda a sociedade.

Visão do Direito



Jaceguara Dantas da Silva

Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, conselheira do Conselho Nacional de Justiça, ouvidora Nacional da Mulher e supervisora institucional de políticas judiciárias voltadas à perspectiva de gênero

Onze anos da Lei do Feminicídio: o que podemos realmente comemorar?

Desde que o feminicídio passou a integrar o Código Penal brasileiro, em 2015, como circunstância qualificadora do homicídio e crime hediondo, e, mais recentemente, como crime autônomo, com pena de 20 a 40 anos de reclusão, o país acumulou avanços normativos.

Contudo, na última década, a par da edição de um dos mais robustos arcabouços legislativos de proteção à vida das mulheres, o paradoxo estatístico quanto ao número de feminicídios registrados impõe uma reflexão necessária, quanto à robustez da norma frente ao imperativo material de proteção à mulher e conservação de sua dignidade humana.

Em 2025, o país registrou o maior número de sua série histórica de feminicídios: 1.568 vítimas, o equivalente a quatro mulheres assassinadas por dia em razão de sua condição de gênero, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Para além das estatísticas alarmantes, os

dados evidenciam que o Sistema de Proteção necessita de constante aperfeiçoamento, articulação em rede e, especialmente, uma resposta sistêmica e continuada: prevenir, proteger, responsabilizar e reparar, com cooperação do Sistema de Justiça.

Nesse sentido, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário firmaram, em 4 de fevereiro de 2026, o Pacto Brasil entre os Três Poderes para o Enfrentamento do Feminicídio, um compromisso de Estado voltado a uma atuação integrada e coordenada no combate à violência letal contra mulheres, em toda a sua diversidade.

O Pacto prevê, ainda, a criação de um Comitê Interinstitucional de Gestão, responsável por desenvolver, articular e monitorar a implementação das ações pactuadas. A iniciativa não altera as competências constitucionais de cada poder, mas amplia o alcance das políticas judiciárias ao inseri-las em uma arquitetura nacional integrada. Nesse contexto, o próximo ciclo não será feito de mais leis, mas de implementação integrada.

É preciso aproximar o Poder Judiciário das pessoas, onde quer que elas estejam.

Quando cada minuto importa para salvar uma vida, a celeridade deixa de ser apenas uma meta processual para se tornar expressão concreta de proteção e dignidade. Com efeito, a eficiência institucional está diretamente ligada à capacidade de entregar respostas efetivas, especialmente diante do cenário nacional atual, que exige cada vez mais a integração e capilarização da Rede de Proteção e do Sistema de Justiça, a fim de abarcar as necessidades prementes de meninas e mulheres em contexto de violência.

A menina de Guajará-Mirim, que ainda mora em mim e me impede de naturalizar desigualdades, faz-me questionar de que modo a Justiça pode alcançar com maior resolutividade a população dos rincões mais distantes, além dos grupos mais vulnerabilizados e historicamente silenciados.

A violência contra mulheres e meninas não é inevitável: é estrutural, mas prevenível. Esta

prevenção, porém, exige muito mais do que a edição de normas. Faz-se necessário que os direitos sejam materializados nas políticas públicas, nos orçamentos e nas decisões concretas que afetam a vida das mulheres. Imperiosa a capacitação continuada dos atores do Sistema de Justiça e da Rede de Proteção, para uma atuação institucional eficiente e humanizada, capaz de conciliar celeridade com escuta qualificada, de modo que a Justiça seja, de fato, acessível, compreensível e apta a enxergar — e enfrentar — as desigualdades estruturais que permeiam o tecido social.

Esse é o caminho: construir, com integridade, transparência, escuta ativa e cooperação, um Estado que reconheça, na proteção da vida de meninas e mulheres, uma de suas mais urgentes obrigações democráticas. Somente quando essa prioridade se traduzir em indicadores concretos de preservação da vida, poderemos afirmar que os alicerces de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária foram, enfim, consolidados.

Visão do Direito



Marcelo Zago

Delegado da Polícia Civil do DF, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (CTMHF) da SSP/DF

Quando a informação salva vidas

Chamado efeito copycat, ou efeito imitativo, parte de uma hipótese simples: a de que a exposição intensa a um comportamento violento pode influenciar sua repetição por pessoas em situação de maior vulnerabilidade psíquica ou emocional. Em outras palavras, a forma como certos crimes são narrados e repercutidos publicamente pode, em alguns contextos, produzir efeitos indesejados.

Trazer esse debate para os casos de feminicídio exige cuidado. Não se trata de culpar a imprensa, nem de defender qualquer restrição indevida à liberdade de informar. A ideia é outra: reconhecer que, em temas tão graves e sensíveis, comunicar com responsabilidade pode ser uma forma de proteger vidas.

Essa reflexão ganhou força a partir de um esforço coletivo que resultou no artigo científico *Violência imitada? Evidências preliminares do efeito copycat em feminicídios no DF (2015–2025)*, que escrevi com a promotora de Justiça do MPDFT Gabriela Gonzalez Pinto e

o advogado e colega de doutorado no IDP Ailton Ferreira Cavalcante. O estudo analisou 925 registros oficiais no DF — 230 feminicídios consumados e 695 tentados — e identificou um aumento médio de 13,45% nos casos tentados nos três meses posteriores aos picos de feminicídios.

O principal mérito do trabalho, a meu ver, não está em oferecer uma resposta definitiva, mas em colocar o tema em debate com base em dados oficiais e chamar atenção para a necessidade de prudência. Quando estamos diante da forma mais extrema da violência contra a mulher, esperar certeza absoluta para só então agir parece pouco compatível com a gravidade do problema. É aí que o princípio da precaução faz sentido: diante de um risco plausível e de um dano gravíssimo, o caminho mais responsável é aperfeiçoar práticas e construir soluções em conjunto.

Foi esse espírito que começou a orientar o debate no DF. O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, acolheu a proposta e ajudou a impulsionar esse diálogo com a

imprensa. A apresentação levada a esses encontros nasceu não apenas dos resultados preliminares desses estudos, mas também do trabalho de um grupo interinstitucional do qual participei, ao lado da promotora de Justiça Gabriela Gonzalez Pinto, da juíza do TJDFT Fabriziane Zapatta e da defensora pública Rafaela Mirtre, com o objetivo de construir caminhos de prevenção.

Esse talvez seja o ponto mais importante: a imprensa profissional não é problema. É parte da solução. O jornalismo sério informa, denuncia, rompe o silêncio e ajuda a sociedade a enxergar aquilo que muitas vezes ficaria invisível. E a imprensa tem algo muito poderoso: entra na casa das pessoas. Por isso, pode não apenas relatar a violência, mas também ajudar a enfrentá-la.

Nosso artigo lembra que a literatura não aponta apenas para possíveis riscos de emulação, mas também para um efeito protetivo, quando a cobertura oferece orientação, canais de denúncia, serviços de apoio e informação qualificada. Isso ganha ainda

mais relevância quando olhamos para a subnotificação. Dados trabalhados pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (CTMHF), da SSP/DF, mostram que, em quase 70% dos casos de feminicídio consumado, não havia registro anterior de ocorrência. Mas a análise qualificada desses mesmos casos revela algo ainda mais eloquente: em mais de 60%, a vítima já vivia um contexto de violência antes do desfecho fatal. Ou seja, a violência muitas vezes já existia, mas permanecia silenciada, invisibilizada ou bloqueada por inúmeros fatores.

Nesse cenário, a imprensa pode ter um papel decisivo. Pode funcionar como ponte entre a vítima que sofre em silêncio e a rede de proteção. Pode ajudar a transformar informação em possibilidade concreta de socorro. No fim, o que se busca não é silêncio, mas responsabilidade. Não é hostilidade à imprensa, mas cooperação. Porque, em temas como esse, a informação não apenas relata tragédias. Também pode ajudar a evitá-las.

Visão do Direito



Rodrigo Badaró

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Um ano no CNJ: o que mudou e o que ainda falta

Há um ano, recebi do Senado Federal a honrosa indicação para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde o primeiro dia, assumi o cargo com duas diretrizes simples: gabinete aberto para ouvir advogados, magistrados, servidores, especialistas, instituições e o cidadão, com muito trabalho para transformar escuta em resultado concreto.

Ao fazer este breve balanço do primeiro ano de mandato, prefiro começar por um ponto objetivo. Encerramos 2025 como o gabinete mais produtivo do CNJ, o que significa menos processos parados e decisões mais rápidas. Julgamos casos sobre vários temas importantes e, após o devido processo e amplo direito à defesa, penalizamos juízes com firmeza por incorreções cometidas. Novos julgamentos disciplinares sobre grandes operações estão no horizonte.

O trabalho de um conselheiro, porém, vai além dos processos. Passa, também, pela capacidade de propor políticas para o sistema de Justiça e construir pontes entre instituições. Foi com esse espírito que atuamos em quatro frentes que considero centrais para o presente e o futuro do Judiciário brasileiro.

Avançamos na agenda de proteção dos dados pessoais. Na presidência do Comitê Gestor de Proteção de Dados do CNJ, contribuimos para a proposta que resultou na Portaria 369/2025, importante passo para a regulamentação da matéria no âmbito do Conselho. Paralelamente, como encarregado de dados, demos impulso ao mapeamento das atividades de tratamento de dados interno, trabalho técnico, porém indispensável para consolidar medidas de governança efetiva. Hoje, cerca de 60% das unidades já estão mapeadas ou em processo de mapeamento, com conclusão prevista para abril.

Também promovemos o 1º Encontro de Encarregadas e Encarregados de Dados do Poder Judiciário, reunindo responsáveis pela pauta de dados dos tribunais do Brasil para difundir a cultura de responsabilidade

"Defendo que o uso de IA nos tribunais deve ser bem-vindo, desde que sirva para agilizar tarefas repetitivas e apoiar decisões, nunca para substituir o julgamento humano. São pessoas, não algoritmos, que devem analisar e decidir cada causa"

e da transparência. As propostas que saíram deste encontro, consolidadas na Carta de Brasília, estão em tramitação no Conselho e brevemente serão implementadas.

Essa agenda foi acompanhada de interlocução permanente com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e com o Conselho Nacional do Ministério Público. Em um cenário em que vazamentos de dados e uso indevido de informações sensíveis desafiavam as instituições, entendo que o caminho é combinar prevenção e capacidade de resposta, pois não há transformação digital legítima sem confiança.

Outro problema que corrói essa mesma confiança é o chamado golpe do falso advogado. O esquema é perverso: a vítima, já em situação de dificuldade por uma dívida ou uma demissão injusta, acredita que finalmente receberá o que é justo só para descobrir, tarde demais, que foi enganada por alguém que se passou por seu procurador.

Em parceria com a Comissão de Tecnologia e Inovação do CNJ e com a OAB

"A indicação do Senado é uma honra que carrego com a consciência de que a cadeira não me pertence, mas é do cidadão que espera, muitas vezes há anos, que a Justiça lhe dê uma resposta. É para ele que as portas seguem abertas"

Nacional, contribuimos para amadurecer respostas. A implementação do duplo fator de autenticação para acessar processos e a recente aprovação de nota técnica sobre o Projeto de Lei 4709/2025, que tramita na Câmara dos Deputados, mostram que o Conselho estará na linha de frente da prevenção dessa fraude.

Em 2026, assumi a presidência do Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Judiciário. Defendo que o uso de IA nos tribunais deve ser bem-vindo, desde que sirva para agilizar tarefas repetitivas e apoiar decisões, nunca para substituir o julgamento humano. São pessoas, não algoritmos, que devem analisar e decidir cada causa.

Nesse contexto, o Regimento Interno do Comitê foi aprovado, dando direção a um tema que não pode ser tratado nem com entusiasmo ingênuo nem com temor paralisante. Em abril, realizaremos um evento nacional para difundir iniciativas inovadoras em IA, pois o que funciona bem em um tribunal pode — e deve — ser

aproveitado pelos demais, em benefício da agilidade e da segurança jurídica de toda a população.

Quando uma empresa entra em recuperação judicial ou vai à falência, o impacto vai muito além dos sócios e credores. Estão em jogo empregos, fornecedores, famílias. Por isso, atuamos ativamente no fórum temático de recuperação empresarial do CNJ. Destaco a recente criação de um Comitê Técnico para avançar na especialização de varas e câmaras que tratam desses casos e o Provimento 2016/2026, aprovado pela Corregedoria Nacional, voltado especificamente à recuperação e à falência de produtores rurais.

Trabalhamos, ainda, em mecanismos para tornar a tramitação mais ágil e uniforme, além de desenvolver indicadores que permitam identificar gargalos e construir políticas públicas para melhorar o ambiente de negócios, pois justiça lenta nessa área tem custo econômico real que é pago por todos nós.

O primeiro ano deixa uma agenda clara para o segundo. O mapeamento de dados do CNJ chegará à conclusão em abril. Os procedimentos em recuperação judicial seguem em aperfeiçoamento, com estrutura já montada para avançar em desburocratização. A cultura de proteção de dados nos tribunais cresce e se consolida a cada novo encontro. E, no campo da inteligência artificial, teremos uma nova plataforma de soluções de IA e a regulamentação da Resolução 615 definirá, em breve, regras claras para que os tribunais inovem com segurança. O trabalho continua, e a rota está traçada.

Um ano não muda um sistema, mas define uma direção. A indicação do Senado é uma honra que carrego com a consciência de que a cadeira não me pertence, mas é do cidadão que espera, muitas vezes há anos, que a Justiça lhe dê uma resposta. É para ele que as portas seguem abertas.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 12 de março de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expo-ress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

1.2 ASA SUL

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

QI 09 Bl P. 2 andar, 3 qtos, sala, cozinha, 2banh. 3 vgs garag. 740 mil. 99858-9499

QI 09 Bl P. 2 andar, 3 qtos, sala, cozinha, 2banh. 3 vgs garag. 740 mil. 99858-9499

1.2 GUARÁ

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Apto 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagensdesocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com.br :

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos, Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www. geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechada, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

710Lojac/Subsolo Estacionam. vazia 445Mil Ac Prop 98121-2023 c8827

710 KITS (Loja térrea, canto transformada p/ 5Kits (2terrea+3subsolo) vende tudo R\$ 680Mil 98121-2023 c8827

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

1.4 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duas salas juntas reformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GAMA

VENDO SALAS C. Setor Central - Gama Tr. 99976-4334

VENDO SALAS C. Setor Central - Gama Tr. 99976-4334

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente , canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente , canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

1.4 GUARÁ

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

1.5 LAGO NORTE

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

SAAN/SIA/SIG/SOF

OPORTUNIDADE ÚNICA NO DF
ÚLTIMO LOTE

TERRENO EXCLUSIVO no Setor de Inflamáveis com 31.500 m2, área rara no Distrito Federal, ideal para centros logísticos, distribuição, armazenagem ou atividades industriais. Localização estratégica, próximo ao SIA e ao STRC, com acesso rápido à Via Estrutural e à EPTG, facilitando transporte e mobilidade. Zoneamento CSIIND3(LUOS/DF), permitindo diversas atividades industriais e logísticas. Excelente oportunidade para empresas que buscam expansão ou instalação em um dos principais polos logísticos de Brasília. R\$ 55.000.000,00 (61) 99880-9872 - Corporate

1.5 TAGUATINGA

TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldivieira.com.br

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
- 2.2 Apartamentos**
- 2.3 Casas**
- 2.4 Lojas e Salas**
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 2.6 Quartos e Pensões**
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suite, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA NORTE

1 QUARTO

704/705 bl H Entr. 31 apto 201 1qto sala cozinha s/ cond direto proprietário ZAP: 99225-4660

704/705 bl H Entr. 31 apto 201 1qto sala cozinha s/ cond direto proprietário ZAP: 99225-4660

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

415 SUL 80 m², arms, 3qtos, 2 banhs, blindex, DCE, cortinas. R\$ 3.950. Tratar: 99926-9766 - Saback

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGAR CERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 RECANTO DAS EMAS

CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO loja comercial 81m2, Setor Oeste - Gama. Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobro consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

PRECATÓRIO transfiro Maiores informações (61) 99961-6481

5.5 PONTOS COMERCIAIS

OUTROS ESTADOS

VENDE-SE CAMPO DE FUTEBOL COMERCIAL
RIBEIRÃO PRETO-SP Entrada 25% + 59 parcelas. Todas informações: (16)99169-9311 Grinaura de Assis Comprei/ PGFN Creci: 78604

VENDE-SE CAMPO DE FUTEBOL COMERCIAL
RIBEIRÃO PRETO-SP Entrada 25% + 59 parcelas. Todas informações: (16)99169-9311 Grinaura de Assis Comprei/ PGFN Creci: 78604

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

CACAU SOLTERINHA

20 ANOS seios furando a blusa! Faço oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

LUANA LINDA LOIRA

ALTA E MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

NIKE PARAIBANA

21 ANOS Uma das Periquetes mais lindas do Plano Piloto c/ oral até o fim! 61 99674-4408

RUIVA GATA

ESTILO CAPA De Revista! Branquinha mulherão 1.65 alt 22a Ex Miss Goiás (61) 99906-7716

MASSAGEM RELAX

IZAURA LINDA 50 anos 100% liberal c/ mass Atd só coraças Hot/ Mot 24h 61 98222-9938

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

6.1 NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

CASEIRO p/ início imediato/ experiência comprovada em carteira, e referências. Que possa dormir. Residência Lago Sul. Paga-se bem. Tr. (61) 99989-5042 Falar com Claudia.

COZINHEIRA, Sushiman, Chapeiro, Atendente e Sub-Gerente. Salário inicial a partir de R\$ 1.770,00 Restaurante Contrata. Enviar currículo: curriculum.guara@gmail.com

DANÇARINAS(OS) COM/SEM exp p boate, ótganhos 99917-1403

DOMÉSTICA CONTRA-SE (dormir no serviço). Residência familiar com casal e duas filhas contrata empregada doméstica com experiência comprovada em carteira. Funções: preparo de comida trivial, limpeza, arrumação e organização da casa. Requisitos: referências, responsabilidade e gostar de animais de estimação. Interessadas enviar mensagem c/ experiência. 61 98613-8049 ou e-mail: casualaeluiz@gmail.com

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

MASSOTERAPEUTA PAGO fixo, com MEI. Urgência! c/ experiência e referências. Tr: 98270-3234

MECANICO com experiência em carteira. Para trabalhar em Ceilândia. Tr: 98411-3558

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas. Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE DE CARGAS Salário R\$ 1.791,88 + benefícios para trabalhar no Sibs Núcleo Bandeirante Currículo: planetacargasbsb@gmail.com

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

6.1

NÍVEL MÉDIO

6.1

OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE, Sub-Gerente, Chapeiro, Cozinheira e sushimam, Salário inicial a partir de R\$ 1.770,00 Restaurante Contrata . Enviar currículo: curriculum.guara@gmail.com

URGENTE !!!
CONTRATA-SE
ATENDENTE DE LANCHONETE e Caixa . Salário comercial. Segunda a segunda, um domingo por mês, folga na segunda-feira . Enviar CV: rnhulodoacai@gmail.com

URGENTE!
CONTRATA-SE!
ATENDENTE DE LANCHONETE e Caixa . Com experiência . Enviar CV: rnhulodoacai@gmail.com

RESTAURANTE
CONTRATA
ATENDENTE / GARÇOM CUMIM para o Lago Sul. Enviar currículo p/ 99674-0505

CONTRATA-SE
FRENTISTA E CHEFE DE PISTA para região da Candangolândia-DF. Currículo pra o email: cv.rhpostopetromaxxspm@gmail.com

CONTRATA-SE
GERENTE Para restaurante na Asa Sul. Enviar CV para: jijjocacamara@gmail.com

CONTRATA-SE
MANICURES E AUXILIAR Administrativo Início imediato. Asa Norte. Tr: 61 98173-1168

CLÍNICA NA ASA NORTE
MASSAGISTA Precisa-se de 2 (duas) c/ ou s/ exp c/comissão e treinamento. 411N Comercial (61) 98214-4880 Elen

MOTORISTA cat D (carga/descarga) frutas. Fixo R\$ 2.001,08 + premiações + benefícios. CV: rhcvdistribuidora@gmail.com

CONTRATA-SE
OPERADOR DE CAIXA com conhecimento. Local de trabalho na Asa Sul. Enviar Currículo para e-mail: cisne.recrutamento@terra.com.br

EMPRESA NO SEGMENTO DE ALIMENTAÇÃO
CONTRATA
VAGAS DISPONÍVEIS : Salgadeira/ Ajudantes De Salgadeira e Atendentes. Estamos ampliando nossa equipe! Local de trabalho: SIA Trecho 02/ 03 CEP: 71.200-030

6.1

NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL SUPERIOR

FARMAGREEN
CONTRATA
ADMINISTRADOR (A) e vaga para Auxiliar de Manipulação. Enviar currículo p/ e-mail: curriculofarmagreen@gmail.com

AUXILIAR CONTÁBIL ou Técnico em Contabilidade. Estamos contratando. Local de trabalho: Taguatinga - Pistão Sul Requisitos desejáveis: - Sistema Domínio - Área Contábil - Regime Lucro Real-Simples Nacional - Presumido-Conhecimento básico em rotinas contábeis será um diferencial. Salário: A combinar + Benefícios. Contratação imediata Interessados devem enviar currículo para: nevesconrh@gmail.com

6.2

PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

6.3

ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

AULAS DE REFORÇO em domicílio, do 1 ao 3 ano N/Fundamental. Pref. Asa Sul ou Norte. F: (61) 98212-1084

AULAS DE REFORÇO em domicílio, do 1 ao 3 ano N/Fundamental. Pref. Asa Sul ou Norte. F: (61) 98212-1084

6.3

AULA PARTICULAR

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

AULAS DE REFORÇO em domicílio, do 1 ao 3 ano N/Fundamental. Pref. Asa Sul ou Norte. F: (61) 98212-1084

6.3

CURSOS

CURSOS

CURSOS TÉCNICOS
TEMOS TODOS os cursos técnicos com registro no CFT por competência. Seja técnico, a profissão que mais cresce no mercado. (31) 98573-8332 Whats.

6.3

CURSOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGE

Pelo presente todos os condôminos do Condomínio Residencial Aqua Marine, Águas Claras, Brasília DF, na forma do Art. 1354 da Lei 10.406 de 2002 e no disposto na Convenção Condominial, ficam convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no Salão de Festas do condomínio, no dia 28 de março de 2026 (Sábado) às 09h30, em primeira chamada, com número regular e legal de presentes (conforme convenção), ou às 10h00min com qualquer número em segunda chamada para apreciação, discussão, deliberação e votação das seguintes pautas:

1. Deliberação sobre a prestação de contas (Período de 2025/2026);
2. Deliberação sobre a previsão orçamentária (Exercício de 2026);
3. Apresentação e deliberação dos orçamentos de melhorias condominiais, conforme votação das prioridades;
4. Apresentação e deliberação de modificação de uso da sala de jogos para coworking;
5. Comunicação do prazo estabelecido para desobstrução das garagens;
6. Deliberação sobre a contratação de Vigilante Noturno
7. Assuntos Gerais:

TJDFT

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906
Telefones: (61) 3103-1826 e (61) 3103-1831;
E-mail: 4vfamilia.bsb@tjdft.jus.br; Horário de atendimento: 12h às 19h

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

NÚMERO DO PROCESSO: 0732657-60.2025.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA(58)
REQUERENTE: LUIZ ALBERTO COSTA MARQUES
REQUERIDO: IGOR LEANDRO COSTA MARQUES

O DR. ANDRÉ FERREIRA DE BRITO, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0732657-60.2025.8.07.0016, ajuizada por REQUERENTE: LUIZ ALBERTO COSTA MARQUES, foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a INTERDIÇÃO PLENA de IGOR LEANDRO COSTA MARQUES (CPF: 541.081.285-91), por ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): LUIZ ALBERTO COSTA MARQUES (CPF: 056.887.605-91), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 19 de dezembro de 2025, 13:24:59.

MARTA SILVA BALIEIRO

Diretora de Secretaria

Este documento foi gerado pelo usuário 152 *** 64 em 10/03/2026 13:26:22

Numero do processo: 0732657-60.2025.8.07.0016

Numero do documento: 2512191446360000000236563504 | Tipo de documento: Edital

https://pje.tjdft.jus.br/44399/Processo/ConsultaDocumento?view=seam?e=2512191446360000000236563504

Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALIEIRO - 191202025 14:36:36

Perfil: Diretor de Secretaria - Num. 260757848

JOLMIR PAULINHO CENCI

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, a Licença de Operação para a atividade Agrícola e de Irrigação, Fazenda Nativa, Área C, Módulo 25, PAD-DF, Paranoá-DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. **Processo nº 00391-00011928/2025-93.** Jolmir Paulinho Cenci, produtor rural.

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ANEEL

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2026 – UASG 323028

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público a reabertura de prazo da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de jornalista, redator, designer gráfico e gerente de criação para apoio à Comunicação da Aneel, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis até o limite de 10 (dez) anos. A abertura da sessão será às 10:00, do dia 26/03/2026, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>; UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sites <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

ANDERSON VIERA MARTINS
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2026

Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento de fornecimento de material bibliográfico estrangeiro. Data da sessão pública: 25 de março de 2026 às 9h. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 12 de março de 2026.
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90019/2026

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de suporte a soluções de Tecnologia da Informação, englobando a operação de central de atendimento remoto a usuários e os serviços de suporte técnico presencial especializado (Ramal 2000) providos pela Coordenação de Atendimento – COATEN/PRODASEN do Senado Federal.

ABERTURA: 30/03/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ
Pregoeiro

Condomínio Solar de Brasília

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

33ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGO 01/2026

O Síndico do Condomínio Solar de Brasília, situado à DF-001, km 23 a 26, Setor Habitacional Jardim Botânico, Brasília, DF, de acordo com os incisos I e VIII do Art. 1.348, combinado com o Art. 1.350 e Art. 1.354-A seus incisos e parágrafos, todos do Código Civil Brasileiro, e em cumprimento do Parágrafo 1º e do Caput do Artigo 54, e do Inciso IV do Artigo 81 da Convenção do Condomínio, convoca todos os condôminos para participarem da 33ª Assembleia Geral Ordinária - AGO 01/2026, na MODALIDADE VIRTUAL na forma HÍBRIDA (eletrônica e presencial), a ser realizada na Sede Administrativa do Condomínio Solar de Brasília, dia 28 de março de 2026, SÁBADO, às 09:30 horas, em primeira chamada, ou às 10:00 horas, em segunda e última chamada com qualquer quórum, com encerramento previsto para até às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte pauta:

1ª PARTE – Prestação de Contas e Proposta Orçamentária - de 10h00 às 12h00.

ITEM 01 - Aprovação da ATA da 32ª AGO, 1/25, realizada em 29/03/2025.

ITEM 02 - Divulgar relatório sobre as principais realizações da Administração em 2025/2026.

ITEM 03 - Apresentação da prestação de contas do exercício MAR/2025 a FEV/2026.

ITEM 04 - Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício MAR/2025 a FEV/2026.

ITEM 05 - Votação para aprovação das contas do exercício MAR/2025 a FEV/2026.

ITEM 06 - Apresentação e votação do Plano de Investimento Anual para o exercício de MAR/2026 a FEV/2027 (PIA 2026/27).

ITEM 07 - Apresentação e votação da Proposta Orçamentária Anual para o exercício MAR/2026 a FEV/2027 (POA 2026/27), do pró-labore dos membros da Diretoria e respectiva Taxa Ordinária para o período MAI/2026 a ABR/2027.

ITEM 08 - Apresentação dos relatórios de acompanhamento dos processos judiciais junto aos Tribunais, informando os fatos relevantes.

O acesso virtual será realizado por intermédio do link: <https://admin109065.superlogica.net/clients/areadocondominio> ou pelo Aplicativo - Área do condômino, disponível no Play Store (Android) e Apple Store (iOS).

Após o acesso, deverá ser inserido, no campo específico, o e-mail cadastrado na Administração pelo condômino TITULAR do imóvel (PROPRIETÁRIO) com direito a voto e realizado o cadastro da senha para o primeiro acesso. Em seguida, na opção Assembleias, ocorrerá o acesso a transmissão, deliberação e votação.

O acesso virtual será realizado na modalidade Webinar, a fim de permitir os direitos de voz e debate dos condôminos.

É primordial o estabelecimento do acesso para efetuar a votação somente após a somatória de todos os votos e a sua divulgação será lavrada a respectiva ATA.

As instruções detalhadas sobre o acesso, a manifestação e a forma de coleta de votos dos condôminos poderão ser obtidas pelo link: <https://www.solarbsb.org.br/informativos/orientacoes-para-o-primeiro-acesso>, buscando o arquivo com o nome "Orientações de acesso e votação assembleia virtual".

O condômino adimplente poderá ser representado na Assembleia, presencialmente, por procurador, seja o representante condômino ou não, desde que a procuração seja apresentada conforme os termos previstos no Art. 67 da Convenção do Condomínio.

2ª PARTE – Continuação - de 12h00 às 14h00.

ITEM 09 - Apresentação e votação da desativação do Cartão RFID.

ITEM 10 - Apresentação da Digitalização dos documentos condominiais – benefícios.

ITEM 11 - Apresentação do sistema de segurança (1ª fase) – ampliação/modernização/benefícios.

ITEM 12 - Atualização da adesão ao Sistema fechado – Lei nº 1.044/2025.

ITEM 13 - Atualização da Situação do Quinhão 11.

ITEM 14 - Assuntos diversos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

01 - Atendendo ao estabelecido no Artigo 56 da Convenção do Condomínio, informamos que estão cadastrados junto à Administração 1.285 condôminos.

02 - Só poderá exercer o direito de votar o condômino adimplente com suas obrigações condominiais, sejam elas de contribuições ordinárias, extraordinárias, multas ou dívida condominial de qualquer natureza.

Brasília, DF, em 12 de março de 2026.
MARCELO FELJO - Síndico

SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90026/2026

OBJETO: Fornecedor de monitores de uso geral de, no mínimo, 23 polegadas, com garantia de funcionamento por 36 (trinta e seis) meses, para a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen).

ABERTURA: 27/03/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA
Pregoeira

TJDFT

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906
Telefones: (61) 3103-1826 e (61) 3103-1831;
E-mail: 4vfamilia.bsb@tjdft.jus.br; Horário de atendimento: 12h às 19h

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

SEGREGO DE JUSTIÇA

NÚMERO DO PROCESSO: 0747686-53.2025.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA(58)
REQUERENTE: CRISTINE LEITE CARNEIRO, HENRIQUE BATISTA CARNEIRO, RICARDO BATISTA CARNEIRO
REQUERIDO: EURICO AFONSO CARNEIRO

O Dr. ANDRÉ FERREIRA DE BRITO, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0747686-53.2025.8.07.0016, ajuizada por CRISTINE LEITE CARNEIRO foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a INTERDIÇÃO PLENA de EURICO AFONSO CARNEIRO (CPF: 003.207.651-72), por ser portador(a) de doença senil, e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): CRISTINE LEITE CARNEIRO (CPF: 791.099.771-04); HENRIQUE BATISTA CARNEIRO (CPF: 979.802.771-04) e RICARDO BATISTA CARNEIRO (CPF: 713.745.401-10), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 27 de janeiro de 2026, 13:44:08.

MARTA SILVA BALIEIRO

Diretora de Secretaria

Este documento foi gerado pelo usuário 727 *** 04 em 09/03/2026 18:57:41

Numero do processo: 0747686-53.2025.8.07.0016

Numero do documento: 2612174175500000002872538 | Tipo de documento: Edital

https://pje.tjdft.jus.br/44399/Processo/ConsultaDocumento?view=seam?e=2612174175500000002872538

Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALIEIRO - 191202025 14:36:36

Perfil: Magistrado - Num. 263268784

PECINI

LEILÕES

Swiss Park

EDITAL DE LEILÃO SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Jucesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias 23/03/2026 e 25/03/2026, às 15h30, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, e posteriores alterações, dos imóveis:

1) Lote nº 11, Quadra nº 54, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 07, Cidade Ocidental/GO. Área de 295,00m². Matrícula nº 12.321 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 755411 e inscrição nº 1.75.00054.00011-0. Consolidação da Propriedade em 04/02/2026.

DESOCCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 159.065,28. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 181.893,96. Devedores Fiduciários: Dailson Guedes Costa Junior, CPF nº 864.432.081-53, e Aldenir Soares do Nascimento Guedes, CPF nº 022.554.791-09.

2) Lote nº 22, Quadra nº 78, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 13, Cidade Ocidental/GO. Área do Terreno de 295,00m². Sobre o lote consta a construção inacabada de UMA CASA, com Área Construída Aproximada de 250,00m², conforme o Laudo de Avaliação, datado de 20/02/2026, não averbada na matrícula do imóvel. Matrícula nº 12.670 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 757822 e inscrição nº 1.75.00078.00022-0. Consolidação da Propriedade em 05/02/2026.

OCUPADO. LANCES INICIAIS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 500.000,00. 2º PÚBLICO LEILÃO: R\$ 250.000,00. Valor para o Exercício da Preferência: R\$ 147.350,81. Devedores Fiduciários: Antonio Marcos Feitosa Simplicio, CPF nº 020.614.021-51, e Petla Rayssa Dantas Araújo Simplicio, CPF nº 069.041.581-82.

Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões.

Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) os débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado ATÉ as datas dos leilões serão quitados pelo CREDORA FIDUCIÁRIA, ficando o Arrematante responsável por eventuais valores não apurados e os que vencerem APÓS as datas dos leilões; iv) na hipótese de arrematação do Lote nº 1 no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de IPTU e condomínio vencidos antes dos leilões; v) custas e despesas para regularização de eventual construção/benfeitoria; vi) verificação dos imóveis e de eventuais ações judiciais em andamento; vii) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; viii) desocupação, na hipótese de ocupado; ix) venda ad corpus, os imóveis serão entregues no estado em que se encontram; x) na hipótese de exercício da preferência, os Devedores Fiduciários pagarão o valor total da dívida e a comissão do leilão, na forma do artigo 27, §2º B da Lei Federal 9.514/97.

Os Leilões serão realizados na modalidade online. Ficam os Devedores Fiduciários desde já intimados das datas dos leilões para todos os fins legais. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br, E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485, Fones: (19) 3794-2044 - (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Palmeiras, Campinas/SP.

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Brasileiro**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE